



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

EJHON LUCAS DIAS COSTA

AS TERAPIAS DO "DOUTOR LIMONADA": medicina oficial e as práticas de cura populares na Amazônia Oitocentista

BELÉM

2024

EJHON LUCAS DIAS COSTA

AS TERAPIAS DO "DOUTOR LIMONADA": medicina oficial e as práticas de cura populares na Amazônia Oitocentista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder

Orientador: Prof. Dr. Décio Marco Antônio De Alencar Guzmán

Coorientador: Prof. Dr. Érico Silva Alves Muniz

BELÉM

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837t Costa, Ejhon Lucas Dias.
As terapias do "DOUTOR LIMONADA" : medicina oficial e as
práticas de cura populares na Amazônia Oitocentista / Ejhon Lucas
Dias Costa. — 2024.
136 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Décio Marco Antônio de Alencar
Guzmán

Coorientador(a): Prof. Dr. Érico Silva Alves Muniz
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em História, Belém, 2024.

1. Francisco da Silva Castro; Amazônia; Práticas de Cura;
História da Ciência; História da Saúde. I. Título.

CDD 610.092



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE
EJHON LUCAS DIAS COSTA**

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo Prof. Dr. Decio Marco Antonio de Alencar Guzman e constituída pelos avaliadores Prof. Dr. Érico Silva Alves Muniz (co-orientador), Profa. Dra. Elane Cristina Rodrigues Gomes e Profa. Dra. Tania Salgado Pimenta, reuniu-se no dia 02/02/2024, às 9 horas, no Laboratório de História, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando Ejhon Lucas Dias Costa intitulada **As terapias do DOUTOR LIMONADA: medicina oficial e práticas populares na Amazônia oitocentista**. Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo a serem considerado; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi APROVADA pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

PARECER DA BANCA:

A Banca destacou a qualidade da pesquisa e o seu potencial para muitos temas serem aprofundamentos em futuros estudos sugeridos no texto da Dissertação (exemplos: a polêmica entre contagionismo e infeccionismo no século XIX em Belém; a biografia e terapias do curandeiro Angico no contexto da sua relação com o médico Silva Castro; necessidade analisar mais o contexto político e ideológico dos jornais paraenses; o problema das “sangrias” na medicina científica e popular). A Banca salientou a capacidade do mestrando em analisar com afinco a convivência (por vezes conflituosa) entre o mundo dos médicos e o dos curandeiros e pajés amazônicos no século XIX; também ganhou destaque a análise efetuada pelo mestrando da história da cidade de Belém associada à história da ciência na região amazônica no século coberto pela pesquisa da Dissertação.

Prof. Dr. Décio Marco Antonio de Alencar Guzman
Orientador

Prof. Dr. Érico Silva Alves Muniz
Co-orientador / UFPA

Profa. Dra. Elane Cristina Rodrigues Gomes
Membro da Banca Externo / UFPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Profª. Dra. Tania Salgado Pimenta
Membro da Banca Externo / Fiocruz - RJ

*À melhor avó e erveira do mundo, dona
Maria do Socorro.*

AGRADECIMENTOS

Por muitas vezes, pensei que esse momento não chegaria. Graças a muita luta e persistência posso dizer que esse ciclo chegou ao seu capítulo final. Como todo pesquisador, este historiador passou por muitos maus bocados.

Atravessamos tempos sombrios onde o negacionismo alcançou níveis tão absurdos ao ponto de batermos as tristes marcas dos mais de 700 mil mortos pela COVID-19. Em sua maioria, mortes evitáveis caso as vacinas fossem adquiridas em suas primeiras ofertas.

Nós, pesquisadores, filhos das Universidades Públicas, fomos duramente atacados. Não tínhamos sequer o mínimo para custos básicos, como pagar contas de luz ou água. Tão logo, nossas bolsas, ou melhor, nossos salários ficaram igualmente comprometidos e, mesmo nesse cenário caótico, tivemos o desprazer de viver uma (das várias) tentativas de furto do desgoverno que se passou. Tanto que, em seus últimos suspiros, tentaram abocanhar os escassos recursos destinados à educação na calada da noite.

Esta dissertação, meus caros, foi, acima de tudo, uma obra de resistência seja à complicada conjuntura política, seja às constantes lutas cotidianas. Tudo foi muito penoso, ainda mais quando tentei, inúmeras vezes, tirar forças de onde não tinha para lutar contra a homofobia que sempre me cercou. Ter paz, literalmente, não foi uma opção. Passei meses lutando para que conseguisse escrever o mínimo e assim não abandonar este projeto iniciado desde a graduação.

Mesmo lutando incansavelmente, a conta não tardaria - e como esperado, ela chegou. Lá se foram quase dois semestres de completa inutilidade, pois um grave quadro depressivo me tirou a paz, a concentração, e não menos, a vontade de viver. Ainda tive o azar de perder meu único instrumento de trabalho, meu *notebook*, e todo meu acervo bibliográfico que nele havia.

Apesar de tudo isso, consegui dar a volta por cima graças a ajuda de pessoas que me estenderam a mão. O ofício do historiador, mesmo sendo solitário, na maior parte do tempo, conta com uma torcida que nem imaginamos. Em meu caso não foi diferente. Agradecê-las é o mínimo que posso fazer.

Meu primeiro agradecimento vai àquele que tornou tudo isso possível, esforçando-se ao máximo para entregar um trabalho de qualidade apesar dos pesares. Ejhon Lucas, o autor que vos escreve, lutou (e muito) para que essa pesquisa existisse e assim não deixar a peteca cair, mesmo apertando o botão da desistência.

Quanto aos meus “torcedores”, nada disso seria real se não fosse o amor e apoio incondicional de Meiriane Viana, certamente nada teria se concretizado. Essa dissertação também é tua. Muito obrigado por ser minha torre forte, minha verdadeira família, mesmo não compartilhando nenhum laço sanguíneo. Estendo também, minha profunda gratidão aos “grudes”, minha família do coração, sobretudo as minhas tias Beide e Fofa, que sempre estiveram ao meu lado - como uma verdadeira família deve ser. Vianas, eu os amo profundamente!

Posso afirmar que minha rotina de pesquisa não seria a mesma, muito provável que sem o apoio de Enos Sarmiento - mais conhecido como “cachorrão”- teria sido muito tediosa. O Enos, foi muito além de um companheiro de arquivo - um irmão, posso dizer. O jeito paciente e “pomboca” dele foi crucial para me acalmar e consolar nos momentos de perturbação. O que Clio uniu ninguém separa!

Demais companheiros de turma foram cruciais para essa empreitada. Dessa maneira, agradeço o Wesley David por todo apoio e as extensas conversas sobre nossas pesquisas. Sem esquecer, é claro, dos “lacs” e pontos sérios da vida, e principalmente por traduzir números complexos em equações simples que tanto atormentavam a mente do ansioso aqui. Igualmente, o Bruno Neves, cujas fofocas e convivência foram essenciais para quebrar a tensão do mundo acadêmico e assim nos entretermos durante aquele tedioso formato digital.

Minha permanência no mestrado assim como na graduação só foi possível com um ciclo iniciado nos idos de 2016. Assim agradeço, profundamente, Laura Camila e Catarina Palheta por me incentivarem mesmo quando estava fraquejando, onde a desistência parecia ser a única solução. E, também, aos “desviados” de Clio, Bianca Chaves, Isabelle Gomes e Matheus Maralto que estiveram presentes, cada um do seu jeitinho, ao longo dessa caminhada.

Evidentemente que, contei com apoio fora dos muros da universidade. Literalmente, do ensino médio para a vida, ou melhor, do ensino fundamental. Fernanda Ferreira e Abdiel Rodrigues, e recentemente, meu amado sobrinho, Aaron Isaac, vocês sempre estiveram por trás de cada linha. Meu muito obrigado por acreditarem em meu potencial antes de mim mesmo.

Nesses últimos anos, o time de “torcedores” ficou ainda maior. Nesse time, contei com os reforços de Daniel Souza e Isabela Navarro, esses dois, sem dúvidas, tornaram-se minha válvula de escape. Mesmo sem entender nada do métier do historiador, ambos estiveram sempre atentos às novidades e lamúrias do meu trabalho, tanto que não hesitavam - apesar de furarem em muitos casos -, nos encontros pelos bares desta cidade. Contei com

apoio de mais reforços, de peso, porém de estatura diminuta. Pablllo Antonny, Hector Zapata e Renan Souza, saibam a importância de vocês em minha vida, pois me distraíram e esfriaram minha “moleira” inúmeras vezes em nossas performances nos karaokês da escaldante Belém.

Não posso esquecer-me de “Cintia Maria”. Uma joia rara que tive a oportunidade de conhecer desde que ingressei na universidade. Sem teu incentivo, conversas, cafés, e claro, as fofocas (principal objeto do historiador), nada disso teria sido menos dificultoso.

Ao meu querido orientador, Décio Guzmán - o maior *gentleman* do programa, resta-me apenas agradecer por ter sido tão humano, atencioso e disponível. Tantas características que o fazem destoar do ambiente tóxico que ganha o meio acadêmico. Mais uma vez: muito obrigado por me conduzir, mesmo pertencendo a uma área nada comum com a sua. Expresso, também, minhas gratulações a Érico Muniz, meu coorientador, sempre muito prestativo e incisivo em suas colocações.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo custeamento da bolsa, muito embora não tenha sido implementada desde o início do curso.

Por fim, e não menos importante, não deixo de mencionar a minha musa inspiradora: Maria do Socorro, minha avó. Uma migrante nordestina que precisou fugir da fome e das doenças para que eu estivesse aqui. Mesmo sem entender nada do que faço, sua inteligência, doçura, luz e constantes intercessões me mantiveram de pés. Se esta dissertação tornou-se um jardim, assim como nosso sítio, é por causa dela que mantém vivo o conhecimento de minhas bisavós, as lendárias pajés e parteiras da família. Muito obrigado, vovós!

My biggest enemy is my, pop 911
(Lady Gaga, 2020)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo construir a biografia de Francisco da Silva Castro (1815-1899), um médico de longa e intensa atuação que ficou conhecido em sua época pela alcunha de “Doutor Limonada”. Através de sua carreira, procuramos identificar ao longo de sua produção indícios da transição do saber médico, isto é, os impactos gerados com o advento das teorias microbianas e evolutivas em oposição ao seu pensamento de formação, a teoria miasmática. Além disso, analisaremos os conflitos gerados entre seus pares de profissão e as práticas de cura resultantes do envolvimento com sujeitos do vasto universo da cura, diante de tantas mudanças epistemológicas. Identificaremos seus principais temas de estudos; suas relações científicas estabelecidas entre instituições nacionais e internacionais; e, principalmente, a repercussão de trabalhos científicos no Brasil e no exterior. Para tanto, usamos uma ampla documentação, como os ofícios e relatórios acessados no Arquivo do Estado do Pará (APEP); dicionários biográficos consultados na Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR) e no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG); dicionários médicos e botânicos verificados na Biblioteca virtual José Mindlin (USP); artigos publicados nas Gazetas Médicas da Bahia e de Paris; os relatórios dos presidentes de Província encontrados no Center for Research, da Universidade de Chicago; assim como o inventário *post mortem*, obtido no Centro de Memória da Amazônia (CMA); e, principalmente, os jornais e periódicos do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

Palavras-chave: Francisco da Silva Castro; Amazônia; Práticas de Cura; História da Ciência; História da Saúde

ABSTRACT

This dissertation aims to construct the biography of Francisco da Silva Castro, a doctor with long and intense experience who became known with the nickname “Doctor Lemonade”. Through your career, we are looking to identify through its production the sings the transitions of medical knowledge, that is, the impacts generated with the advent of microbial and evolutionary theories as opposed to their formative thought, the miasmatic theory. Furthermore, we will analyze the conflicts generated between their professional peers and the healing practices resulting from involvement with subjects from the world of healing, in the face of so many epistemological changes. We will identify its main study themes; its scientific relations established between national and international institutions; and, mainly, the repercussion of scientific works in Brazil and abroad. To do this, we use extensive documentation, like as offices and reports accessed in the Public Archive of State of Pará (APEP); biographical dictionaries consulted in Public Library Arthur Vianna (CENTUR) and at the Emílio Goeldi Museum of the Pará; medical and botanical dictionaries in the José Mindlin virtual library (USP); articles published in the medical gazettes of Bahia and Paris; the reports of Province presidents found at the Center for Research, at the University of Chicago; as well as the *postmortem* inventory, at the Amazon Memory Center (CMA); and, mainly, in the newspapers and periodicals in the collection of the Brazilian Digital Hemeroteca.

keywords: Francisco da Silva Castro; Amazon; Healing Practices; History of Science; Health History

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1- ABRAM-SE OS AUTOS! OS BASTIDORES DA FAMÍLIA CASTRO.....	11
1.1- Configurando a família e a cidade de Belém.....	12
1.2- Belém, “uma cidade pantanosa”.....	35
CAPÍTULO 2- “OH PROVIDÊNCIA DIVINA, QUANTO SOIS MARAVILHOSA!”: UMA ANÁLISE DOS DEBATES, ETIOLOGIAS E TERAPIAS USADAS EM TEMPOS DE CÓLERA.....	50
2.1- O que seria o “vírus do cholera?”.....	51
2.2- Entre elixires, chás, cachaças e sangrias: suco de limão, uma “GRAÇA CELESTE dos semi-selvagens”!.....	70
CAPÍTULO 3- CIRCULAÇÃO DE PLANTAS E SABERES: USOS, CLASSIFICAÇÕES E REPERCUSSÕES DAS ESPÉCIES AMAZÔNICAS.....	87
3.1- “Cruzada Santa” contra a lepra: a fórmula secreta do curandeiro de Santarém.....	88
3.2- Do uxi ao mandacará: as virtudes das plantas amazônicas nos manuais botânicos e de medicina.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
FONTES.....	116
REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO

Caminhar pelas ruas das cidades nos exige atenção e muito cuidado para não nos perdemos no meio do trajeto. Ainda bem que hoje contamos com uma infinidade de ferramentas, como o *Google maps* e demais instrumentos para nos auxiliarem na difícil empreitada de nos localizarmos nos grandes centros urbanos.

Na loucura que é a rotina das grandes cidades, muitas das vezes, um detalhe passa despercebido, apesar de sua função ser essencial para achar-nos no espaço físico - e podemos dizer também, no tempo: as ruas. Caminhar pelas veredas de Belém do Pará é enxergar o passado e presente em constante movimento, graças aos vestígios de outrora. Se há registros no espaço físico, há memórias, e, portanto, a história pode ali se fazer presente. Sobre isso, o historiador Jacques Le Goff diz,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa¹.

Lembremos que o “batismo” de uma rua não é um processo “inócuo”, sem critério algum e, tampouco, feito aleatoriamente. É necessário que haja uma papelada burocrática a ser debatida nas Câmaras Municipais para que a nomeação da rua seja levada a cabo. Vale dizer, que o critério obrigatório a ser levado em consideração para esse efeito é o caráter póstumo ao homenageado, com o preciso intuito de rememorar seus feitos na sociedade que pertenceu. Assim, nada mais adequado reafirmar que as ruas têm histórias, muito embora sejam repletas de datas e personagens anônimos que estamos prestes a revelar nesta dissertação.

Adianto ao meu estimado leitor que este trabalho é uma biografia, na qual faço uso da ferramenta prosopográfica. Evidentemente que, não é, nem de longe, um esforço que venha transgredir os preceitos dos historiadores dos *Annales*. Assim, fazer uma “história factual”, relatar “grandes feitos” e construir narrativas de cunho memorialista não serão recursos usados pelo autor que vos escreve.

Para tanto, farei uso de teóricos da História e da biografia, cujas discussões levam em conta a trajetória de um indivíduo buscando conexões com o mundo que o cerca, apontando seus diálogos e os confrontos entre os seus. Assim, os trabalhos biográficos de

¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.p. 545.

Christopher Hill², Pierre Bourdieu³ e Carlo Ginzburg⁴ são primordiais para nossa escrita. Além disso, achamos importante ampliar nossa análise, ou seja, enxergar os esculápios contemporâneos do médico paraense Silva Castro, assim como os demais atores da cura. Logo, a metodologia prosopográfica mostrou-se útil e assim recorreremos ao texto de Lawrence Stone⁵.

Antes de chegarmos no objeto desta dissertação, faço a primeira chamada ao meu estimado leitor para farejar “carne humana” por Belém, tal qual a metáfora empregada pelo historiador francês Marc Bloch⁶. A partir daqui, seguiremos as linhas sinuosas e imprevisíveis de Clio até chegarmos ao nosso protagonista: o “Doutor Limonada”.

Nossa primeira parada será em Icoaraci, distrito de Belém. Estamos numa região bem distante da área central, conhecida pela produção das belíssimas cerâmicas marajoaras e pelas formosas praias desenhadas pela confluência da Baía do Guajará; e também, pelo intenso fluxo de pessoas e mercadorias que chegam através do porto da região onde mantém estreita ligação com o território do Marajó, a maior ilha fluviomarítima do planeta. No entanto, um primeiro nome nos chamou a atenção: Avenida Lopo do Amazonas Alvarez da Silva Castro - a principal avenida de acesso para aqueles que chegam no distrito através do porto. Em poucas palavras, Lopo de Castro⁷, como é conhecido na cidade, foi um médico e

² HILL, Christopher. **O Eleito de Deus**. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Cap. 13, p. 182.

⁴ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵ STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782011000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/khxZXHsx498bxmNtg63Hzgy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

⁶ BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1976. p. 28.

⁷ Lopo do Amazonas Alvarez da Silva de Castro nasceu em Belém no dia 21 de setembro de 1911, filho de Liberato Magno da Silva Castro e de Consuelo Alvarez de Castro. Em Belém, estudou no Colégio Nazaré. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, formou-se pela Faculdade de Medicina da Praia Vermelha nessa cidade em 1932, retornando em seguida à capital paraense. Fundou a empresa Alvarez de Castro e Cia. Comércio Internacional Ltda. tendo sido provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará, presidente da seção paraense da Legião Brasileira de Assistência e presidente da Associação Comercial do Pará. Ingressou na política filiando-se ao Partido Social Progressista (PSP), que integrava a Coligação Democrática Paraense, composta, além do PSP, pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL) e o Partido Social Trabalhista (PST), de oposição a Joaquim de Magalhães Barata. Em 1950, com a derrota do “baratismo” e a ascensão de Alexandre Zacarias de Assunção ao governo do estado em fevereiro do ano seguinte, Lopo foi nomeado prefeito municipal de Belém. Permaneceu à frente do Executivo da capital paraense até 1954, quando se desincompatibilizou do cargo para concorrer a uma cadeira no Legislativo Federal. No pleito de outubro desse ano foi eleito deputado federal pelo Pará na legenda do PSP, tendo sido o terceiro candidato mais votado no estado. Assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1955, mas em 1956 disputou eleições para a prefeitura de Belém, saindo vitorioso. Desse modo, deixou o mandato de deputado federal em novembro de 1957 para reassumir as funções de prefeito da capital paraense. Em 1959, sofreu um grave acidente de automóvel que o manteve afastado do cargo por seis meses, tendo sido substituído pela presidente da Câmara Municipal, Alice Antunes Coelho. Disponível em:

político brasileiro sendo deputado e prefeito de Belém. Guardemos bem o sobrenome: Silva Castro.

Nosso trajeto segue pela mesma avenida até o seu fim. Inclusive, a mesma via desemboca em um dos principais corredores viários de Belém, a Avenida Augusto Montenegro⁸ - atualmente conhecida por ser a “Nova Belém” em virtude da intensa especulação imobiliária e a quantidade de condomínios e residenciais de luxo. Mais um nome bem conhecido entre os moradores da cidade. Montenegro foi advogado e Governador do Estado do Pará entre os anos de 1901 a 1909, além de ser, conhecido pela conclusão da Estrada de Ferro e Bragança - um dos símbolos de progresso da época -, cujo feito lhe rendeu a eternização de seu nome no espaço físico da cidade.

Chegamos no Entroncamento, bairro - limite que finda a Avenida Augusto Montenegro e inicia a Avenida Almirante Barroso⁹. Este último nome, foi um dos mártires da Guerra do Paraguai e também atuou na repressão aos cabanos revoltosos do início do século XIX. Inclusive, no mesmo local há um monumento em alusão à Cabanagem¹⁰, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Continuemos nosso trajeto. Nos deparamos com as extensas vilas militares que circundam a mesma avenida, encruzadas pelas travessas que rememoram os nomes e episódios da Guerra do Paraguai; bem no centro, contamos com os

<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopo-do-amazonas-alvarez-da-silva-de-castr>
o. Acesso em: 10 dez. 2023.

⁸ Augusto Montenegro foi um político e advogado brasileiro. Governador do Pará, de 1 de fevereiro de 1901 a 1 de fevereiro de 1909. Concluiu a estrada de ferro Belém-Bragança em 31 de dezembro de 1901, regularizou as finanças, melhorou o serviço de águas, e resolveu a secular pendência das terras do Amapá, ganhando dos franceses. Augusto Montenegro substituiu o governador Paes de Carvalho. Em sua homenagem, foi dada a uma rodovia o nome de Augusto Montenegro, sendo uma das mais movimentadas do município de Belém. Disponível em: <http://obrasaras.fcp.pa.gov.br/book-author/montenegro-augusto-1867-1915/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

⁹ Francisco Manoel Barroso da Silva nasceu em 29 de setembro de 1804 em Lisboa; veio para o Brasil, com seus pais e a Família Real portuguesa, chegando ao Rio de Janeiro em 1808. Ingressou como Aspirante na Academia de Marinha em 1821. Como Guarda-Marinha e, depois, como Tenente, lutou na Guerra da Cisplatina, a bordo de navios da Marinha Imperial brasileira. Participou de diversos combates. Atuou na repressão à Cabanagem, na Província do Pará, e à Guerra dos Farrapos, no Sul, durante o Período Regencial. Comandou diversos navios, inclusive a Corveta Baiana, em uma viagem de instrução no Oceano Pacífico. Comandou a Estação Naval de Pernambuco; depois, já como Oficial-General – Chefe de Divisão (posto que correspondia ao de Comodoro em outras Marinhas), comandou a Estação Naval da Bahia e, mais tarde, a Divisão Naval do Rio da Prata. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/historia/almirante-barroso>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹⁰ Foi uma revolta que aconteceu no Grão-Pará, entre os anos de 1835 e 1840, durante o Período Regencial. Suas causas foram a grave crise social e econômica vivida na região. Seus principais líderes tinham origem indígena, negra e da camada mais pobre. Foi derrotada pelas tropas regenciais. Para mais detalhes, ler: RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, [S.L.], v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-77042007000100002>; BARRIGA, Letícia Pereira. **Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840)**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

ônibus articulados do BRT, posicionados justamente onde passavam no início do século XX os trens da antiga Estrada de Ferro Belém - Bragança.

Permanecemos no mesmo itinerário em direção ao atual Terminal Rodoviário de São Brás - antiga estação de trem. Passamos pela Avenida Júlio César Ribeiro de Souza¹¹ até chegarmos ao atual *campus* de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade do Estado do Pará (UEPA), situado onde fora a sede (por quase 100 anos) do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira¹². Bem ao lado, temos o Bosque Rodrigues Alves, reformado pelo polêmico Intendente Antônio Lemos, tornando-o um dos símbolos de culto à natureza e, também, à sua pessoa.

Partindo do bosque pularemos oito travessas permanecendo, ainda, na Avenida Almirante Barroso. Na altura das travessas Curuzu e do Chaco encontramos o estádio de futebol, pertencente a um dos clubes mais tradicionais de Belém - *Paysandu Sport Club* -, criado em 1914. Curiosamente, a mesma arena é conhecida na cidade pelo codinome “Curuzu”, porém seu nome oficial é Leônidas Sodré de Castro, uma homenagem feita por um dos criadores do clube; o nome completo é Leônidas Ramiro da Silva Castro. Atentemos, novamente, ao sobrenome: Silva Castro.

Nossa viagem está prestes a terminar. Chegamos ao fim da Avenida Almirante Barroso. Agora, dobramos à esquerda seguindo na Avenida José Bonifácio, um importante corredor que liga a periferia de Belém à área central da cidade. Permanecendo no mesmo itinerário, adentramos no bairro do Guamá - nome do rio homônimo que banha a região - cuja localidade era conhecida por ser o limite urbano de Belém no fim do século XIX e início do XX, e por abrigar uma das várias linhas de *bonds* que cortavam a cidade; além disso, era uma região muito temida pelos higienistas daquela época em virtude dos igarapés e pântanos das imediações, criadouros de mosquitos hematófagos. Hoje, o pavor das autoridades políticas e das famílias ainda permanece, mas nada comparado às características do local, e sim, em virtude dos alarmantes índices de violência e problemas acarretados com a ocupação desordenada.

¹¹ Foi um inventor e escritor paraense. Nasceu no dia 13 de junho de 1843 e faleceu no dia 14 de outubro de 1887. É considerado um dos precursores da aviação no Brasil, tanto que o aeroporto internacional de Belém e a avenida possuem seu nome. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/657775/saiba-quem-foi-julio-cezar-o-pioneiro-na-navegacao-aerea?d=1>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹² Disponível em: http://www.professoraedilzafontes.com/2009/12/historia-do-hospital-psiquiatrico_16.html. Acesso em: 10 dez. 2023.

Contudo, o “farejador” que vos narra encontrou mais um vestígio de saltar os olhos, nas proximidades do cemitério de Santa Isabel. Por lá, encontramos mais um indício do sobrenome que tanto perseguimos, a travessa de nome Liberato Magno da Silva Castro.

Chegamos ao nosso destino final. Nosso objeto está cada vez mais visível. Na esquina próxima a travessa anteriormente citada encontramos a rua Silva Castro - uma das principais vias do bairro do Guamá, cujo nome foi concedido ao “distinto médico e ilustre cientista paraense”, segundo os poucos dicionários que fazem referência a Francisco da Silva Castro ou mais conhecido por seus opositores como “Doutor Limonada”.

Como vimos até aqui, os Castros são topônimos demarcadores oficiais espalhados por toda Belém. Todavia, se compararmos todos os membros da família Silva Castro aqui citados, certamente o menos conhecido hoje é Francisco, justamente o progenitor da numerosa família. Nos propusemos nessa Dissertação a tarefa de narrar a sua história, bem como acompanhar as transformações epistemológicas que estavam ocorrendo no meio científico através de sua produção médica, isto é, uma produção científica que ocorre no momento da transição do saber médico, da teoria miasmática (forma de pensamento científico dominante no período de sua formação) às teorias microbiana e evolutiva, com o surgimento de vários estudos e avanços técnicos que colocaram suas convicções e formação científica, assim como de seus pares, à flor da pele. Temos por objetivo, também, mapear as relações científicas de Francisco da Silva Castro estabelecidas no Brasil e no exterior; e dar visibilidade às repercussões de seus estudos e suas práticas de cura, como analisar ainda a sua relação com interlocutores e referenciais teórico-científicos.

Costumo dizer que Silva Castro foi um homem de “muitas nuances” e pretendo trabalhar várias delas nos três capítulos que compõem essa dissertação. Mas antes de adentrarmos em sua vida é necessária uma breve apresentação do nosso “Doutor Limonada”.

Francisco da Silva Castro é natural de Belém. Nasceu no dia 21 de abril de 1815. Assim que concluiu seus estudos primários, seguiu ao velho continente rumo ao Colégio de Artes, em Coimbra, para cursar Humanidades. Posteriormente, fez parte da Escola Médica - Cirúrgica, formando-se em 1837. Nesse mesmo ano, alcançou o grau de Doutorado na Universidade de Louvain, na Bélgica, e no ano seguinte, retornou à terra natal.

No Pará, Silva Castro envolveu-se com Joanna Antunes Balby e construíram uma numerosa família¹³. Além disso, ocupou os principais cargos sanitários da época, como: a

¹³ Os detalhes da família serão revelados no capítulo 1.

Presidência da Comissão de Higiene e Socorros Públicos¹⁴, Provedoria da Santa Casa de Misericórdia¹⁵ e Inspetoria de Saúde Pública do Pará¹⁶. Fez parte, também, da Assembléia Legislativa da Província, em diversos mandatos, sendo deputado, senador e vereador dessa Casa¹⁷.

Como não bastasse a agenda lotada, dada a infinidade de cargos públicos que exerceu, Silva Castro desenvolveu uma série variada de estudos, nas mais diversas disciplinas. Investigou os rios da Amazônia, aplicou-se na coleta de materiais arqueológicos e demais artefatos de diversos povos indígenas, sobretudo as urnas funerárias. No entanto, o traço marcante de sua vida foi, seguramente, a manipulação de plantas medicinais em suas práticas de cura - o limão é um deles, e uma infinidade de outros vegetais usados repetidas vezes, graças a sua convivência e observação dos demais atores de cura que circulavam pela Província.

Curioso ressaltar que tais estudos o tornaram ainda mais reconhecido no cenário médico - científico. Inclusive, suas investigações foram publicadas em academias médicas nacionais e internacionais, assim como nos dicionários médicos e botânicos de maior circulação do Império. Tudo isso, com base na exploração do conhecimento de indígenas, pajés e curandeiros.

Mostrei até o momento duas (das várias) nuances de Silva Castro - homem público e cientista. No entanto, convém ressaltar que o nosso clínico manteve estreita ligação com cientistas do Brasil e exterior graças aos trabalhos efetuados ao longo de sua carreira. E não contentou-se apenas em estabelecer tais ligações, mas também, participou efetivamente na formação de acervos. Agiu nesse âmbito, principalmente, através da doação de materiais arqueológicos e etnográficos para instituições científicas nacionais, como: Museu Nacional, Associação Filomática (hoje Museu Paraense), Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, também, doou a museus internacionais, os materiais de mesma natureza, que podem ser encontrados no Museu de História Natural de Estocolmo, na Suécia, e no Museu Etnográfico de Oslo, na Noruega.

A longa e intensa vida de Silva Castro - morreu com 84 anos de idade - foi marcada pelo reconhecimento, graças aos serviços prestados como médico, cientista e filantropo. A prova disso são as inúmeras condecorações e honrarias recebidas, destacando-o ainda mais

¹⁴ Foi presidente de 1854 a 1856.

¹⁵ Esteve à frente da Santa Casa de Misericórdia do Pará de 1863 a 1865.

¹⁶ Foi inspetor, diversas vezes, ao longo dos anos de 1856 a 1870.

¹⁷ Foi deputado, em várias legislaturas, de 1845 a 1867. Trabalhou, como vereador, entre os anos de 1869 a 1870; enquanto senador atuou nos intervalos de 1885 a 1890.

no meio clínico e científico. Ele foi amplamente reconhecido por serviços prestados nos momentos epidêmicos de cólera e febre amarela, com as seguintes honrarias: a Comenda de São Gregório Magno¹⁸; a Vice-Presidência Honorária da Real Sociedade Humanitária Portuense¹⁹; a distinção de Beneficência título dado pela Rainha da Espanha²⁰; e também, recebeu a Comenda da Ordem de Cristo²¹ e da Ordem da Rosa²², ambas concedidas por Dom Pedro II.

As condecorações são inúmeras. Silva Castro angariou títulos de autoridades internacionais, a exemplo da Comenda da Ordem de Cristo, concedida pelo Rei de Portugal, em referência à atuação em quadras epidêmicas; e por conta de seus trabalhos científicos, conferiu-se-lhe a Ordem de Santiago de Mérito Científico e Literário.

Com tantos títulos em seu currículo, agora é mais fácil entender os motivos pelos quais Silva Castro teve uma rua com seu nome por homenagem, apesar de ser pouco conhecido nos dias atuais, já que sua produção e relações científicas jamais haviam sido exploradas antes da presente Dissertação. Entretanto, algumas informações adicionais precisam ser pontuadas. Observamos a quantidade e a variedade de instituições, e, conseqüentemente, pesquisadores com quem esteve em constante diálogo.

A notoriedade de Silva Castro no cenário científico era expressiva, ao ponto de ser frequentemente convocado por autoridades imperiais para a organização de efemérides e demais eventos sobre História Natural, Geografia Pátria e datas festivas à mando de Dom Pedro II; esteve em constante parceria com o naturalista Emílio Goeldi (Diretor do Museu Paraense)²³ e Domingo Soares Ferreira Penna (Fundador do Museu Paraense)²⁴; além de inserir-se em Associações médicas e farmacêuticas da Espanha e Portugal; e fazer parte do

¹⁸ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 17/05/1856. p. 2. Este título foi concedido pelo Papa Pio IX.

¹⁹ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 30/05/1856. p. 2.

²⁰ Hemeroteca Digital Brasileira. GAZETTA OFFICIAL. Belém. 12/06/1856. p. 2.

²¹ Hemeroteca Digital Brasileira. DIÁRIO DE BELÉM. Belém. 4/05/1869. p. 2. Neste jornal, foi comum textos relacionados à família Castro, principalmente sobre o médico aqui investigado. Os numerosos títulos e demais feitos que o destacaram foram reportados pelo referido jornal. Vale lembrar, que o *Diário de Belém* foi chefiado por Liberato de Castro, um dos filhos do casal, assim é mais fácil compreender notícias desse gênero. Esta pesquisa concentrou-se, na maior parte, nos jornais e para conhecer alguns aqui usados destaque o seguinte catálogo: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.

²² CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude**: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. p. 49.

²³ Hemeroteca Digital Brasileira. DIÁRIO DE BELÉM: FOLHA POLÍTICA, NOTICIOSA E COMMERCIAL. Belém. 4/01/1881. p. 2. Silva Castro foi integrante, secretário e presidente de inúmeras efemérides. Ele e Emílio Goeldi, em muitas delas, eram os responsáveis pela organização.

²⁴ Além de atuar na formação do acervo do que se tornaria o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, Silva Castro coletou urnas funerárias, inclusive, junto a Ferreira Penna resultando em estudos publicados em revistas internacionais, como a *The American Naturalist*, disponível no seguinte endereço: <https://www.jstor.org/stable/2447398>.

seleto grupo dos imortais da Academia de Medicina do Pará²⁵, cem anos após o seu falecimento, ocorrido no dia 15 de junho de 1889.

Para a construção da trajetória de Silva Castro, foi necessária a reunião de um extenso *corpus* documental. Basicamente, a coleta de dados foi feita em duas frentes: nos acervos digitais e físicos.

A pesquisa se concentrou na maior parte do tempo nos acervos digitais, e as fontes hemerográficas constituíram-se um importante material para nosso estudo. Na Hemeroteca, obtivemos uma infinidade de dados sobre Silva Castro, principalmente seus ofícios, relatórios e principais temas de estudos e, claro, seus desafetos travados ao longo da vida²⁶.

Acessei, ainda, o acervo do *Center for Research da Universidade de Chicago*²⁷ com intuito de mapear os cargos públicos que ocupou ao longo da vida; assim pude depreender seus principais debates, sobretudo aqueles acerca das doenças que mais assolavam a Província e sua proximidade com administradores da Província.

Contei com o apoio das fontes disponíveis nas Gazetas médicas da Bahia e de Paris. Em ambos, verifiquei a repercussão de seus estudos sobre as plantas amazônicas, *Uirary* e *Paracary*. Os demais vegetais foram investigados nos dicionários médicos e botânicos disponíveis na Biblioteca Virtual Brasileira de José Mindlin (USP).

Tive acesso à cópia de um roteiro corográfico que Silva Castro doou ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Por último, fiz uso de dois mapas históricos da cidade de Belém para compreender e visualizar os caminhos por onde Silva Castro e sua família transitavam. Um deles encontra-se no catálogo digital da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR); e o outro está disponível no site da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Pará.

Por sua vez, os arquivos físicos também foram investigados, embora em menor intensidade, pois, durante o período de realização da Dissertação, ocorreu a pandemia de Covid-19, fechando as portas de muitos Arquivos históricos e outros. Ainda assim, o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) foi, sem dúvidas, o mais acessado. Por lá, investiguei presencialmente os Ofícios da Comissão de Higiene Pública do Pará (1850-1855); da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia do Pará (1860-1899) e da Inspeção de Saúde Pública do Pará (1856-1889). Neste arquivo, meu objetivo geral foi

²⁵ Hemeroteca Digital Brasileira. O LIBERAL. Belém. 12/02/1989. p. 1.

²⁶ As ocorrências de Silva Castro estão distribuídas em 24 periódicos, totalizando 512 ocorrências entre os anos de 1845 a 1989.

²⁷ Investiguei os relatórios dos Presidente de Província entre os anos de 1838 a 1889.

mapear o envolvimento de Silva Castro em cargos públicos, a fim de identificar os temas mais recorrentes e as polêmicas travadas entre seus pares de profissão.

A Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR) foi crucial para obtermos dados biográficos sobre Silva Castro. Acessamos presencialmente dois dicionários, ambos do século XIX, o mais antigo sendo o *Diccionario Bibliográfico Portugues*, de Francisco Innocencio da Silva (1859); o segundo foi o *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Augusto Sacramento Blake (1889). Apesar de serem algumas das poucas referências de Silva Castro, essas duas produções pouco nos ajudaram a ter maiores detalhes sobre o médico aqui estudado, pois os dois dicionários ofereceram a velha narrativa dos “grandes feitos” e seus conteúdos parecem uma cópia um do outro. No setor de microfilmagem do mesmo local, encontrei o necrológio de Silva Castro publicado no jornal *Folha do Norte* e, de novo, o conteúdo muito se parece com o que encontrei nos dois dicionários citados.

Outro importante acervo para essa pesquisa foi a Biblioteca Domingo Soares Ferreira Penna, localizada no *campus* de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nela encontramos a obra de Osvaldo Cunha, um importante estudo biográfico, que nos deu um pouco mais da dimensão dos trabalhos e cooperações científicas estabelecidas por Silva Castro.

Mais uma fonte de caráter biográfico foi usado neste trabalho. No caso, o livro *A Família Castro no Pará*, de João José da Costa Botelho (1983), disponível no Laboratório de História da Universidade Federal do Pará (LABISHT-UFPA). Nele, contamos com a reconstituição da extensa árvore da parentela do médico, com muitas fotos e retratos dos membros que a compunham. Mas a informação mais importante comparada a toda documentação aqui levantada foi a transcrição do manuscrito de Silva Castro produzido na época da epidemia de cólera²⁸.

Para finalizar, usamos a documentação disponível no Centro de Memória da Amazônia (CMA). No caso, analisamos as minúcias, por vezes burlescas, dos conflitos domésticos que estendem-se no inventário de Silva Castro e sua esposa Joanna Antunes Balby.

Feito o panorama das fontes aqui usadas, partiremos para a organização da dissertação. Como me referi, nosso estudo possui três capítulos, distribuídos em seis subitens, nos quais apresento cada “nuance” da vida e obra de Silva Castro.

²⁸ O referido documento será discutido em detalhes no capítulo 2.

No primeiro capítulo, discutiremos a Belém da *Belle Époque* do início do século XX e a “Belém Pantanosa” de 1850. As reflexões de Sandra Pesavento mostram-se salutares ao revelar que as cidades são dotadas de significados, cargas simbólicas, de conflitos - assim podemos dizer, e, portanto, de historicidade²⁹. É isso que iremos explorar neste capítulo. Num primeiro momento, desnudamos, literalmente, os bastidores familiares dos Castros, cuja convivência foi marcada pela conflituosa partilha *post mortem* dos bens deixados por seus progenitores. Posteriormente, analisaremos as características da cidade anos antes do desembarque do mal colérico na “Cidade do Pará”, onde suas “peculiaridades”, segundo os opositores de Silva Castro, eram apontadas como fatores determinantes para o surgimento do mal. Para a feitura deste capítulo, usamos o inventário *post-mortem* de Silva Castro e Jonna Balby, os relatórios dos presidentes de Província e os mapas de Theodoro Braga e José Sydrim.

Em sequência, no capítulo intitulado “OH PROVIDÊNCIA, DIVINA QUANTO SOIS MARAVILHOSA!”, temos como objetivo geral acompanhar o passo a passo da construção de uma teoria científica no século XIX. Além disso, damos visibilidade às pessoas anônimas que tiveram suas terapias e práticas “copiadas e coladas” por Silva Castro. O primeiro item, reserva-se às contendas travadas entre os clínicos que faziam parte da Comissão de Higiene Pública durante a quadra colérica, principalmente o intenso “bate boca” entre Silva Castro e Camillo Valle Guimaraes. Dessa forma, é possível entrever que o surgimento de uma teoria não se dá de um dia para o outro, e tampouco, ocorre de forma linear. A “Ciência em construção”, como diz Bruno Latour, é repleta de incertezas, controvérsias - e podemos dizer ainda, de conflitos, como foi o caso dos dois esculápios em questão³⁰.

Por sua vez, na segunda parte deste Capítulo, usamos o termo “ajudante de cientistas”, cunhado por Patrícia Melo. Com isso, afirmo que os recursos terapêuticos usados por Silva Castro aproximaram-se das práticas populares, sobretudo indígenas, tais como: as folhas de urubu, ipecacuanha, e principalmente, o fruto cítrico que lhe rendeu a fama de “Doutor Limonada”. Os documentos selecionados para esta seção foram os relatórios e ofícios acessados no periódico *13 de Maio* e da Comissão de Higiene e Socorros Públicos do Pará, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira e no APEP.

²⁹ PESAVENTO, S. J. História, Memória e Centralidade Urbana. *Revista Mosaico - Revista de História*, Goiânia, Brasil, v. 1, n. 1, p. 3–12, 2008. DOI: 10.18224/mos.v1i1.225. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>. Acesso em: 27 dez. 2023.

³⁰ LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 17.

Nosso derradeiro capítulo, chamado “Circulação de plantas e saberes: usos, classificações e repercussões das espécies amazônicas”, tem como propósito maior apontar a fluidez das fronteiras existentes entre a medicina oficial e a popular, bem como sinalizar os interlocutores científicos concebidos através da repercussão das produções de Silva Castro. No primeiro subitem deste Capítulo damos relevo às experiências que nosso médico manteve junto com um curandeiro de Santarém, conhecido popularmente pelo apelido de “Velho Angico”. Assim, nada mais oportuno para isso foi resgatar as considerações de Dominique Pestre³¹, para entendermos que a construção do conhecimento científico é um conjunto de práticas culturais, não restritas a um laboratório, mas sim, ensejadas em contextos e por atores diversos, assim como Angico e Silva Castro.

Na sequência, investigamos os meios pelos quais Silva Castro esteve conectado ao universo da ciência brasileira e mundial, por conta de seus variados estudos publicados em artigos científicos ou em formato de apresentações, sem esquecer de suas doações a acervos museais. Pelo que averiguamos até aqui, seus estudos concentraram-se, majoritariamente, no domínio das plantas amazônicas. Graças a elas, Silva Castro manteve-se conectado com “espaços diversificados” de produção científica, isto é, museus, jardins botânicos, institutos históricos, dentre outros, como demonstra Silva Figueiroa³². Neste capítulo, contamos, para dizer sumariamente, com jornais, dicionários médicos e botânicos e artigos científicos divulgados em academias médicas nacionais e estrangeiras.

³¹ PESTRE, Dominique. Uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos Unicamp**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-54, 1996.

³² DE M. FIGUEIRÔA, S. F. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das Ciências Naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). **Asclépio**, [S. l.], v. 50, n. 2, p.107-123, 1998.

CAPÍTULO 1

ABRAM-SE OS AUTOS! OS BASTIDORES DA FAMÍLIA CASTRO

1.1. Configurando família e a cidade de Belém

Sexta- feira, 15 de Junho de 1899. Uma notícia surpreendeu os editores do jornal *Folha do Norte*, causando grande comoção na cidade de Belém. O infausto acontecimento daquela tarde cinza e chuvosa combinava com a tristeza de seus moradores. A capital do Pará, despedia-se do médico imortal³³ e ilustre cientista que foi. Silva Castro, infelizmente, havia nos deixado, despertando profundo pesar assim noticiado:

(...) Varias casas particulares e estabelecimentos comerciais cerraram a meio as suas portas em sinal de pezar. A sociedade medico- pharmaceutica, logo ao ter notícia (...) fez erguer à, meia verga o seu pavilhão, nomeado uma comissão de cinco de seus membros para representar nos funeraes. O sahimento, que foi imponente, verificou-se às 4 horas da tarde, sendo concorridissimo assistindo-o quase todos os médicos e farmacêuticos aqui residentes, e representantes de todas as classes sociais. Sobre o feretro avultavam numerosas e riquíssimas coroas, alli depositadas por amigos parentes do notável paraense, lendo-se em todas sentidas e expressivas inscrições. São em elevado número as cartas e cartões de pêsames que tem recebido a família Silva Castro. A Folha sentimenta a respeitável família, especialmente a sua inconsolável viúva e dignos filhos³⁴.

Um pouco menos de cinco meses depois, a *República* trouxe à público mais uma manchete que enlutada os Castros novamente, a “reputada e admirável matriarca” da família, Joanna Antunes Balby³⁵, havia partido às 11 horas do dia 9 dezembro

Finou-se hontem(...) com 75 annos de idade, d. Joanna Antunes Balby de Castro, viúva do sr. dr Francisco da Silva e filha de João Balby, um dos venerados martyres da nossa independência. A toda sua numerosa e ilustre família apresentamos a expressão sincera do nosso pezar. A transladação do corpo da illustre morta para o cemitério de Santa Isabel, terá logar hoje, às 9 horas do dia³⁶.

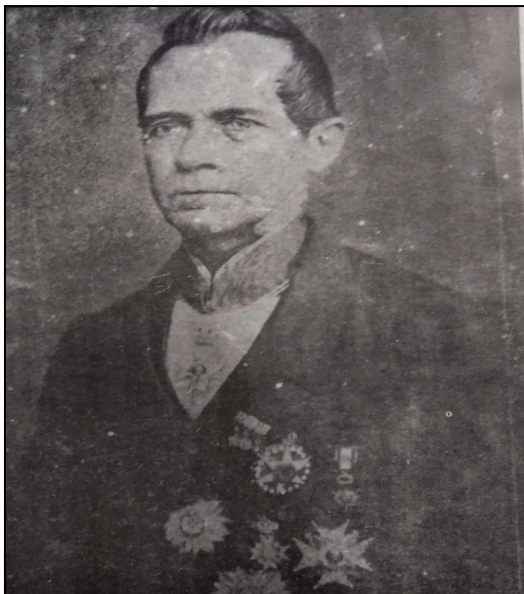
Após o falecimento dos progenitores da família Castro (abaixo, à esquerda, Silva Castro e à direita, Joanna Balby), passados seis meses, nos tornou possível compreendermos a vida e o perfil dos membros que compunham essa família. O inventário, marcado pela “dança dos sobrados” - conflitos de herança pelos bens do Dr. Castro -, é o fio condutor da nossa investigação. Através dele, podemos vislumbrar a relação- ou melhor- o verdadeiro cabo de guerra travado no seio de uma das famílias mais tradicionais da Belém da *Belle Époque*.

³³ Hemeroteca Digital Brasileira. O LIBERAL. Belém. 12/02/1989.p. 1. Nesta edição, consta-se a escolha de Silva Castro como um dos patronos-imortais da Academia de Medicina do Pará.

³⁴ Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR). FOLHA DO NORTE. Belém. 15/06/1899.p. 1.

³⁵ Nasceu no dia 9 de junho de 1826.

³⁶ Hemeroteca Digital Brasileira. A REPÚBLICA. Belém. 10/12/1899.p. 1.



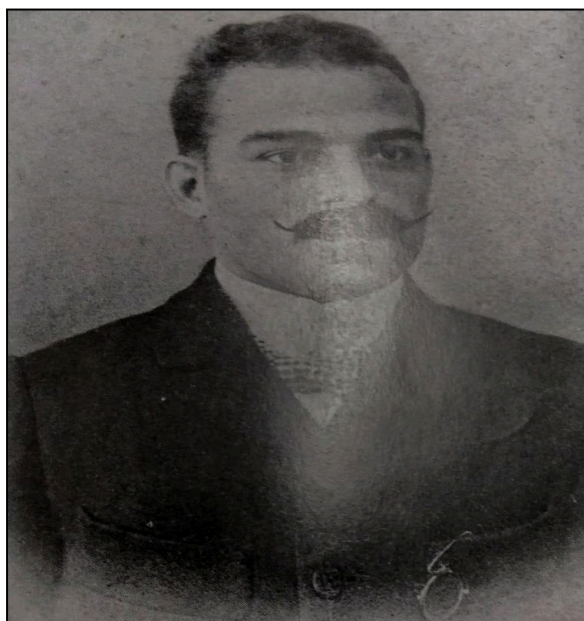
Fonte: BOTELHO, João José da Costa. **A Família Castro no Pará**, 1983.p. 13, 9.

Nossa discussão será feita em dois momentos. A primeira dedica-se a analisar os bens deixados por Silva Castro e Joanna Balby, para que assim tracemos o perfil de sua parentela. Além disso, apresentaremos, brevemente, o cenário onde as desavenças se desenrolaram, isto é, a cidade que tinha como sonho tornar-se a “Paris dos Trópicos”³⁷. Em seguida, na segunda parte faremos uma pequena regressão no tempo, no sentido de indicar o espaço físico da cidade: a Belém que antecedeu o ataque colérico, em que suas características, segundo os clínicos e demais autoridades da época, serão determinantes no triunfo do mal.

Agora, mergulharemos no seio da “Grande Família Castro”. Desde já, quero advertir o leitor que nossa narrativa será levada por um intenso vai-e-vem, tomada por reviravoltas semelhantes às que se passam na série televisiva homônima da TV Globo (“A grande família”). Chamam-nos atenção as confusões domésticas nascidas por vários motivos, dentre os quais podemos destacar: a inserção ou exclusão de herdeiros, as discordâncias nos valores da partilha dos bens e demais decisões, que, inclusive, fugiram do princípio da legalidade. O que deu azo a mais clivagens ainda. Tudo isso, vale ressaltar, seguindo na contramão da reputação de uma parentela “ilibada” e “respeitável”, como os jornais da época faziam questão de noticiar.

³⁷ Sobre a *belle époque* na Amazônia, destaco as seguintes produções: SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle époque** (1870-1920). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2000. 152 p; WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência** (1850-1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

O auto de abertura ocorreu no dia 16 de julho de 1900. Na ocasião, não observamos nenhuma estricção dentro da família. Afinal, o debate girava em torno da escolha do inventariante: o advogado, Liberato de Castro (segue com foto)³⁸, filho do casal, havia sido escolhido para tal responsabilidade. Sem nenhuma oposição dos demais, assim ocorreu. Antes da cerimônia de inventário era necessário prestar juramento frente ao Juiz da Fazenda. Feita a abertura do inventário de bens dos defuntos, passaram-se seis meses até a retomada do arrolamento. A essa altura, as primeiras fissuras começam a se mostrar.



Fonte: BOTELHO, João José da Costa. **A Família Castro no Pará**, 1983.p. 51.

Ao que tudo indica, uma das filhas do casal, Vicentina Augusta da Silva Castro³⁹ não havia sido incluída na partilha dos bens. O embaraço estava armado. Vicentina rapidamente mobilizou seus advogados, fazendo com que impetrassem uma procuração (com urgência),

³⁸ Segundo Botelho (1984, p. 51), nasceu em Belém, no dia 5 de fevereiro de 1853 e faleceu no dia 8 de abril de 1936. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Pernambuco; foi diretor Geral de Instrução Pública; ocupou, diversas vezes, o cargo de Deputado Estadual; tornou-se conhecido por ser fundador e acionista de diversas sociedades e companhias jurídicas em Belém; foi também, Secretário de Educação do Estado do Pará.

³⁹ Curiosamente, os livros, dicionários e demais documentos que colhemos as informações da família, basicamente, nos fornecem informações somente dos homens que possuíam algum tipo de formação. Na maioria, os filhos que tornaram-se médicos e advogados. Quanto às mulheres dessa numerosa família, mesmo sendo em maior número (7 no total), elas são reduzidas aos nomes de seus maridos. As demais informações sobre as mesmas são completamente desconhecidas; nem mesmo suas datas de nascimento são conhecidas. Tal silenciamento, dificultou e muito a atualização da árvore genealógica da parentela. A única mulher sobre a qual obtivemos um pouco mais de dados foi Joanna Balby, mas nada que pudéssemos aprofundar aqui sobre sua trajetória de vida. Certamente, no futuro, a pesquisa seguirá no sentido de averiguar essas informações com mais detalhes.

pois, segundo ela, era preciso “defender, todo o seu direito e justiça em qualquer causas ou demandas cíveis ou crimes”⁴⁰. E nos diz mais, escrevendo do Rio de Janeiro, onde morava:

Eu, Vicentina Augusta da Silva Castro, solteira, e de maior de idade, residente nesta cidade (...) onde compareci. Foi dito que, por este público instrumento e constitui seu bastante procurador na capital dos estados unidos do Pará aos advogados Dr. Theotonio Raymundo de Rito e Enéias Martins, especificamente para requererem em todos os termos do tesouro de inventário dos bens deixados por seus finados pais, o dr. Francisco da Silva Castro e D. Joanna Antunes Balbi de Castro e quem autora para tal fim qualquer poderes permitidos assinados a respeito dos termos de inventariante, receber a sua legítima e dar quitação⁴¹.

À primeira vista, as reclamações de Vicentina Augusta nos parecem legítimas pois ela exigia ser incluída na divisão dos bens de seus falecidos pais. Uma característica do inventário é que, todas as filhas do casal (à exceção de Vicentina) estiveram presentes nas longas relações dos beneficiários das porcentagens a serem recebidas. Porém, o caso de Vicentina nos parece enigmático, afinal, a mesma era filha legítima dos falecidos, segundo a extensa árvore genealógica traçada por João Botelho, autor do clássico *A família Castro no Pará*; e também, nas outras informações colhidas em dicionários biográficos⁴². Portanto, é razoável supor que a mesma não era de modo algum bem quista entre os seus parentes, e isso ganhará relevo ao fim dos autos do processo, como mostraremos em breve.

As reclamações da solicitante, versavam, sobretudo, sobre os seus direitos em angariar os respectivos valores a ela devidos. Ademais, exigia participação efetiva em todos os trâmites legais do inventário. Dito isto, Vicentina acionou seus advogados através de ação judicial, marcando sua oposição aos demais membros da família. Seus descontentamentos não paravam por aí. Ainda, na mesma procuração, seus advogados afirmavam que

A outorgante (...) pretende defender a justiça em qualquer causas ou demandas cíveis ou crimes, movidas ou por mover, em que elle outorgante for autor ou reo, em um ou outro fôro; fazendo citar, oferecer accções, libellos, excepções, embargos, suspeições e outros quaisquer artigos (...) assistir aos termos de inventário ou partilhas, com as citações para elles, assinar autores, requerimentos, protestos, contra-protestos e termos ainda os de confissão, louvação e desistenica, apellar, agravar ou embargar qualquer sentença ou despacho, e seguir estes recursos até maior alçada⁴³.

No fecho de sua procuração, observamos apenas as assinaturas dos advogados já citados e de seu irmão Leonardo Olavo da Silva Castro (ver foto abaixo)⁴⁴. Ao inventariante,

⁴⁰ *Ibid.*, p. 13.

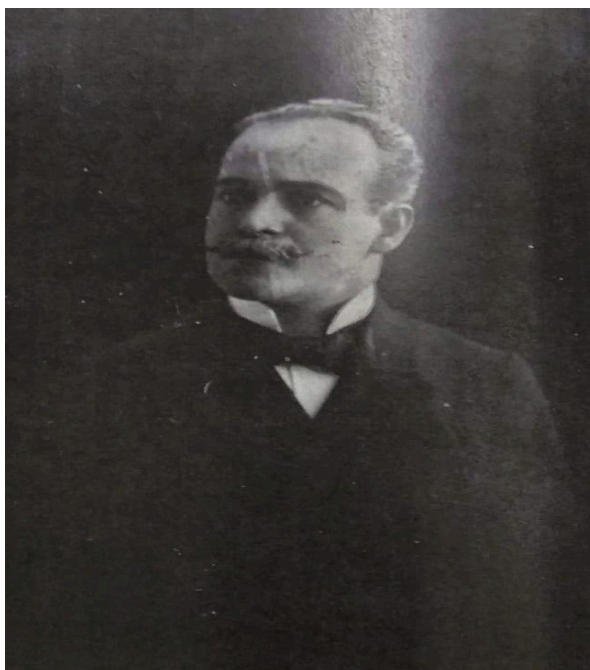
⁴¹ Centro de Memória da Amazônia (CMA). Inventário Francisco da Silva Castro e Joanna Antunes Balby. Caixa 10. Ano: 1900, p. 14.

⁴² BOTELHO, João José da Costa. **A família Castro no Pará**, 1983; SILVA, Innocencio Francisco. **Diccionario Bibliographico Portugues**, 1859, t.3, p.60; BLAKE, Augusto Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**, 1895, v.3, p. 123-125.

⁴³ *Ibid.*, p. 15.

⁴⁴ De acordo com Botelho (1983, p. 26), nasceu em Belém, no dia 30 de setembro de 1866 e faleceu no dia 22 de setembro de 1938. Formou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco. Atuou como Cônsul na cidade de

não foi possível registrar qualquer manifestação em favor da procuração requerida. Tal fato demonstra, portanto, que o principal responsável pela condução do processo não estava em nada de acordo com as decisões tomadas. Mas será que sua oposição foi o suficiente para sucumbir ao pedido daqueles advogados?



Fonte: BOTELHO, João José da Costa. **A Família Castro no Pará**, 1983.p. 26.

Cumprindo os rituais burocráticos desse tipo de documento, os autos são retomados após dois anos. Só aí, contamos com a primeira lista de bens reunindo a extensa relação de partilha entre todos os herdeiros- ao menos, os que até então eram reconhecidos como legítimos⁴⁵. Inclusive, Augusta Vicentina foi incluída no inventário depois de muito exibir suas insatisfações, como vimos anteriormente. Isso ocorreu bem depois da escritura de sua procuração e demais pedidos “juntados”⁴⁶. Após a intimação e consentimento entre todos os interessados, uma nova etapa se iniciou na longa saga na distribuição dos bens entre os

Cobija, na Bolívia; dedicou-se aos serviços em repartições jurídicas e ações em empresas junto com seu irmão, Liberato de Castro.

⁴⁵ Violeta do Ceo de Castro Pinheiro (filha do casal, já falecida) e seus filhos, Julieta Rosa de Castro Pinheiro, maior de 21 anos e seu irmão; Antonio de Castro Pinheiro, também maior de 21 anos; Maria Lucélia de Castro Pinheiro, púbere e menor de 21 anos; Sarah Rachel de Castro Pinheiro, púbere e menor de 21 anos, ambas netas do casal.

Virgínia Rosa de Castro Martins (filha do casal);

Venância Florinda da Silva Castro (filha do casal) casada José Inácio Pereira da Motta (genro do casal) e seus filhos João de Castro Motta, maior de 21 anos; Violeta de Castro Motta e Maria de Castro Motta, ambas púberes e menor de 21 anos Valenciana Laura da Silva Castro Motta, maior de 21 anos.

Luciano Cláudio da Silva Castro; Leônidas Ramiro da Silva Castro; Valdomira Hortênsia de Castro; Vicentina Augusta da Silva Castro; Liberato Magno da Silva Castro e Leonardo Olavo da Silva Castro e Valeriana Laura, todos filhos do casal.

⁴⁶ Ato de juntar ou anexar (peças em um processo).

Castros: a avaliação dos bens. Isto nos aponta para mais cisões dentro da parentela e as características dos bens nos assinalam mais traços da feição burguesa dos mesmos.

No dia 21 de julho do mesmo ano, o inventariante deixou claro que era necessário acionar avaliadores, já que os interessados estavam de acordo (até então) com a venda de tudo. Seguiu, portanto, o pedido para as mãos do escrivão Matheus Lima Pereira de Souza, que havia dado ciência e reunido todos os autos. De pronto, o mesmo escrivão deu aval para a sequência dos procedimentos jurídicos necessários, mas aí o processo demorou mais um ano. Somente em 30 de abril de 1903, o escrivão informou

Que designei as duas horas da tarde do dia sete de maio de novembro por proceder a avaliação dos bens que forem descriptos nestes inventário. O referido é verdade e dou fé (...). Certifico que intimei aos avaliadores: Antonio de Castro Pimenta de Magalhães e Augusto Custódio de Souza Moreira, para no dia e hora designados na certidão suposta, avaliarem os bens que foram descritos neste inventário e ficarão cientes que devem comparecer. Os escrevi e é verdade e dou fé.

“Prossigam as avaliações, é verdade e dou fé”

Cumprido esses requisitos, foi também necessário que houvesse a convocação de outras pessoas. Mas abreviamos os detalhes do processo, já que havia muitas partes envolvidas. Foi exigido pelo órgão de Justiça que estivessem presentes um curador e o Procurador Fiscal da Fazenda do Estado. Claro, não podemos deixar de mencionar os herdeiros intimados para que dessem seus pareceres (favoráveis) ao registro dos bens inventariados. Tudo ocorreu sem qualquer intercorrência e no dia 7 de maio, assim os avaliadores prosseguiram:

No ano de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo do ano de 1903 de maio desta capital de Belém do Pará, a rua 13 de maio, onde compareceu o Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda (...) o escrivão de seu cargo adiante nomeado os avaliadores: Antonio de Castro Pimenta de Magalhães e Augusto Custódio de Souza Moreira (...) e o inventariante o Doutor Liberato Magno da Silva Castro que deu a descrever os seguintes: um sobrado de construção antiga de um andar e salão, situado a rua 13 de Maio números 60 e 62 e 64 placas no quarteirão compreendido entre as travessas 7 de setembro e São Matheus, contendo no pavimento terreo, dois armazens com duas portas cada um assoalhos de acapú, um corredor no centro, no pavimento superior cinco janelas na frente e os compartimentos seguintes: duas salas de visitas, duas alcovas correspondentes forrados e assoalhados de acapú e pau amarelo, saleta no centro, varanda das puxadas contendo cinco quartos e a outra três ditos, cozinha, dispensa, banheiro e latrina assoalhados de acapú no sótão, duas salas assoalhadas também de acapú e pau amarelo e quintal (...) o prédio certificado (...) mede dezenove metros e 20 centímetros de frente e 43 metros e fundos (...) murado pelos arames, deram-lhe valor de noventa mil conto de réis, com que a margem se sai⁴⁷.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 21.

A partir de agora, nos transportaremos à Belém do início do século XX. Conforme os bens ganham as páginas dos autos, especialmente os imóveis, é possível verificarmos por onde aqueles indivíduos circulavam e situavam-se no espaço físico da cidade, bem como figurar as suas fortunas⁴⁸.

Nosso pano de fundo é uma *urbe* que aspirava aos ideais da modernidade, sob o comando do emblemático Intendente Antônio Lemos. Maria de Nazaré Sarges, dedicou-se a biografar o “Velho Intendente”, responsável por implementar, nessa época, as transformações que Belém ganhou em seu espaço público, especialmente na sua área central. Certamente que essas transformações só foram praticáveis através do dinheiro proveniente da extração do látex e graças aos volumosos empréstimos contraídos por Lemos, tornando possível o financiamento dessas investidas⁴⁹.

A partir de então, executaram-se as aberturas dos suntuosos *boulevards*, a construção de prédios de grande luxo (a exemplo, do Theatro de Paz) e demais estratégias saneadoras que obedeciam a tônica do movimento higienista, único meio possível, segundo Lemos, de alcançar o sonhado “progresso”. É nesse cenário que nossa trama se situa onde era preciso, portanto, seguir os ensinamentos parisienses de Haussmann para então entrar no mundo “civilizado” e deixar a “barbárie” (Império) no passado⁵⁰.

Assim, caminhemos de sala em sala nos palacetes belenenses, trilhemos por cada corredor doméstico da burguesia paraense para assim vencermos cada degrau dos sobrados abastados. Convido o leitor (mais uma vez) para que façamos uma pequena viagem no tempo. Porém, nada de carros pelo caminho. Faremos todo o percurso de bondinho⁵¹. Embarquemos nos *tramways*, da “Francesinha do Norte”⁵²!

Nossa primeira parada será na rua 13 de Maio. No perímetro compreendido entre as travessas São Matheus (atual Padre Eutíquio) e, ainda na travessa de mesmo nome, 7 de Setembro, onde sua esquina era cravada por uma linha de *tramways*, que rasgava em duas partes a rua Nova de Sant'anna (atual senador Manoel Barata).

⁴⁸ As linhas que seguem inspiram-se no estudo de DAUMARD, Adeline. **Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIXe siècle, 1809-1880**. Paris: Éditions Cujas, 1965.

⁴⁹ SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do "Velho Intendente" Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002. 286 p.

⁵⁰ NUNES, Márcia Cristina Ribeiro Gonçalves. **Rumo ao Boulevard da República: entre a cidade imperial e a metrópole republicana**. 2017. 419 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8819>. Acesso em: 10 nov. 2023

⁵¹ Veículo elétrico de transporte urbano, para passageiros ou carga, que se move sobre trilhos e pode ser fechado ou aberto, com estribo corrido e bem perpendicular a este.

⁵² Eram veículos elétricos sobre trilhos. Os trechos contemplados estão alinhavados no mapa.

O sobrado, mencionado acima, era dividido em três prédios. Curiosamente, segundo o que apuramos nas coletas de décima urbana⁵³, este mesmo local havia sido habitado por Silva Castro e ocupado como clínica e residência por muitos anos. No entanto, o primeiro aspecto que nos chama atenção diz respeito à setorização do espaço revelado por parte dos avaliadores do inventário ao descrever os pormenores dos detalhes do interior da moradia burguesa dos Castros no início do século XX. Isso será primordial para descrevermos o retrato da família Castro.

O lugar encontrava-se repleto de cômodos, como: salas de visitas, saletas de centro e demais divisórias. Não custa lembrar, que a função principal de uma casa é a de abrigo, levando em conta a definição empregada por Carlos Lemos⁵⁴, mas essa concepção muda drasticamente com o decorrer do tempo e mostra-se cada vez mais complexa, sobretudo no período em que o detalhamento dos bens dos Castros estão ocorrendo; num momento em que muito dinheiro estava circulando na cidade de Belém. Logo, as famílias mais ricas e de classe média podiam comprar e decorar seus recintos com produtos de luxo; e também, acomodá-los em novos espaços que tornaram-se moda nas famílias de posse de Belém. Esses produtos desembarcavam aos montes nas casas afortunadas, vindos diretamente da Europa pelo movimentado porto da cidade.

Com isso, quero dizer que ter uma casa repleta de cômodos na Belém da *Belle Époque* implicava conceber diretamente as ideias de conforto e domesticidade⁵⁵. Os espaços específicos dentro da moradia, eram repletos de móveis. Por mais que o inventário não tenha trazido as informações sobre o mobiliário e os objetos decorativos de luxo presentes no interior da moradia, esse fato nos indica o ideal burguês da “casa”, cuja função (somente) de “abrigo” fora deixada de lado. No inventário a moradia poderia ser (também) um local de lazer, descanso, e quem sabe, de confraternização dada a quantidade de salas de visitas que o referido bem possuía, visando o conforto de seus moradores e de quem fosse visitá-los.

Para uma casa burguesa, não era o suficiente que fosse moradia confortável e cheia de utensílios e demais móveis, como será revelado mais adiante. Era necessário mais. Havia o desejo de torná-la higiênica para que não representasse nenhum perigo à saúde dos moradores deste prestigioso e tradicional bairro de Belém, a Cidade Velha.

O sobrado era repleto de janelas em sua fachada - um total de cinco - que deveriam garantir o arejamento do recinto e assim garantir o resguardo dos miasmas.

⁵³ Imposto da época.

⁵⁴ LEMOS, Carlos Alberto. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 11.

⁵⁵ Para ter mais noção sobre essas questões, recomendo o seguinte livro: RYBCZYNSCHY, Witold. **Casa: pequena história de uma ideia**. São Paulo: Record, 1996. 296 p.

dois armazéns, um com duas portas e outro com um portão só, e corredor no centro, serventia dos dois andares (...) ⁵⁸.

Além do posicionamento desse velho sobrado, como de praxe, os detalhes internos foram o alvo daqueles que o avaliaram, andar por andar. No primeiro, “(...) tem os seguintes compartimentos: duas salas, duas alcovas correspondentes, assoalhadas de acapú e pau amarelo e forrados, varanda, e puxadas com três quartos também assoalhadas de acapú e pau amarelo, rocinha, dispensa e latrina”⁵⁹.

Quanto ao segundo andar, verificamos vários cômodos, muito semelhantes àqueles observados na moradia descrita anteriormente. Notemos seus valores e disposições:

(...) No segundo andar: duas salas, duas alcovas e varandas assoalhados de acapu e pau amarelo e forrados, dois quartos, cozinhas, dispensas e latrinas, e no sótão, um salão assoalho de acapu e forrado, quintal e o térreo de pedra e cal, as os interiores de enchimento de madeira e terra, os ares de pernamanca e sinas e veridicção em um terreno que mede 13 metros e 25 centímetros de frente e 501 metros e 10 centímetros de fundo (...) que tendo vista examinado e medido pelo avaliadores, deram-lhe o valor de 150 contos de reis com uma margem (...) ⁶⁰

A semelhança entre os bens imóveis, é, seguramente, o fator que mais nos chamou atenção. Ambos têm as mesmas subdivisões. No entanto, a localização dos referidos prédios, por estarem próximos aos bondinhos, nos mostra, a posição privilegiada onde seus imóveis se encontravam fixados, justamente no centro comercial de Belém, situados às imediações da rua João Alfredo, “a principal e elegante artéria do comércio”, assim descrita pela arquiteta Karol Soares⁶¹.

Subamos ao primeiro andar. Observemos que, na primeira parte do prédio contamos com uma “rocinha”⁶². Infelizmente, a fonte não nos apresenta com detalhes os adornos, tampouco a ornamentação que envolvia a rocinha bem como a ligação ou caminho por terra com o referido sobrado; menos ainda, alguma ilustração do mesmo para que pudéssemos analisar com mais cuidado esse tipo de moradia da burguesia liberal belenense.

Mas, com o que temos, podemos fazer as seguintes aferições: a localização por si só do bem imóvel principal (a residência) já demonstra o *status* dos Castros. Ocupavam e transitavam no 1º distrito de residências da cidade, em geral, habitado por comerciantes, negociantes e demais famílias de grandes posses em Belém.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 22.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 23.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 24.

⁶¹ SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da belle-époque (1870-1910)**. 2008. p. 75. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008. Disponível em: <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/Ms%202006%20KAROL%20GILLET%20SOARES.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

⁶² Pequena chácara. Em geral, eram moradias mais afastadas do centro da cidade, de caráter campestre.

Por sua vez, a “rocinha” nos mostra, mais uma vez, o tamanho poderio da família Castro por serem habitações de parentelas abastadas. Segundo o urbanista André de Barros Coelho, essas habitações tinham por característica o conforto térmico por serem mais afastadas, apesar de estarmos lidando com uma casa situada no perímetro eminentemente urbano da época⁶³. O mapa abaixo nos mostra, em seta azul, o trecho onde se encontrava o referido bem:



Fonte: BRAGA, Theodoro da Silva. **Guia do Estado do Pará (CENTUR)**, 1916. p. 4.

A quantidade complementar de imóveis mencionados no inventário segue no mesmo quarteirão. Rumando, novamente, em direção à rua 13 de Maio, bem na esquina, encontramos mais um sobrado de propriedade dos Castros, subdividido em dois prédios, de números 36 e 38. Ambos descritos da seguinte forma:

(...) Diz mais o dito inventariante, herdeiro de um sobrado de um andar com um sótão de construção antiga situado a referida travessa 7 de setembro, número 36 e 38 no mencionado quarteirão, contendo no pavimento térreo dois armazéns com duas portas e um corredor que ocorre na 13 de maio, contendo no pavimento térreo dois armazéns um com duas portas e outro com uma porta só, e corredor no outro⁶⁴.

⁶³ COELHO, André de Barros. **Moradia burguesa belenense no período da borracha (1850-1920)**. 2007. p. 71. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/21/teses/680435.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 22.

Notemos que esse sobrado também possuía mais de um andar. Basicamente, com estruturas muito semelhantes aos demais descritos na rua próxima, a 13 de Maio. Antes de identificarmos (em vermelho) o prédio no mapa, os avaliadores do inventário assim procederam:

(...) No primeiro andar tem os seguintes compartimentos: duas salas, suas alcovas correspondentes, assoalhadas de acapú e pau amarelo e forrados com três quartos também assoalhados de acapú e pau amarelo, cozinha, dispensa e latrina, e no segundo andar: duas salas, duas alcovas e varanda assoalhadas de acapú e pau amarelo, e forrados, dois quartos, cozinhas, dispensas e latrina, e no sótão um salão assoalhadas de acapu e forrados, quintal e o terreno e paredes da frente e dos lados de pedra e cal (...) enchimento de madeira e terra, os ares de pernambucas e sinais e certificado em um terreno que mede que mede 13 metros e 25 centímetros de frente, e mais 51 e 10 centímetros de fundos (...) e medido pelos avaliadores deram-lhes o valor de 150 de mil réis, com que a margem se sai⁶⁵.



Fonte: BRAGA, Theodoro da Silva. **Guia do Estado do Pará (CENTUR)**, 1916. p. 4.

Pouparemos o leitor de possíveis repetições até mesmo para que nossa viagem sobre os trilhos não seja comprometida, já ressaltamos a questão da localização. Note-se que todos os imóveis situam-se apenas numa determinada região do centro de Belém; a setorização e algumas outras características mais que nos permitem deduzir as características dos bens imobiliários de uma família notadamente burguesa.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 25.

Porém, um elemento nos dá suficiente oportunidade para a afirmação que se segue: o madeiramento da estrutura de construção dos vários sobrados aqui descritos. Pode parecer um mero detalhe, mas os “assoalhos de acapú e pau amarelo” indicam que os bens eram constituídos de madeiras de alto valor comercial, conhecidas por serem madeiras resistentes ao clima úmido e quente amazônico e às infestações de fungos e cupins. Tais madeiras, inclusive, se aplicam às várias descrições de casas afortunadas da burguesia paraense feitas no estudo de André de Barros Coelho, ao identificar essas moradias na Belém da borracha.

Feita a avaliação dos imóveis, a “dor de cabeça” entre os Castros ainda estava por vir e não somente com os insucessos nas tentativas das vendas dos mesmos. Dessa vez, a preocupação se dava com a conservação- a falta dela, nos referidos patrimônios. A ameaça de ruína do prédio situado na rua 13 de Maio, de número 62, foi motivo de preocupação por parte da Intendência Municipal tanto que intimaram Liberato de Castro, pois a autoridade municipal exigia a sua demolição caso nada fosse feito pelos proprietários. Por sua vez, o inventariante pediu ao Inspetor da Fazenda que

Eu, Liberato de Castro, o inventariante assumo a responsabilidade da petição replicada, não só o prédio ameaça a ruína, e foi pedido que a intendência (...) a respectiva demolição como todos os interessados estão de acordo com a venda e da renda referida para (...) evitar maiores prejuízos⁶⁶.

A reclamação da intendência municipal nos parece um presságio prestes a se realizar; já que os referidos sobrados serão temas recorrentes dentro da família, inclusive, por constantes contendas nas porcentagens a serem recebidas nos leilões onde foram ofertados. Mas, antes de visualizarmos a partilha conflituosa, a tensão mostrava-se clara nas várias tentativas de cessão do velho sobrado que se encontrava em ruínas. As tentativas de vendas foram numerosas, um total de três, conforme averiguamos no documento.

Porém, chama-nos atenção que as tratativas não foram conduzidas por Liberato - então o inventariante de tudo⁶⁷, mas sim, por seu irmão, Leônidas Ramiro da Silva Castro⁶⁸. Semelhante situação, nos despertou alguma desconfiança, pois tudo ocorreu em uma conjuntura muito peculiar, pois Liberato exigia que sua troca fosse feita rapidamente,

⁶⁶ *Ibid.*, p. 26.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 29.

⁶⁸ Nasceu em Belém, no dia 17 de novembro de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1933. Pelo que levantamos, Leônidas não tinha formação alguma comparado aos seus irmãos já descritos. Descobrimos que ele era um negociante, um “bastardo capitalista”, que envolveu-se na presidência do Paysandu, um tradicional clube de futebol de Belém, entre os anos de 1930-33; foi também, diretor do mesmo. Sua gestão foi tão importante que garantiu a compra da sede do time, o estádio apelidado de “Curuzú”, localizado na Avenida Almirante cujo nome (oficial) é uma homenagem ao seu filho, Leônidas Sodré de Castro. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Leonidas-Ramiro-da-Silva-Castro/6000000003231510196>. Acesso em: 08 nov. de 2023.

argumentando a necessidade de mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro. Salientamos, que sua mudança antecedeu, em dois meses, as “descobertas” de bens que, sequer, haviam sido descritos, os quais eram completamente desconhecidos dos demais herdeiros. Isso é o que mostraremos adiante. Antes disso, voltemos ao leilão.

A primeira oferta para venda do sobrado foi realizada no dia 5 de Maio do mesmo ano, dois meses após a liturgia de posse do novo inventariante. O bem aqui a ser vendido, era o sobrado da travessa 7 de Setembro, de números 30 e 38. Na ocasião, o inventariante alegava que todos os herdeiros haviam sido intimados e estavam cientes da venda a ser lograda. Porém, a única a não concordar com o que estava sendo feito foi Valeriana Laura da Silva Castro e Costa. Infelizmente, o inventário não nos informou por quais motivos a herdeira divergiu da venda, chegando, inclusive, a ignorar suas intimações e responder muito tempo depois.

As tratativas continuaram, como já referimos. Os lances foram efetuados, mas os altos valores cobrados, segundo os leiloeiros, impossibilitaram a efetivação da compra. Foi nesse momento que Leônidas pediu o abatimento do preço do imóvel seguidas vezes, pedindo 30% de seus valores e mesmo assim não conseguiu arrematá-los. Diante do imbróglio, o inventariante, aparentemente impaciente, assim comunicou aos organizadores do leilão:

Leonidas R. da Silva Castro, inventariante dos bens do casal de seus falecidos pais, o Dr. Francisco da Silva Castro e sua esposa vem comunicar-se a Vs. Ex. que nao houveram lances para a venda em leilão comercial dos prédios, em virtude da alta avaliação dos ditos prédios, por isso pede a V. Ex^ase digne mandar vender ao maior preço que for encontrado em leilão⁶⁹.

Após essa decisão, Leônidas foi informado que o prédio de número 30 fora vendido no valor de 60: 000 réis⁷⁰, bem abaixo do valor estipulado (150:000:000 réis). Soube também, que o outro prédio foi adquirido no valor de 43:5000 réis⁷¹ (avaliado em 120: 000:000 réis), porém ao verificar o tamanho do prejuízo, Leônidas cuidou de comunicar aos demais que compraria o prédio em questão repassando o valor aos demais. Assim ocorreu. Nessa conjuntura, tudo ocorria bem, dentro dos parâmetros legais até o momento em que Virgínia de Castro revelou a existência de mais bens. Informou ao escrivão no inventário:

⁶⁹ *Ibid.*, p. 37.

⁷⁰ As conversões (aproximadas) serão feitas com base na ferramenta disponível no seguinte endereço: <https://www.diniznumismatica.com/p/conversao-de-reis-para-o-real.html>. Este primeiro bem, em valores atuais, alcançaria R\$1500,00.

⁷¹ R\$1075,00.

“(…) meus pais possuíam diversos móveis de uso doméstico, joias, moedas de ouro, talheres e salsas de prata e o rendimento dos prédios da herança”⁷².

Essas novidades surpreenderam Leônidas, que, por sua vez, prontamente elaborou um “termo de declaração” a ser enviado ao escrivão, para posteriormente, informar o Inspetor da Fazenda de que havia mais bens a serem descritos no inventário. Logo, haveria a necessidade de novas avaliações da Justiça para livrar-se das acusações de sonegação fiscal. Ademais, Leônidas fez questão de frisar que, em nenhum momento foi comunicado pelo antigo inventariante (Liberato) sobre a existência de mais pertences da herança de Silva Castro. Segundo a declaração assinada pelo atual inventariante, os novos bem tratavam-se dos

(...) prédios número 570 a Avenida Ferreira Penna, o casal possui, ainda, casas de número 47 a rua dos Caripunas; número 6 a rua Carlos de Carvalho; cinco ações de Banco de Crédito (ilegível); noventa ditos de Companhia Urbana de Estrada de Ferro Cearense, bem ditos ao banco de Belém⁷³.

Assim que os novos bens foram informados, o inventariante argumentou o prosseguimento dos bens a leilões após as devidas avaliações. Tudo seguiria para leilão. Todos os herdeiros deram parecer positivo, sinalizando, portanto, serem favoráveis à venda dos bens. Em continuidade com os procedimentos, seguiram com a taxaço dos referidos imóveis .

No entanto, antes mesmo de chegarem a alguma cotação dos imóveis, foi realizado um leilão, aparentemente, “na surdina”. A venda (uma tentativa) versava sobre o prédio número 62 da rua 13 de Maio e da Ferreira Penna, de número 570, conduzido pelo inventariante, ambos estimados em 53:925:600 réis⁷⁴.

Porém, o lance não foi efetivado ou sequer verificamos alguma oferta anunciada⁷⁵, mas é possível imaginar que a atitude de Leônidas infringiu a legalidade, pois o leilão foi realizado antes das avaliações necessárias. Esse fato será motivo de desaprovação e retaliação por parte dos demais irmãos. Vejamos as estimativas:

(...) um terreno situado à travessa Caripunas sob número 47 no perímetro compreendido entre a avenida Serzedelo Correa e a travessa Dr. Moraes, medindo 8 metros e 10 centímetros de frente e 32 metros de fundo (...) contendo uma puchada em mal estado de conservação. Com os seguintes compartimentos: sala de visita, dois quartos e cozinha, três (ilegível) de acapú, os (ilegível) de enchimento de madeira e terra, os de caibros e ripas coberta de telhas de barro, latrina e banheiro no quintal, o que tem visto e encaminhado pelos avaliadores o valor de (ilegível) contos de reis que a margem se sai⁷⁶.

⁷² *Ibid.*,p. 53.

⁷³ *Ibid.*,p. 54.

⁷⁴ R\$13481,40.

⁷⁵ *Ibid.*,p. 56.

⁷⁶ *Ibid.*,p. 60.

Havia mais outro terreno, desta vez localizado na travessa Carlos Carvalho, número 5, com as seguintes dimensões e valor:

(...) medindo 18 metros e 25 centímetros de frente e 53 metros e 60 cms de fundo o mesmo terreno ocupados por uma cocheira, contendo uma puchada em mal estado de conservação construído de madeira e coberta com telhas de barro, com cinco quartos assoalhos de taboas de madeira branca, ares de pernambucas e ripas, e uma terça porte com plantações de capim cujo terreno é cortado pelo trilho da estrada de ferro de bragança, tendo em vista e examinando pelos avaliadores deram o valor de 3 mil contos de reis a margem se sai⁷⁷.

Aqui damos um grande salto em nosso trajeto. Agora, seguiremos para um ponto mais distante do centro comercial. Dessa vez, nosso trajeto não seguirá os charmosos trilhos do centro de Belém, e tampouco contaremos com as sombras dos prédios das estreitas ruas tomadas por sobrados do 1º distrito, dos 6 existentes na época.

Nosso desembarque corre em direção ao 4º distrito. Uma localidade mais afastada e próxima das regiões alagadas, banhadas pelo Rio Guamá. Essa porção da cidade à época era considerada como o limite da região urbana da cidade, famosa, também, como “áreas baixas”.

Apesar de não encontrarmos referências diretas sobre as duas travessas (Caripunas e Carlos de Carvalho), a historiadora Franciane Gama Lacerda deu atenção à travessa dos Jurunas (bem próximas às duas). Segundo Lacerda, àquela travessa e demais regiões eram consideradas perniciosas, em suas palavras: “(...) Pedreira, Canudos, Jurunas, eram lugares da cidade de Belém considerados insalubres e focos de impaludismo”⁷⁸, justamente por serem repletos de igarapés e pântanos. Quanto mais distantes do “centro” urbano, mais estigmas foram criados, em geral, aos residentes das “baixadas”: eram (ainda são) associados à violência e periculosidade aos olhares da administração municipal e dos “homens de bem”, residentes nos bairros burgueses do centro da cidade.

Pelo que levantamos até aqui, as casas do inventário localizadas na rua dos Caripunas e na Carlos de Carvalho destoavam das demais casas, bem distante da estirpe dos Castros, já que suas características aparentavam serem mais conformes às moradias populares. Inclusive, por possuírem um traço “escrachadamente execrado” por Antônio Lemos. Isto é, possuíam as temidas “puchadas”, pois, segundo ele, não possuíam

⁷⁷ *Ibid.*, p. 60.

⁷⁸ LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2006. p.201. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós- Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-105321/publico/TESE_FRANCIANE_GAMA_LACERDA.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

refinamento estético e tampouco seguiam o modelo de planta arquitetônica “salubre” por ele exigido. Caminhavam, portanto, na contramão do preconizado “progresso” higiênico.

As últimas colocações a serem feitas sobre os bens acima, perpassam, basicamente, por uma dedução que ficou latente ao longo de nossas averiguações até aqui. É certo, que, nenhum membro desta família Castro residiu nas “puchadas”, pois já verificamos onde os mesmos residiam e transitavam frequentemente. Sendo assim, é mais fácil acreditar que os mesmos utilizavam as “puchadas” para alugá-las.

Como podemos ver no mapa abaixo pela localização, especialmente o terreno na travessa Carlos de Carvalho que tinha, em algum ponto, sua demarcação invadida pelos trilhos da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Ao longo dessa localidade, de acordo com Cristina Donza Cancela foi comum a fixação de migrantes, principalmente cearenses, os



quais residiam às margens dos trilhos e dado o alto custo dos aluguéis na época, essa, certamente, teria sido mais uma forma de investimento que os Castros encontraram para lucrar quando a cidade vinha crescendo exponencialmente⁷⁹.

Atentemos para a localidade, seguindo a ordem de descrição. O bem na rua dos Caripunas será indicado com a seta de cor preta, mostrado no mapa anterior.

Quanto ao imóvel situado na travessa Carlos de Carvalho, apesar da imprecisão e incompletude da fonte, este imóvel encontrava-se fixado à esquerda da rua dos Caripunas. Notemos onde estava localizado, tal como indicado na seta de cor amarela.

⁷⁹ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital Amazônica (Belém- 1870-1920)*. Belém: Açaí, 2011, p. 17.

na quantidade de palacetes, sobrados, rocinhas e cafés à moda de Paris. Inclusive, Liberato de Castro estabeleceu-se na região, segundo apuramos no trabalho de Cancela⁸¹.

A riqueza do casal Castro, como podemos ver, se concentrou na posse de prédios (imóveis), mas nem sempre foi assim. A família Castro valeu-se, por muito tempo, da mão de obra escrava, conforme verificamos nas várias denúncias de fugas de negros em colunas de jornais⁸². Além disso, averiguados que após as inusitadas declarações de Virgínia de Castro, foi possível identificarmos títulos em bancos e companhias de ações, assim como diversos objetos de alto valor comercial.

Tudo o que era riqueza dos Castros passou por uma rigorosa avaliação dos órgãos da Justiça, mas nem tudo tornou-se rentável para que pudesse ser compartilhado entre os herdeiros. As moedas de ouro e prata foram avaliadas “num total de trezentos e quarenta mil réis”⁸³; já os diversos móveis domésticos tinham um valor de “trinta e quatro mil réis”⁸⁴; quanto ao objetos e elétricos “banhados a prata” foram orçados no valor de 280 mil réis⁸⁵.

Entretanto, os herdeiros depararam-se com um dilema: como realizar a comercialização dos créditos de banco investidos por Silva Castro e Joanna Balbi? As avaliações alcançaram valores significativos. No Banco de Cristo os valores foram cotados em “cem mil conto de réis”⁸⁶; as ações da Companhia Urbana de Ferro de Bragança foram apreciadas em “444 mil réis”⁸⁷; por fim, os investimentos nos banco de crédito Popular e de Belém, que, juntos, ultrapassavam o valor de “150 mil réis”⁸⁸, mas não tinham valor algum, pois ambos haviam falido.

Sendo assim, os herdeiros dos Castros amarguraram considerável prejuízo. Antes de fecharmos as cortinas do drama doméstico e financeiro dos herdeiros da “Grande Família Castro”, o nosso leitor precisa saber onde o imóvel dos Castros estava localizado. Em seta verde, sinalizamos, o possível perímetro, pois acreditamos que estivesse entre a rua Tiradentes e a avenida São Jerônimo Pimentel, já que ambas estão em frente à praça da República. Observemos:

⁸¹ CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital Amazônica (Belém- 1870-1920)**. Belém: Açai, 2011, p. 110.

⁸²Hemeroteca Digital Brasileira. A CONSTITUIÇÃO: ÓRGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR. Belém.24/02/1883. p. 1.

⁸³ R\$8500,00.

⁸⁴ R\$850,00.

⁸⁵ R\$7000,00.

⁸⁶ R\$2500,00.

⁸⁷ R\$11100,00.

⁸⁸ R\$3750,00.



Fonte: JOSÉ, Sydrim. **Planta da cidade de Belém**. 1905.

Após o detalhamento dos últimos vinténs, o inventariante alegava a necessidade de conclusão, em ligeireza, dos autos para que não corresse qualquer risco de ser acusado de ocultação fiscal. Assim foi exigido. Porém, os autos não prosseguiram da maneira que o inventariante desejava, pois sua irmã Vicentina de Castro dizia que os procedimentos haviam faltado com a lisura, havendo, portanto, a necessidade de novas avaliações sérias e corretas. Suas queixas, de início, orientaram-se ao “direito de preferência”. Segundo ela, o que o seu irmão fez,

(...) Não parece regular o que segue (...) não dá a lei o direito de preferência, no caso da venda de bens do acervo herdados, em praça pública de leilão judiciário para ficarem com os bens pelo último lance, a qualquer herdeiro como qualquer outro. Podiam os herdeiros concorrência ao leilão e lançavam e uma vez aceite seu lance podem sequer seja levado a conta de seu quinhão, obrigado a tomar, caso não compactuam com o valor efetuado para o leilão entregue o tanto a quem maior pareceu a vir, após isso pedir preferência um herdeiro⁸⁹.

A notificação por parte de Vicentina não foi a única medida adotada por ela para opor-se aos trâmites e formas pelas quais estava sendo conduzida a partilha. Ela, assim como seu marido, José M de Souza, requereram a intervenção de um procurador para que tudo fosse interrompido até que o procedimento voltasse à legalidade. Vicentina não foi a única a denunciar o andamento das divisões dos bens; seu irmão, Liberato de Castro não

⁸⁹ *Ibid.*, p. 66.

tardou a opor-se ao seu irmão, o primeiro inventariante que retirou-se da condução do inventário velozmente. Curioso notar que grande parte dos procedimentos ilegais acusados por Vicentina se desenrolou dois meses depois das revelações bombásticas de sua irmã (Virgínia). Vicentina, reiterou, ainda, que era do conhecimento de “outros” que os dotes de seus “estimados pais” era maior do que se imaginava.

Com isso, podemos conjecturar que era do conhecimento de Liberato a inclusão dos bens “em cima da hora”. Logo, sua postura ao denunciar o irmão, nos ilustra, portanto, uma forma encontrada por Liberato para se eximir de um problema possivelmente criado por ele. Mesmo assim, buscou as vias legais para apontar as possíveis irregularidades. Para ele “(...) foi irregular a avaliação e descrição das jóias e prata e lei. Dever-se-he ter especialidade que joias são e o peso da prata da lei”⁹⁰. Ressalta ainda, que é totalmente contrário à venda dos imóveis já levados aos leilões, sendo preciso incorrer em tudo, pois as decisões eram arbitrárias e de grande prejuízo aos interessados. Ele afirma isso da seguinte forma:

Concordo com tudo, menos com a venda dos prédios do espólio- por qualquer preço- quando os interessados acordaram na venda dos prédios foi pela praça das avaliações dos prédios (...) teremos é, por justo preço, e numa no rigor da expressão (...) os herdeiros interessados não pediram a venda por qualquer preço (...) Sou, portanto, de parecer que não a torne efetiva a venda dos aludidos prédios com lesão enorme aos interessados⁹¹.

Pelo que percebemos, a relação entre os Castros estavam para lá de conturbadas e envenenadas pela partilha dos bens de seus pais. Não havia entendimento na fatia, pois de forma recorrente não hesitavam em se afrontar através de várias acusações. Difícil de imaginar que esse cenário conflituoso tenha sido alterado. Porém, o péssimo estado de conservação em que o extenso documento se encontra guardado nos arquivos, dificultou nossa compreensão para que tivéssemos mais detalhes da vida dos bastidores dessa “respeitável” família.

Fecham-se os autos, acabam-se (ou nasçam) mais contendas

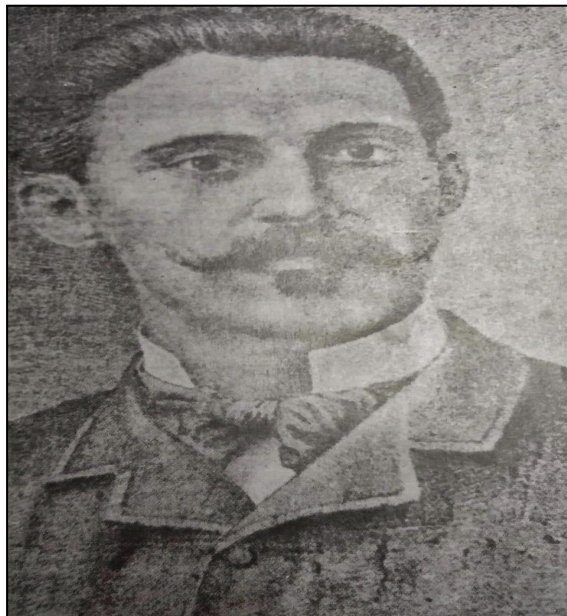
Parece-nos que Leônidas acionou um procurador da Fazenda, não identificado no inventário, para que apurasse os fatos e as acusações que vinha sofrendo. Para isso, contou com o apoio de seu irmão Luciano de Castro⁹² (segue com retrato, feito à mão) e tudo foi

⁹⁰ *Ibid.*, p. 67.

⁹¹ *Ibid.*, p. 70.

⁹² Segundo Botelho (1983, p. 33), nasceu em Belém, no dia 23 de abril de 1849. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e especializou-se em obstetrícia pelas escolas médicas de Londres, Paris, Berlim e Viena.

minuciosamente detalhado pela autoridade responsável, que alegava não haver qualquer deslize dentro dos procedimentos conduzidos pelo inventariante.



Fonte: BOTELHO, João José da Costa. **A Família Castro no Pará**, 1983.p. 33.

Todavia, o procurador reagiu negativamente às tentativas, tanto de Leônidas quanto de Luciano, para adjudicar todos os imóveis situados nas ruas 13 de maio, 7 de setembro e da avenida Ferreira Pena, todos apresentados em leilão. Ou seja, eles procuravam, por meio desse pedido, transferir os referidos prédios para outrem. Isso ocorreu, seguramente, para livrá-los (especialmente a Leônidas) das perturbações advindas dos conflitos com os irmãos que vinham enfrentando. Mas, o procurador antes de indeferir as petições, assim informou:

Entendo que não tem procedência jurídica os requerimentos dos herdeiros (...) depois de concordarem com a venda dos imóveis na rua 13 de maio e 7 de setembro, vem pedir que lhes sejam adjudicados ditos bens, pelo preço porque, muito regularmente, foram vendidos em leilões comerciais (...) a eles como os demais herdeiros não se pode negar o direito de leilão em ocorrência com estes precedentes aos imóveis, seja preço, o direito de preferência em falta de disposição legal, uma vez que a venda foi regularmente efetuada⁹³.

Encerradas as polêmicas, dessa vez, com um parecer técnico-jurídico de que nada estava sendo conduzido irregularmente, Leônidas pôde finalmente dar uma conclusão ao processo e, assim, encaminhar os autos para as suas finalizações. E claro, enfatizar aos demais que sua índole não era digna de demérito. Apesar de tudo “andar nos conformes”, Leonardo, Vicentina e Liberto de Castro o acusavam veementemente de que as vendas dos

⁹³ *Ibid.*,p. 74.

imóveis tinham sido ilegais, pois eles não concordavam (em nada) com o curso das ofertas efetuadas nos leilões. Por sua vez, o procurador da fazenda visivelmente irritado, disparou:

Não há, portanto, motivo para a nulidade, que, exclusivamente, foi pedida por falta dessa audiência. Passe-se o edital de praça, para o fim requerido, e alvará, autorizando o inventariante a assinar as escrituras públicas dos prédios vendidos. Prossiga o presente inventário em seus termos regulares, sem mais delongas!!⁹⁴.

As declarações do procurador nos deixaram a sensação de que as polêmicas haviam sido encerradas, mas como afirma o ditado popular: “onde há fumaça, há fogo”. E, pelo visto, as chamas estavam longe de serem controladas. Um pedido de cancelamento inflamaria, ainda mais, as labaredas infernais dos Castros. O novo estresse em questão tratava-se dos prédios, já leiloados, da travessa 7 de setembro (número 30) cuja compra foi cancelada. Exigia, portanto, que houvesse a restituição após a intimação feita pelo procurador, que cuidou da anulação.

Contudo, os pedidos de cancelamento não se restringiriam àquele imóvel, todos os sobrados localizados na mesma travessa (números 36 e 38) tiveram, igualmente, suas compras revogadas. Assim como as propriedades da rua 13 de maio e da avenida Ferreira Penna. Infelizmente, o péssimo estado de conservação do inventário não permitiu que identificássemos os herdeiros suplicantes da intervenção do procurador. Mas não é difícil de concluir que tenham sido aqueles que expressaram veementemente o seu mal contentamento. O procurador, sem citar nomes, ponderou que suas intervenções seguiam o “(...) pedido das referidas anulações foram feitas por decisão deste mesmo juízo a requerimento dos interessados⁹⁵”.

Pelo que vimos até aqui, decerto que Leônidas não aceitaria tais anulações, afinal para que houvesse a restituição dos valores, exigiria mais fôlego de sua parte e uma “paciência de Jó” para que obtivesse, novamente, os valores recebidos por cada um dos interessados. Diante disso, Leônidas exigiu a intervenção de um outro juiz, que reverteu todas as anulações expressando tudo em apenas uma linha: “Eu, Flávio Corrêa, juiz de direito, inverte tudo pelo presente alvará por mim assinado quanto as vendas conseguidas nos leilões⁹⁶”.

A longa diatribe da herança dos Castros, com múltiplas reviravoltas e compostas por várias personagens, parece ter chegado ao seu derradeiro capítulo. Chego a essa conclusão em virtude do próprio limite que o inventário nos impôs. A última folha, minimamente

⁹⁴ *Ibid.*, p. 74.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 85.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 97.

legível, traz mais uma declaração de Leônidas que, mais uma vez, reiterou os seus compromissos a serem cumpridos na qualidade de inventariante.

Agora fechamos as cortinas desse espetáculo pucciniano escabroso⁹⁷ que foi “A Grande Família Castro”. A seguir, faremos uma viagem de retorno no tempo, diretamente à “Belém pantanosa” de 1850.

1.2. Belém, “uma cidade pantanosa”

Nos terrenos baixos, que se acham nas imediações desta capital, **há grandes pantanos formados pelas agoas pluviais. Sendo elles, insustentavelmente, uma causa permanente de insalubridade, à qual se não pode deixar de atribuir a epidemia de seres, e outras enfermidades** que se manifestam especialmente depois da estação do inverno, o seu esgotamento é um dos melhoramentos materiais, de que mais urge cuidar-se!⁹⁸

Belém, 15 de agosto de 1851. A fala de Fausto Augusto de Aguiar⁹⁹, presidente da Província, mostra a maior preocupação das autoridades sanitárias e dirigentes da cidade em sua primeira sessão na Assembleia Legislativa: “as agoas”.

Ao leitor do século 21 parece-nos um tanto descabida relacionar a presença das águas com as doenças. Porém, naquela época, nada se sabia da ação e existência dos seres microscópicos, logo, a analogia foi recorrente. Na verdade, mais comum do que se imaginava; já que terrenos alagadiços ou próximos à presença dos rios, igarapés e igapós representavam uma verdadeira ameaça, pois os miasmas ali habitavam. As temíveis “emanações miasmáticas”, eram definidas no dicionário do Dr. Chernoviz da seguinte forma:

Tomando a palavra em sua acepção lata, consideram-se sob este título todas as emanações nocivas, que corrompem o ar, e atacam o corpo humano. Nada há mais obscuro do que a natureza íntima dos miasmas: conhecemos muitas causas que os originam; podemos apreciar grande número de seus efeitos perniciosos, e apenas sabemos o que eles são. Submetendo-os à investigação de nossos sentidos, só o olfato nos pôde advertir da sua presença: não nos é dado local-os nem vê-los (...) os miasmas fazem parte desse sistema geral de emanações, que estão em grande parte na natureza (...) as condições que favorecem os desenvolvimentos miasmáticos estão bem determinadas. Os pântanos oferecem-se em primeiro lugar. (...) Estes eflúvios pantanosos, cujos insalubres efeitos sobem de ponto pela

⁹⁷ Refiro-me à ópera cômica “Gianni Schicchi”, do compositor italiano Giacomo Puccini (1858-1924), na qual o episódio do testamento falso deixado pela personagem principal da ópera, desvenda os conflitos e interesses de familiares na luta para obter a herança dos bens de Schicchi.

⁹⁸ Relatório do Presidente da Província, o Sr. Dr. Fausto de Augusto de Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da sétima Legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de agosto de 1851, p. 62. Disponível em:

<http://ddsnex.crl.edu/titles/172/#?c=0&m=24&s=0&cv=1&r=0&xywh=-298%2C180%2C2533%2C1787>.

Acesso em: 10 dez. 2023.

⁹⁹ Fausto Augusto de Aguiar nasceu em 19 de dezembro de 1817 e faleceu em fevereiro de 1890. Foi deputado, senador e presidente da Província do Ceará (1848-1850) e do Pará (1850-1852). Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=H2ECAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 dez. 2023.

decomposição das matérias vegetais e animais, são sobretudo temíveis nos países quentes, visto que a atividade da putrefação está na razão directa do calor¹⁰⁰.

Dessa forma, era necessário eliminar os possíveis focos que representassem qualquer perigo à saúde dos moradores da “Cidade do Pará”. Assim, tornou-se comum o aterramento e a mudança nos cursos dos igarapés (hoje canais) que cortam a cidade por inteiro. Medidas tão caras aos habitantes da “Cidade das Mangueiras” que, atualmente, sofrem com alagamentos diários, resultado direto de ações implementadas desde os Oitocentos.

Nesta seção, faremos uma pequena retrospectiva. Deixamos claro no título que estamos lidando com uma cidade marcada pela presença das águas, principalmente das chuvas. Se por um lado, especialmente aos moradores pobres, a “cidade pantanosa”- apelido concebido pelo autor que vos escreve - seria útil para buscar alimento, aliviar o calor escaldante da região ou até mesmo para divertir-se. Por outro, clínicos e gestores da Província não as viam com bons olhos, para eles, a relação era marcada pela tensão e constante vigilância.

Agora nos vem a seguinte indagação: como as autoridades daquela época lidavam com as características dessa cidade ? Não sabemos precisar quando a chuva passou a ser uma particularidade da capital do Pará, tanto que é nacionalmente conhecida pela famosa “Chuva das 15 horas”. Este fenômeno natural, inclusive, marca o cotidiano de seus moradores hoje em dia. Não é nada difícil de imaginar que definia, igualmente, as atividades cotidianas de outrora dada a quantidade de ofícios e relatórios dedicadas a ela - fazendo jus ao título de cidade mais chuvosa do país¹⁰¹.

Além disso, os dirigentes passados apontavam mais um “problema” da cidade: os terrenos baixos. Isto é, seus bairros, na maioria, situam-se abaixo do nível do mar, tornando-a exposta às constantes inundações e ações das marés. Todas essas particularidades exigiram muito “jogo de cintura” dos presidentes da época para a manutenção, mesmo que

¹⁰⁰ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1812-1881). **Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias**. 6° ed. Typ. Creté, v. 1, 1890, p. 431.

¹⁰¹ Em Belém, é comum a expressão: “antes ou depois da chuva?”. Isso quer dizer que os compromissos são definidos após ou antes do “horário da chuva”, que, em geral, cai sobre a cidade nos horários da tarde, especialmente às 15 e 16 horas. Além disso, a capital do Pará é a cidade com o maior índice pluviométrico do Brasil, como se pode verificar na matéria disponível em: <https://dol.com.br/colunistas/reporter-diario/793863/la-vem-ela-belem-e-a-cidade-mais-chuvosa-do-brasil?>

mínima, da higiene da cidade¹⁰². Para tanto, discutiremos essa cidade tomada pelas “agoas” nos intervalos de 1850-1855, segundo seus administradores¹⁰³.

Uma cidade constantemente flagelada

O primeiro relatório aqui examinado é da autoria do engenheiro Jerônimo Francisco Coelho¹⁰⁴. Sua fala já nos traz uma cidade “atribulada”, isto é, com a salubridade completamente abalada, pois a febre amarela acabara de chegar na Província fazendo vítimas por onde passava. Restava apenas lamentar e tomar algumas medidas - todas sem sucesso. Assim informou aos presentes na Assembleia Provincial:

A terrível epidemia, que geralmente se presume ser a febre amarela, e que primeiramente se desenvolver entre os infelizes habitantes da província da Bahia, e que depois por contágio passou para outras províncias do império, também aqui appareceu, e fez, e continua a fazer mortíferos estragos. Foi-nos este fato presente importado pela Barca dinamarquesa pollux, vinda do porto de pernambuco (...) nesses dias luctuosos de amargura, e atribulação paralisou completamente a marcha dos negócios públicos e particulares; os cuidados de todos se empregão exclusivamente em sepultar os mortos, e acudir os enfermos e o agonizantes, esse estado de cruel ansiedade (...) ¹⁰⁵.

A fala de Coelho não faz nenhuma menção, até o momento, às “agoas”, todavia, sua atenção reserva-se no seguinte aspecto: a topografia. A correlação entre doenças e demais enfermidades não se atrelava (apenas) a pluviosidade, pois os fatores eram múltiplos, como veremos em breve. O ideal seria construir obras públicas ou particulares em terrenos planos para que se resguardassem das moléstias. As obras no Arraial de Nazareth é uma delas, Coelho diz que:

Quando cheguei a esta província somente havia uma estrada que comunicava o campo da pólvora com o dito arraial [Nazareth] , cuja praça, da parte de Leste da igreja, estava em matto. **Reconheci que este sítio, por ser plano, elevado,**

¹⁰² Optamos por restringir nossa análise às falas dos presidentes de província por duas razões: a primeira, diz respeito à própria atuação de Silva Castro, que, apesar de ter vivido por longos anos, quase nada escreveu sobre a cidade que viveu. A segunda razão, refere-se às próprias anotações que Silva Castro fez, ele admite, em seu manuscrito (discutido no próximo capítulo) que fez estudos sobre as características da cidade, como: meteorologia, pluviometria, dentre outros. Porém, infelizmente, não localizamos esses escritos, e assim, achamos pertinente discutirmos os relatórios anteriores à infestação colérica cujas características da cidade, segundo alguns de seus opositores, foram determinantes para o surgimento da enfermidade.

¹⁰³ As fontes usadas neste item estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=21&s=0&cv=0&r=0&xywh=-842%2C72%2C3906%2C2755>. Acesso em: 5 dez. 2023.

¹⁰⁴ Nasceu em 30 de setembro de 1806 e faleceu em 16 de janeiro de 1860. Foi engenheiro, jornalista, militar e exerceu os cargos de deputado e presidente da Província do Pará (1848-1850) e do Rio Grande do Sul (1856-1857). Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/420-Jeronimo_Francisco_Coelho. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹⁰⁵ Relatório feito pelo ex. snr. conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente desta Província e entregue ao 1º Vice- Presidente em exercício o Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa no dia 01 de agosto de 1850, p. 8. Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=22&s=0&cv=1&r=0&xywh=-190%2C-4%2C3040%2C2145Jerônimo_Francisco_Coelho, p. 8. Acesso em: 10 dez. 2023.

enchuto e sadio era proprio para salubridade e nelle se edificar quintas, e para a todo o tempo por elle extender-se à cidade, para o que offerece excelentes proporções. Nas horas em que podia desembaraçar-me do serviço de administração, lancei mão dos instrumentos topográficos, e pessoalmente levantei a planta do mesmo arraial, cujo esboço deixo entregue à instrução das obras públicas¹⁰⁶.

Por sua vez, o presidente Augusto de Aguiar, mencionado na abertura desta seção, acreditava que a topografia era, sim, de fato, um dos (vários) elementos causadores de doenças, tal como Coelho. Porém, diferente de seu antecessor, Aguiar nos brinda com mais elementos onde é possível verificar o caráter multicausal das doenças da “Belém pantanosa”.

Isso se manifesta ao relatar os estragos deixados pela epidemia de febre amarela ao dizer: “desde o ano passado o luto e a consternação tem coberto essa capital¹⁰⁷”. Informou, também, a situação nada animadora por conta do “mal das bexigas” (varíola) que vinha acometendo grande parte da população. Isso ocorria, segundo ele, em virtude da “falta de aplicação deste poderoso meio hygienenico [a vacina] luta com antigos preconceitos, e com a incúria e imprevidencia da maior parte da população¹⁰⁸”.

Como se vê, a Belém dos Oitocentos era constantemente marcada pela presença indesejada de enfermidades. Segundo apuramos nos relatórios, a febre amarela foi - sem dúvidas, a maior preocupação, seguida das febres intermitentes, vez ou outra, de alguns casos das bexigas, e como discutiremos no próximo capítulo: o cólera.

Neste momento da discussão, restringimos nossa análise no aspecto ressaltado por Coelho e Aguiar (topografia). Vale pontuar que, nenhum dos dois eram médicos de formação, todavia é evidente em seus discursos a presença - mesmo que apenas um elemento - da teoria em voga de então, isto é, a teoria miasmática. Diante disso, surgia a necessidade de execução de “reformas urbanas” para alcançar um bom estado salubre.

Sobre este assunto, é válido acrescentarmos o trabalho de mestrado *Tocados d'aquelle venenoso mal*, de Diego Santos da Silva¹⁰⁹. Nela, o pesquisador analisou os eventos epidêmicos nas cinco primeiras décadas do Oitocentos, bem como as teorias médicas que por aqui circulavam. Pelo que constatamos na documentação e no trabalho de Silva, o resgate das teorias hipocráticas foi a força motriz entre os discursos médicos de

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 28. Negritos de Ejhon Lucas.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 15.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 18.

¹⁰⁹ SILVA, Diego Santos da. **"TOCADOS D'AQUELE VENENOSO MAL": as epidemias em Belém na primeira metade dos oitocentos: 1800 - 1850.** 2022. p. 59 . Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós- Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/15587>. Acesso em: 12 out. 2023.

então, todavia, vimos que isso extrapolou a seara dos esculápios, orientando, inclusive, as ações daqueles dirigentes seguindo as reflexões das topografias médicas, onde acreditava-se na articulação das doenças - epidemias em geral - com as condições geográficas e demais fatores ambientais da cidade. Esses aspectos serão discutidos repetidamente nas “fallas” que estão por vir, apesar disso, novos elementos serão abonados, mesmo com diferenças sutis. Continuemos com as observações de Aguiar.

Ao lidar com uma cidade completamente tomada pelo “mal amarílico” e por bexigas, Aguiar preocupou-se em combater a primeira enfermidade através de várias intervenções na cidade, literalmente, no espaço físico. É nisso que iremos nos preocupar. As bexigas, como vimos, se venciam facilmente por meio da vacinação. Já a febre amarela mostrava-se mais complexa, exigindo, portanto, a necessidade de investidas em nome da máxima do período: a higiene.

Dessa maneira, o “asseio” deveria ser garantido para que se evitasse - a qualquer custo - as “exalações por meio das valas” que despertavam pavor na época. Assim, os médicos foram acionados por Aguiar para alterar o “triste” estado da saúde pública da época. As recomendações levantadas pelos clínicos repassadas a ele foram as seguintes:

Consultei para logo os médicos esta capital sobre as coisas que, no meu entender (...) poderiam alterar a saúde pública, e especialmente contribuir para se alimentar a epidemia. Prestando-se prontamente ao meu pedido, indicaram, como as principais, o nenhum asseio de algumas praias, e lugares da cidade, **sendo o maior e mais pernicioso: fóco de exalações pestilenciais**¹¹⁰.

Segundo o fragmento, nada mais era perigoso do que as misteriosas “exalações pestilenciais”. No entanto, a preocupação de Aguiar concentrava-se numa área específica: o Ver-o-Peso. Para ele, as intervenções nessa região eram urgentes em virtude das grandes acumulações de

(...) materiais orgânicos em putrefação que eram nella diariamente lançadas- o mau estado em que se achavam grandes valas, que cortam em diferentes direções os terrenos baixos, que cercam a cidade, as quaes tendo sido, ha muito annos, abertas para darem esgoto as agoas pluviais que, acumulando-se nesses terrenos, ahi forma tremendas extensos (...), tornando-se, por este motivo, fontes perenes de emanações perigosas- **a existências desses pântanos nas vizinhanças da cidade, cujos miasmas alteram o estado normal da atmospherá**¹¹¹.

Note-se que a argumentação de Aguiar gira em torno do quarteto: terrenos baixos- matéria orgânica - chuvas - pântanos. O resultado único e desejado seria a eliminação dos

¹¹⁰ Relatório do Presidente da Província do Gram-Pará, o Sr. dr. Fausto Augusto de Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial, p. 19. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=24&s=0&cv=1&r=0&xywh=-641%2C-154%2C3039%2C2144>.

Acesso em: 10 dez. 2023. Negritos de Ejhon Lucas.

¹¹¹ *Ibid.*, p.19. Negritos de Ejhon Lucas.

miasmas. O quarteto será recorrentemente acionado por demais administradores, porém o caso de Aguiar mostra-se peculiar porque identifica onde (Ver-o-peso, Reduto e Palácio) e como se combater o principal meio responsável pela geração dos miasmas justamente em locais com muita movimentação de pessoas e embarcações, ou seja, de trânsito intenso. Logo, o “asseio e limpeza” deveriam estar em dia, sendo, inclusive, imprescindível de ser implementado em todos os cantos da Província através de obras públicas.

Acredito que já ficou claro ao leitor a multiplicidade de elementos que levaram ao surgimento de mazelas na Província, logo, identifiquei a necessidade em reduzir nosso debate ao ar, pois todos os fatores recaiam, de alguma forma, sobre ele. Reflitamos: o acúmulo de matéria orgânica; de água, em geral, ocorriam nos terrenos baixos; por conseguinte, tornaram-se ambientes favoráveis para o surgimento de miasmas. Por fim, gerando o caráter pernicioso do ar, pois ele era o “condutor” dos “graos de miasmas” (Corbin, 1987).

Essas questões foram abordadas no artigo de Carolina Celestino Giordano ao estudar o movimento higienista em São Paulo numa época em que o pensamento miasmático foi responsável, inclusive, pela criação de normas municipais e reformas urbanas ¹¹². Com isso, quero apontar a sintonia de propostas e demais medidas aqui debatidas foram identificadas, igualmente, por lá. A ordem era limpar o espaço físico, isso era uma norma geral, para, portanto, garantir a purificação do ar - uma premissa da época.

Vimos até aqui que as particularidades de Belém geravam um grande obstáculo para a manutenção de uma boa salubridade. O cuidado com “as agoas”, como enfatizamos, era mais do que urgente, porém demais características tornavam o trabalho ainda mais dificultoso. Se o constante esmero com as chuvas era premente, agora os cuidados com o depósito de matérias orgânicas deveriam ser olhados com cautela na mesma proporção.

Dessa vez, “as vigílias” nas docas¹¹³ tornaram-se assuntos recorrentes dentro da assembleia legislativa, pois eram consideradas locais nocivos, havendo, portanto, a precisão de “trabalhos urgentes”. Observemos o trecho:

Foi completamente limpo o cano que, atravessando-se o largo do palácio, recebeu e conduz a doca que tenho tratado, as agoas que descem pelas ruas, que nelle desembocam, e recebeu coberta na parte que não tinha. Colocou-se uma pequena comporta extremidade do mesmo cano para vedar que, nas ocasiões de marés, a

¹¹² GIORDANO, C. As concepções médicas do século XVIII e a atuação da administração sobre a higiene pública nas cidades no início do século XIX. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/3555>. Acesso em: 8 dez. 2023

¹¹³ Doca é a parte de um porto, rodeada de cais, na qual entram os navios para se abrigarem, efetuarem carregamento e/ou descarregamento, serem reparados, serem inspecionados, etc. As docas são bacias artificiais, de pequenas dimensões, construídas em desvios das linhas normais de navegação do porto. Acesso em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Doca> . Acesso em: 10 dez. 2023.

entrada das águas continuasse a largar parte do largo. **Todos os melhoramentos de que necessitavam as vallas, de que vos fallei, e o esgotamento dos pantanos existentes nas vizinhanças das cidade, eram obras, que demandavam crescidos dispendios**, que o estados dos cofres provinciais não comportavam (...) ¹¹⁴.

Evidentemente que o asseio das docas constituíram-se importantes meios para um bom melhoramento higiênico. No entanto, isso só seria possível por meio da construção das valas, pois sem elas seria impossível garantir a movimentação das “agoas estagnadas”, afinal elas são a angústia do momento, sobretudo em localidades de “terrenos baixos”.

Dessecar pântanos, construir valas, remover matéria orgânica eram as palavras de ordem de Aguiar. Mas, a documentação nos dá a impressão de que nada era o suficiente. Pelo que percebemos, Belém poderia ser facilmente definida como uma “cidade doente” e isso se traduz na quantidade de recursos lançados a cabo em prol da higidez.

O “derrubamento de mattas” foi mais um mecanismo adotado. Isso significa dizer que, mesmo em uma localidade onde tivesse seus pântanos extintos, recebesse a canalização adequada tornava-se necessário retirar toda a vegetação ali presente. Aguiar definia esta medida como fundamental, seria um trabalho, de fato, “completo”: “(...) para escoamento dos pantanos é necessário abrirem-se, em diversos sentidos, algumas sarjetas, que facilitem o esgoto e derrubarem-se as mattas, que as cobrem, impedindo a acção dos raios solares, e embarçando a circulação do ar” ¹¹⁵.

Acreditava tanto na eficácia do método passando a exigir mais dinheiro por parte do Tesouro Provincial para que fosse espalhada por toda cidade, ou melhor, nas regiões repletas de “baixadas” e igarapés, como nas Estradas de São José (atual avenida 16 de Novembro), Mongabeiras (atual Avenida Tamandaré) e Arsenal ¹¹⁶. Segundo ele, a construção dessas valas seriam úteis até mesmo para a navegação, sendo capaz, portanto, de unir diferentes igarapés para então “concebê-los” alguma função, justamente em regiões potencialmente miasmáticas.

Demais incursões no espaço físico da cidade não cessam por aí. No entanto, teremos de abreviar os feitos de Aguiar pois reservam-se ao mesmo assunto: não deixar “agoas” paradas em nenhuma circunstância!

Diante de tantas medidas executadas por Aguiar no controle das águas, podemos adjetivá-lo como um “hidrofóbico” fazendo, evidentemente, as ponderações necessárias

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 19. Negritos de Ejhon Lucas.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 22. Negritos de Ejhon Lucas.

¹¹⁶ Segundo Ernesto Cruz (1992, p. 79) a Estrada do Arsenal, foi também, um dos nomes que a Avenida Almirante Tamandaré recebeu ao longo do tempo.

para fugirmos do anacronismo. Em resumo, tudo o que foi feito ao longo de sua gestão diz respeito aos caminhos a serem criados para que as “agoas” pudessem ganhar movimento - eis a imprescindibilidade de valas, sarjetas, dentre outros. Fica evidente, ao longo de suas reclamações, que as “agoas” eram um verdadeiro empecilho ao progresso, e, portanto, à saúde.

Tamanha preocupação foi abordada na tese de doutorado de Conceição de Almeida ao fazer uma História Social da água na cidade de Belém¹¹⁷. No entanto, um assunto em comum no trabalho de Almeida com o que estamos discutindo são, obviamente, as águas, porém o que fica nítido é a perspectiva de “obstáculo/empecilho” à civilização e progresso.

Nesse sentido, haveria, portanto, um duplo esforço: de um lado, engenheiros, arquitetos e dirigentes locais deveriam fazer melhoramentos em nome da “urbanização” a fim de garantir a expansão da cidade; por outro, médicos movimentavam-se em nome da higiene para escorrê-las, livrando a cidade de sujidades, enfermidades e possíveis focos de infestação.

Como destacamos em linha anteriores, as “agoas” não poderiam ficar paradas em nenhuma hipótese, Almeida, inclusive, sintetiza muito bem nossa ideia ao dizer que

As águas deveriam, portanto, ser submetidas ao movimento constante de entrada e saída, tal como ocorria com as águas de rios, mares e igarapés, constrangidas a uma movimentação natural relacionada às marés e correntes. Essa necessidade de movimentação da água era pensada como válida para todos os lugares da cidade - tais como ruas, praças, valas, canais, entre outros - bem como aos prédios em geral, incluindo as casas de morada¹¹⁸.

Desde já, peço paciência ao estimado leitor diante de tantas repetições, mas as fontes não sinalizaram outro meio de encaminhar nosso debate. Os mesmos mandamentos foram, intensamente, advertidos na administração de Joaquim José da Cunha.¹¹⁹ Podemos dizer que sua administração, apesar de breve, foi marcada pelo “quebra-quebra” para a abertura de valas. Para ele, era necessário

(...) duas vallas paralelas na estarda do arsenal perpendicular a de S. José e a das Mongabeiras, e construirão-se duas pontes. Abrirão-se também algumas outras vallas e sarjetas para o esgoto das agoas da trindade e do piry (...) Esta espécie de obra é morosa e de grande dispendio pela natureza do trabalho repugnante aos operários **fez-se tambem a limpeza de todas ellas, operação que deve ser feita**

¹¹⁷ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará**: história, natureza e cultura material no século XIX. 2010. 340 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13217>. Acesso em: 10 nov. 2023.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 101.

¹¹⁹ Infelizmente, não contamos com muitas informações de Cunha. O pouco que descobrimos foi que exerceu a presidência da Província do Rio Grande do Norte (1850-1852) e do Pará (1852- 1853). Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=H2ECAAAYAAJ&pg=PA140&hl=pt-BR&source=gbs_selected_page&cad=2#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 dez. 2023.

todos os annos porque constantemente se vão obstruindo de terras e de destroços vegetais¹²⁰.

As ações não se diferem muito comparadas ao seu antecessor. Uma vez que os cuidados com a limpeza foram mantidos, indicando a máxima obediência aos preceitos higiênicos. Porém, diferente de Coelho e Aguiar, houve, por sua parte, a necessidade de acrescentar mais uma poderosa ferramenta no enfrentamento às doenças: o aterramento. Esta ferramenta foi considerada um importante meio usado pelos higienistas no ordenamento da cidade e na liquidação das doenças, é inclusive apontada como um dos grandes marcos da saúde pública, segundo o artigo de Rafael Mantovani¹²¹.

Tal método, somado ao calçamento e empedramento seriam eficazes, a seu ver, no reforço do solo e na formação de caminhos por onde as águas poderiam escoar livremente para então desembocar nos rios que circundam a cidade. Ressalta, ainda, a criação de um “encrusamento” entre valas e calçamentos entre as estradas anteriormente citadas como o Largo do Pólvora (atual Praça da República), a Estrada de Nazareth (avenida homônima) e a rua do Paul d’agoa (atual avenida Governador José Malcher) para que “evitassem miserável estado pelas águas”, cabia, portanto, a Câmara Municipal lançar mão dos recursos¹²² para um melhoramento higiênico.

Os mesmos cuidados são enumerados insistentemente na gestão do jurista Ângelo Custódio Corrêa¹²³. Para ele, as obras de maior importância à salubridade pública precisavam ser realizadas em conjunto, isto é, o dessecamento dos pântanos deve somar-se à abertura das valas. Informou o seguinte:

Devia acudir de preferência as que fossem de mais urgente necessidade: o dessecamento dos panatnos que circundam, por assim dizer, quasi toda esta cidade. **E o melhoramento do porto de Cameté, onde a impetuosa corrente do rio tocantins tem feito grandes estragos (...) a princípio a valla principal, que deve servir de receptáculo as agoas que escorre pelas sarjetas, que convém**

¹²⁰ Fala que o ex. sr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente desta Província dirigio a Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de agosto de 1853, p. 24. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=29&s=0&cv=1&r=0&xywh=-298%2C106%2C2070%2C1460>.

Acesso em: 10 dez. 2023. Negritos de Ejhon Lucas.

¹²¹ MANTOVANI, Rafael. Os grandes marcos da saúde pública no Império e a vida cotidiana em São Paulo: 1820-1870. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 27, n. 9, p. 3399-3407, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022279.04492022>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/48nzPYq7r3FnsZcNQ5GQrKD/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

¹²² *Ibid.*, p. 24.

¹²³ Corrêa nasceu em 1804 e morreu em 25 de junho de 1856, vítima da epidemia de cólera. Formou-se em direito, na França, filiou-se ao Partido Conservador, foi deputado por três legislaturas e presidente da Província do Pará por duas vezes nos anos de 1850 e 1856. Disponível em: <https://www.geni.com/people/%C3%82ngelo-Cust%C3%B3dio-Corr%C3%AAa/6000000077880494087>. Acesso em: 10 dez. 2023.

fazer nos referidos pântanos. Esta obra é, seguramente, da maior importancia para a salubridade pública¹²⁴.

Pelo que vimos até aqui, nenhum outro aspecto fora daquela quadriade fora desrespeitada. Mas, o fragmento acima revela mais uma preocupação frente a um elemento natural: os rios da Amazônia. Percebe-se, mais uma vez, uma convivência extremamente conflituosa.

A situação da Província, como observamos até agora, mostra-se preocupante em virtude das peculiaridades naturais e climáticas da região, seja pelos altos índices de chuvas ou por conta dos terrenos de baixo nível entranhados por cursos de água. Mais um fator agravará a situação: o calor equatorial.

Tais aspectos repercutiram exageradamente nas reclamações - assim podemos dizer - do novo presidente, o jurista Sebastião do Rego Barros¹²⁵. Em sua fala inaugural, a região é caracterizada com certa parcimônia, não era ruim, mas, também, não era animadora. Vejamos:

Infelizmente, sr. não vos posso dizer que seja prospero o actual estado sanitario da provincia, com quanto não o devamos também considerar assustador: além de outras moléstias próprias da quadra tem continuado a grassar as febres na capital e em varios pontos do interior¹²⁶.

Curiosamente, “as febres”, apesar de não estar especificada, não é difícil de imaginar que sejam as “intermitentes”- uma antiga companheira do Grão-Pará e muito debatida nas sessões da assembleia provincial. E pasme o leitor (ou não) o estado nada “próspero da província”, se dava, mais uma vez, pela falta do tão enfatizado “asseio”. Observe-se:

(...) **a pouca limpeza das ruas desta cidade, e as aguas encharcadas no seus arredores, bem como em muito districtos de fora, e as cesações repentinas das chuvas abundantes, que cahem constantemente** sobre toda a provincia, alternando com a **intensidade do calor equatorial, são as causas** a que em geral atribuem os profissionaes **o seu estado pouco salubre, mas de certo não concorrem pouco para ella a incuria e imprevidencia da população**¹²⁷.

¹²⁴ Relatório feito pelo exm. sr. Dr. Ângelo Custódio Correa, 1º Vice-Presidente da Província, por ocasião de dar posse ao exm. sr. conselheiro Sebastião do Rego Barros no dia 16 de novembro de 1853, p. 4. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=30&s=0&cv=1&r=0&xywh=-211%2C555%2C2173%2C1533>. Acesso em 10 dez. 2023. Negritos de Ejhon Lucas.

¹²⁵ Nasceu no dia 18 de agosto de 1803 e faleceu em 7 de março de 1863. Foi um político e militar brasileiro. Ocupou o cargo de Ministro de Guerra e presidente da Província do Pará nos anos de 1853 a 1855. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=H2ECAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Disponível em: 10 dez. 2023.

¹²⁶ Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros Presidente desta Província dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da mesma assemblea no dia 15 de agosto de 1854, p. 19. Disponível: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=31&s=0&cv=1&r=0&xywh=-342%2C-271%2C2201%2C2061>.

Acesso em 10 dez. 2023.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 19. Negritos de Ejhon Lucas.

Na fala de Barros podemos fazer algumas considerações, especialmente ao tratarmos da relação do belenense com a chuva. O problema está posto: as chuvas. As preocupações do então presidente pareciam válidas, haja vista que em sua época era comum o elo entre regime das águas com afecções, como pontuamos.

No entanto, hoje, guardando as devidas proporções é comum, principalmente entre os anciãos destacar o caráter “pernicioso” das chuvas. Alguns comportamentos como: as longas exposições aos raios solares acompanhadas por uma brusca exposição às chuvas, se configura como um “comportamento de risco” por ser capaz de gerar o “choque térmico”. Tal fato, não é visto com bons olhos entre os belenenses por se acreditar na capacidade em deixar o corpo debilitado, e , por consequência, enfermo.

É possível dizer que para grande parte da população as chuvas ainda despertam certo pavor, pois ainda é comum a ligação do clima e demais mazelas. A prova disso são os inúmeros ditados, como: “não apanhe chuveiro, é pior do que apanhar o pau d’água”; é corriqueiro, também, o conselho para se evitar a “exposição ao sereno”¹²⁸, por ser tão perigoso quanto a própria chuva.

Enfim, os belenenses têm uma relação muito próxima e longa com as chuvas, tanto que é comum tratá-la como um sujeito, o alerta: “Lá, vem ela” quer dizer que a chuva está prestes a desabar. Infelizmente, na historiografia amazônica há um “vácuo” no que se refere à história da chuva para que façamos uma discussão com maior profundidade.

O único estudo que encontramos é da autoria do historiador Kelvyn Gomes, que, apesar de não contemplar o período aqui analisado, mostra-se importante para entendermos o vínculo do belenense com o regime de chuvas. Seu argumento consiste em apontar a complexidade existente na relação dos cidadãos com o agente natural. Segundo ele:

Não só as relações sociais interpessoais foram influenciadas, o belenense mantém relacionamento direto com a chuva, tratando-a como agente social, histórico, vivo e ativo, mesmo inconscientemente (...) tanto que nos dias de inverno amazônico é comum ouvir pelas ruas o murmurar das pessoas falando, não consigo mesmas, mas com a própria chuva¹²⁹.

A discussão de Gomes aborda, também, os incômodos gerados pelo fenômeno natural por parte dos dirigentes locais da época, sobretudo por “atrapalhar” ir e vir dos moradores bem como desafiar os ideais burgueses, dessa forma, dominá-las fazia parte do

¹²⁸ O sereno (ou orvalho) é o vapor atmosférico que se condensa em forma de gotas, pela redução da temperatura ao final do dia e da noite. Disponível em: <https://www.naldecon.com.br/dicas-blog/content/afinal-pegar-sereno-faz-mal-entenda/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹²⁹ GOMES, Kelvyn Werik Nascimento. **Belém, uma história da chuva** (1890-1920). 2023. p. 35. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2023.

plano em nome da modernidade. Além disso, são apontados, assim como já mostramos, os cuidados com os fluidos no controle dos miasmas fazia parte, portanto, dos ditames da modernização.

O que é mais interessante em seu trabalho, é a forma pelo qual a sua escrita nos permite redirecionar nosso olhar, pois a chuva não era somente um “encosto”. Sua presença era útil, também, para a promoção e funcionamento da higiene da cidade, era muito bem vinda, por exemplo, no “trato natural” do esgoto uma vez que sua presença “empurrava” os dejetos das tubulações livrando a cidade dos “focos de infestação”.

Infelizmente, o lado “positivo” das chuvas não foi visto até aqui, menos ainda nos pronunciamentos de Barros, porém ilustra a variedade de percepções acerca daquele evento natural. Se Barros, assim como os demais as “agoas” não eram bem quistas e a “incúria” da população em nada o agradava. Quais foram os meios empregados no combate à fúria das águas?

A primeira, nada diferente levando em conta os demais foi a continuidade e o fervor em prosseguir com as obras de dessecamento implementadas desde então. Todavia, esbarrava com o dilema por não conseguir “(...) o número de trabalhadores necessários, que por ordem minha estava reunindo, poderá aquelle município gozar em breve desse importante melhoramento. As obras das vallas desta cidade progridem também, como vereis adiante (...)”¹³⁰. Apesar dos percalços, as obras, em hipótese alguma poderiam ser deixadas de lado tendo em vista o melhoramento higiênico da Província.

Contudo, diferente de todas as medidas analisadas até então - à exceção de Fausto Augusto de Aguiar -, a administração de Barros será marcada com a presença de um forte aliado na garantia da salubridade da província, bem como na inspeção e vistorias e assuntos de saúde : a presença de médicos da Comissão de Higiene Pública do Pará.

Estes clínicos serão fundamentais para estudar a natureza de enfermidades, vistoriar obras e deliberar quais os melhores rumos a se tomar quando o assunto for manutenção da higiene. Inclusive, é a partir daqui que conseguimos visualizar a atuação de Silva Castro como presidente do referido órgão¹³¹. Em uma das salas da Câmara Municipal de Belém, entusiasmado, Barros noticiou

(...) a criação da comissão de hygiene pública, creada nesta provincia pelo regulamento de 29 de setembro de 1851, foi instalada no dia 27 do mez proximo passado em uma das salas da camara municipal sob a presidencia do doutor Francisco da Silva Castro, e entre as medidas que já pela mesma me forão

¹³⁰ *Ibid.*, p. 19.

¹³¹ Silva Castro foi presidente da Comissão de Higiene Pública de 1854 a 1856.

proposta recomendo-vos a de contratar-se na Europa uma parteira habilitada para exercer o seu ministério¹³².

Certamente, a instalação da Comissão de Higiene foi o maior feito na administração de Barros. Pelo que verificamos, é possível identificar maior aproximação entre as decisões debatidas entre os políticos com os esculápios, até porque muitos desses médicos desdobravam-se em seus compromissos nos hospitais e suas clínicas - como foi o caso de Silva Castro -, e também, nas votações dentro da casa legislativa sendo deputado, vereador ou senador municipal.

Apesar das poucas referências nos documentos que apontem, diretamente, a intromissão desses clínicos em obras públicas¹³³, foi possível apreciarmos a votação de projetos onde Silva Castro e seus parceiros de ofício deliberaram valores significativos nos empreendimentos¹³⁴. No caso, o calçamento e construção de valas nas Estradas das Mongabeiras e São José, por exemplo, só foram executadas com a participação efetiva de Silva Castro.

Tudo isso pra dizer que, seguramente, as obras tocadas por Barros foram acompanhadas por algum clínico. Podemos dizer, que sua gestão foi marcada pela “vigilância” das docas, o “estacamento” de valas e o acréscimo de mais um método “inédito” na região, como discutiremos em breve.

A única doca a receber obras foi a do reduto. Mais uma vez, a preocupação girava no entorno do acúmulo de matéria orgânica, mas só a sua limpeza não seria o suficiente, dessa vez, houve por intuito implementar a escavação. Barros a classificou em caráter de “urgência”, pois

(...) a conclusão desta obra é de urgente necessidade não só por que serve de seguro abrigo às canoas que se dirigem aquele ponto da cidade, cujo numero em bem poucco tempo de avultar atrahidos pelo comercio que ali já começa a desenvolver-se com o aumento da povoação que vai estendendo para aquele lado¹³⁵.

Até o momento da nossa discussão, a escavação para o fomento da navegação não havia sido declarada explicitamente. Podemos conjecturar que fazia parte do plano em permitir a “movimentação” das águas, e assim, não deixá-las paralisadas. Por tudo o que já

¹³² *Ibid.*, p. 19.

¹³³ A maior dificuldade ocorreu na identificação dos projetos. Em geral, visualizei diversos debates nos jornais, mas ao cruzá-los com os relatórios dos presidentes de província as numerações não coincidiam, ou como na maioria, sequer estes últimos estavam enumerados. Tive que trabalhar, portanto, baseado na proximidade das datas.

¹³⁴ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 21/04/1854. p. 2. Silva Castro participa da votação dos projetos 212, 213 e 214 para destinação de verbas para o calçamento, estancamento e dessecação dos pântanos da Estrada das Mongabeiras.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 117.

mostramos em nosso debate, o conceito de salubridade está intimamente ligado a regra em “fazer todos os fluidos circularem”, como destacou Giordano¹³⁶.

No fragmento acima, contamos com mais um “benefício” a ser obtido com as intervenções, no caso, o fomento do comércio numa região onde deslocava-se, majoritariamente, por canoas. Além disso, Barros conclui que as escavações permitiriam “por que essa doca terá de receber e levar ao mar as águas do igarapé do reducto e as dos pantanos que formão as suas vertentes”¹³⁷. Assim, portanto, é impossível não reconhecer, mais uma vez, a relevância em livrar a região de possíveis mazelas, afinal os portos eram as portas de entrada e saída de enfermidades na “Cidade do Pará”.

Quanto ao “estacamento” das valas, as mudanças não foram tão significativas. Inclusive, a atenção ainda permanece nos locais apontados ao longo deste item, isto é, as estradas do Arsenal e do Paul d’ágoa. Na primeira, foram realizadas intervenções para incluir estacas mais profundas muradas de pedra e cal, sem isso tornar-se-ia impossível um “grão dezejável” de salubridade. Ressaltou:

(...) a necessidade de dar sahida as agoas encharcadas dos pantanos que demorão pelo lado de S.O desta cidade sem o que jamais poderá ella attingir aquele grão de salubridade que é para desejar-se, faz com o que esta obra seja considerada da maior transcendencia, e eu conto conclui-la dentro destes quatro mezes proximos¹³⁸.

Já a estrada do Paul d’ágoa recebera, em suas palavras “o de mais novo e melhor nos meios de construção”¹³⁹. Fez-se uso da técnica de *macadamização*¹⁴⁰, ou seja, operou-se conjuntamente, o calçamento de pedra em três camadas acompanhadas da abertura de valas laterais. Dessa forma, foi viável o enxugo das águas

(...) pluviais da Praça Pedro II por meio de um encanamento que se dirige ao igarapé do reduto, e cujo receptáculo foi feito todo de novo. Até o fim do corrente mez espero que ficará concluído o que resta fazer-se desta obra, cuja despeza no semestre findo foi de cinco contos quinhentos e setenta e nove mil quinhentas e setenta¹⁴¹.

¹³⁶ GIORDANO, C. As concepções médicas do século XVIII e a atuação da administração sobre a higiene pública nas cidades no início do século XIX. *Cadernos PPG-AU/FAUFBA, [S. l.]*, v. 7, n. 1, 2009. p. 38 Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/3555>. Acesso em: 8 dez. 2023.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 117.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 117.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 117.

¹⁴⁰ O processo de macadamização consiste em assentar três camadas de pedras postas numa fundação com valas laterais para enxugar a água da chuva. As duas primeiras camadas, a uma profundidade de aproximadamente 20 cm, recebem brita de tamanho máximo 7,5 cm. A terceira camada é feita com 2 camadas de 5 cm, cheias de pedra de tamanho máximo de 2,5 cm. Cada camada é calçada com um rolo pesado (um cilindro), fazendo com que as pedras se acamem umas nas outras. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Macadame>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 117.

Diante de tantos recursos lançados em nome da higiene, não podemos dizer que os dirigentes locais não “lutaram” em fazer da Província uma região minimamente limpa, ou melhor, higiênica. A teoria miasmática, foi, sem dúvidas, um elemento indispensável pela implantação de várias intervenções que marcam o espaço de Belém, sendo, na maioria das vezes, inúteis ante as características da cidade. Mesmo assim, foram continuadas teimosamente mesmo com a chegada de mais uma moléstia. Vejamos como o próximo gestor se comportou.

Uma nova moléstia não qualificada pelos facultativos!

Em fins de maio ultimo observão-se varios casos de uma molestia de caracter maligno, que ainda até hoje não se tem sido qualificada, por discordarem as suposições acerca dos facultativos acerca de sua origem e espécie, entendendo huns que he ella endêmica, e que pela irregularidade da estação falta de bons alimentos, e por outras causas, se tornara mortífera e sustentando outros que he o colera morbus asiatico¹⁴².

O relato acima, feito às pressas, é de José Maria de Moraes¹⁴³. Nele, percebemos o terror que a província do Grão-Pará encontrava-se no momento, o cólera marcava presença deixando um rastro de dor, morte e desespero. Inclusive, esse momento é acompanhado por muita consternação, pois o presidente da Província de então, Ângelo Custódio Corrêa foi mais uma vítima do mal.

As fontes desse período versam, na maioria, sobre a movimentação dos dirigentes e médicos da Província para compreender e debelar a nova enfermidade que os assolava por todos os cantos. A prova disso são os relatos de horror anunciados por Moraes entre seus pares na assembleia legislativa. Nada funcionava, todo e qualquer meio mostrava-se parco diante do mal. Uma coisa era certa, a entrada ocorreu por meio da embarcação Defensor

(...) Seja porém o que for, o certo he, que foi depois da entrada da dita galera, que essa terrível molestia aparece entre nos com com o caráter mortífero, e assolador, e que em seu rapido desenvolvimento invadiu e acometeu a quasi todas as povoações da província, fazendo victimas e estragos, que por muito tempo teremos de lamentar¹⁴⁴.

¹⁴² Exposição apresentada pelo exm. sr. Dr. João Maria de Moraes 4º Vice- Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 3º Vice- Presidente o Ex. sr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimaraes, p. 3. Disponível: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=33&s=0&cv=1&r=0&xywh=-133%2C289%2C1998%2C1871>. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹⁴³ Acessamos poucas informações de Moraes, sabemos que foi um político brasileiro e presidente da Província do Pará nos anos de 1845, 1846, 1847, 1848, 1850, 1855 e 1864. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=H2ECAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 10 dez. 2023.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 4.

Pouco foi escrito sobre o espaço físico da cidade. Apenas na segunda gestão de Rego Barros, algumas das causas foram apontadas, mas nada de diferente do que foi discutido até aqui. Se Belém ainda se encontrava num “mau estado sanitário” assolado pela febre amarela, intermitentes, e o mais novo “bicho papão”, o cólera. Tudo isso ocorria em virtude das razões exaustivamente debatidas.

Para finalizar, Barros declarou que aquelas moléstias tornar-se-iam endêmicas em “lugares onde, principalmente os pântanos não se achão esgotados, e onde a população é desconhecedora de seus interesses, vive por sua negligência e das câmaras respectivas, cercadas de elementos de infecção”¹⁴⁵. Acrescentou, também, a urgência na construção de valas e comportas ao redor da cidade para assim eliminar todo e qualquer foco de miasmas instalados nas águas.

Se esses projetos saíram do papel, não saberemos responder. No entanto, podemos definir que a Belém do século XIX era tão pantanosa quanto miasmática. Apreciamos a variedade de planos traçados para se combater “as agoas” e continuaremos a debater a mesma cidade, mas dessa vez voltaremos o nosso olhar ao protagonista deste estudo ! Apreciemos o que Silva Castro e seus pares de profissão fizeram e debateram na estalada do mal colérico em Belém.

¹⁴⁵ Exposição apresentada pelo Exmr^o senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a administração da mesma Província ao 1^o Vice-Presidente o exm^o sr. Dr. Ângelo Custódio Corrêa, p. 7. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=35&s=0&cv=1&r=0&xywh=-519%2C-139%2C2952%2C2763>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CAPÍTULO 2

“OH PROVIDÊNCIA DIVINA, QUANTO SOIS MARAVILHOSA!”: UMA ANÁLISE DOS DEBATES, ETIOLOGIAS E TERAPIAS USADAS EM TEMPOS DE CÓLERA

2.1: O que seria o “vírus do cholera?”

O Elixir Paregórico Americano he hum precioso medicamento, quer seja applicado no período dos prodromos do cholera, quer na cholera simples, quer mesmo no cholera adiantado ou confirmado (...). Explicamos o favoravel rezultado deste mixto pharmaceutico pela accção do ammoniaco que entra na sua compozição, por quanto assemelhando-se os os effeitos do cholera aos venenos animais, ingerido na economia viva, e sendo o amoníaco hum dos melhores anti-septicos, com toda a confiança acreditamos, que por via delle devia ser combatido eficazmente o **virus do cholera**¹⁴⁶.

No dia 15 de novembro de 1855, o presidente da Comissão de Higiene Pública do Pará, Francisco da Silva Castro, ofertou a Junta Central de Higiene do Rio de Janeiro o seu escrito de maior relevância enquanto esteve na “linha de frente” durante a epidemia do cólera, em Belém. Nele encontramos suas fórmulas, terapias, estatísticas, e principalmente suas investigações acerca da natureza da enfermidade, ponto chave de nossa análise.

Na época da publicação de seu manuscrito, o autor já contava com mais de vinte anos de clínica na Amazônia¹⁴⁷, avolumando, sobretudo, inúmeras publicações sobre as possíveis etiologias das mais diversas enfermidades. Dentre elas, podemos destacar, em grau de importância: o cólera, as febres intermitentes e amarela, beribéri, e por fim, o escorbuto¹⁴⁸.

Não podemos perder de vista que Silva Castro divulgou suas pesquisas num período de transição no meio científico, pois viveu durante quase todo o século XIX. Assim, testemunhou a insurgência das teorias microbianas e evolutivas, tendências essas que iam na contramão de sua formação, já que se formou durante a predominância do paradigma ambiental nos estudos médicos, isto é, a teoria dos miasmas (Rosen, 1994).

¹⁴⁶ CASTRO, Francisco da Silva. Apontamentos para a história do Cholera Morbus no Pará (1855). In: BOTELHO, João José da Costa. **A família Castro no Pará**, 1983. p. 277. Negritos de Ejhon Lucas.

¹⁴⁷ Formou-se na Europa, em 1837. No ano seguinte fixou-se em Belém.

¹⁴⁸ Escolhemos o cólera para o nosso debate, basicamente, por duas razões: o acesso às fontes de informação foi o fator crucial dada a quantidade de ofícios/relatórios/pareceres produzidos pelo clínico; o seguinte fator foi o resultado da análise dos manuscritos, pois nos trouxeram aspectos “inéditos”, comparados às demais doenças anteriormente citadas e, mais ainda, comparado com as reflexões de seus pares de profissão. Tais aspectos “inovadores” serão o norte da nossa investigação, exigindo, portanto, uma análise sistemática de sua formação bem como de seus referenciais, sem deixar de lado, é claro, os debates acalorados que cercavam o “vírus” do cólera.

No entanto, podemos verificar em seu manuscrito o uso de termos típicos (como “vírus”) das novas tendências do campo científico. Desse modo, temos o seguinte questionamento: Silva Castro deixou de lado a sua formação “ambiental”, nos quadros do antigo paradigma médico, para tornar-se adepto das “novas modas”? A resposta é: sim e não! Pelo que indica o fragmento exposto acima, podemos afirmar que ele esteve atento e sintonizado com os novos debates em voga. Isso nos sinaliza, portanto, que os demais cientistas atuantes na Amazônia brasileira não estavam alijados dessas transformações que ocorriam nos grandes centros de estudos médicos.

A proposta geral deste capítulo consiste em refletir até que ponto essas mudanças do saber médico interferiram nas práticas de Silva Castro. De fato, influíram nos estudos de nosso médico sobre o “vírus do cholera”. Lemos bem o termo usado por Silva Castro: “vírus”! Veremos que antes de chegarmos até a comprovação da hipótese de Silva Castro, se abateu sobre a cidade de Belém seis meses de uma intensa epidemia que flagelou a comunidade médica, que sequer sabia da existência e da ação desses seres microscópicos.

A narrativa deste capítulo será pontuada por quatro momentos. No primeiro, investigo os diagnósticos antecedentes feitos por Silva Castro e seus pares com a chegada do “Mal do Ganges”, em Belém, tendo como principal preocupação compreender como esses sujeitos enxergavam e interpretavam a natureza daquele mal. Trocando em miúdos, qual ou quais seriam as possíveis causas que explicariam a manifestação da doença na Província? Essas indagações foram essenciais entre os esculápios à época. Nesse sentido, julgamos ser necessário dar visibilidade ao passo a passo desses debates para mostrar, sobretudo, que uma teoria médica não nasce de um dia para o outro. Até o momento do consenso (isso quando há!), não faltam divergências. As divergências, são o assunto da seção seguinte. Nela optamos por analisar o toma-lá-dá-cá entre o médico-presidente e seu par, o Dr. Camillo Valle Guimarães¹⁴⁹. Ambos discutiram veementemente os detalhes do “mal de Ganges”, ultrapassando o ambiente profissional, como bem ficou registrado na imprensa da época¹⁵⁰. Examinamos, ainda, o seu manuscrito para melhor compreender e assim pontuar as razões pelas quais Silva Castro afirmou que a doença era causada por um “vírus”, em total oposição ao

¹⁴⁹ Segundo Jane Beltrão (2004, p. 50), atuou como médico da Câmara Municipal, Provedor de Saúde do Porto, membro da Comissão Central de Febre Amarela do Pará e da Comissão de Higiene Pública do Pará. Foi também, o primeiro médico da Sociedade Beneficência Portuguesa.

¹⁵⁰ O capítulo foi construído com base nos ofícios e relatórios publicados no periódico *13 de Maio*, acessados na Hemeroteca Digital Brasileira. No entanto, as mesmas fontes também foram consultadas no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), no caso, os ofícios da Comissão de Higiene e Socorros Públicos do Pará (1850-1855) disponíveis no fundo da Secretaria da Província. Todos foram integralmente digitalizados e encontram-se no site da hemeroteca.

que seus pares discutiam, e na “contramão” de sua própria formação ambientalista. Por último, discuto as práticas de cura adotadas no enfrentamento do “mal colérico”.

“He do rigoroso dever desta Comissão tranquilisar os animos assustados”

Na coluna *Ao público*, do periódico *13 de maio*, lemos o primeiro parecer da Comissão de Higiene, logo quando Silva Castro fora nomeado presidente do órgão¹⁵¹. Conforme o parecer, podemos notar que o cólera era uma preocupação latente para os médicos da Comissão, exigindo, portanto, atenção redobrada a qualquer indício da temível doença, que já se fazia presente em outras partes do mundo. Boatos sobre a doença surgiram na cidade. Os esculápios em prontidão se reuniram, e aqui, verificamos o primeiro manuscrito assinado por todos os membros. Certamente os médicos tinham o intuito de reforçar autoridade ao documento, já que o referido órgão era responsável por cuidar dos assuntos referentes à Saúde Pública, reunindo médicos de formação acadêmica cuja responsabilidade consistia em monopolizar as atividades terapêuticas do Império (Pimenta, 2003). O ofício foi encaminhado em caráter de urgência ao Presidente da Província. A resposta da Comissão deveria ser firme, pois era autoridade máxima no assunto. Era preciso “tranquilisar os animos assustados”. Dizem os médicos:

Havendo nestes ultimo dias alguns espiritos, senão maliciosos, ao menos indiscretos, feito espalhar entre nós o rumôr, de que alguns casos de colera morbus asiatico tem aparecido nesta Capital, he do rigoroso dever desta Comissão tranquilisar os animos assustados, assegurando que por em quanto não tem chegado ao seu conhecimento a existência de hum só factó de semelhante enfermidade, tanto em terra na população desta cidade¹⁵².

Lembremos que esse é um momento em que médicos estavam cada vez mais presentes na administração pública. O próprio Silva Castro, assim como os demais membros do órgão de saúde, ocupava cargo na Assembleia Provincial em Belém. O nosso personagem era presidente da Comissão e também deputado provincial¹⁵³. Nesse cenário, os clínicos ganhavam cada vez mais prestígio e poder de interferência na vida urbana. Em inúmeros ofícios, relatórios e pareceres, estes sujeitos interferiram, bem como alteraram, o cotidiano das pessoas. Sobretudo quando o comportamento, alimentação e até mesmo as vestimentas não obedeciam os "ideais de higiene". Mas, não é meu intuito trazer somente

¹⁵¹ A Comissão de Higiene era formada à época pelos seguintes médicos: Francisco da Silva Castro (Presidente), José Ferreira Cantão (Secretário), Camillo José do Valle Guimarães (Provedor do porto), José da Gama Malcher (Comissário Vacinador), João Manoel d’Oliveira (Cirurgião do Exército) e Augusto Thiago Pinto (Membro interino)

¹⁵² Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 11/11/1855.p. 1.

¹⁵³ Silva Castro exerceu várias legislaturas como deputado provincial entre os anos de 1845 a 1870; foi senador entre os anos de 1885 a 1890, e também, vereador nos intervalos dos anos de 1869 a 1872.

apenas o olhar desses médicos sobre o “outro”, especialmente quando se trata dos demais sujeitos das artes de curar e da população. Cabe, nesse momento da narrativa, apontar as clivagens dentro da própria Comissão de Higiene, onde, em tese, todos os seus membros deveriam estar em consonância de opiniões. Meu cuidado em insistir nesse aspecto se justifica pela ausência de estudos sistematizados acerca desses sujeitos que atuavam em Belém, na primeira metade dos Oitocentos. Uma questão a ser equacionada anos mais tarde com a descoberta do vibrião colérico por Robert Koch¹⁵⁴.

“A grande mortandade”

(...) aproximando-se a ella o escaler do Guarda Mór correo às amuradas grande número de colonos clamando voz em grita contra o Capitão que os matara de fome e máos tratos durante o curso da viagem, do que resultou o perecimento de trinta e tantos; asseverando o mesmo guarda mór que de facto lhe parecerão estenuados e opprimidos de miseria¹⁵⁵.

Esse trecho faz parte das primeiras impressões sobre a “grande mortandade” verificada no interior da embarcação portuguesa “Defensor”. Cabe aqui, revisitar alguns episódios de quando a doença aportou em Belém no mês de maio de 1855. Os cenários de horror apurados ao longo da viagem nos chamam atenção; assim como também dos responsáveis pela saúde da cidade à época. Rapidamente, Silva Castro e demais médicos movimentaram-se, logo que foram notificados pelo Inspetor da Fazenda, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis. Esse último havia enviado ao Presidente da Província um ofício com o seguinte título “provas que podemos obter da desumanidade praticada a bordo da Galera Defensor”. Pelo tom desse título já percebemos que um mal estar instalava-se e a imprensa da época aumentava ainda mais a grande “celeuma” sobre os fatos, como veremos a seguir.

A primeira autoridade de saúde a se pronunciar sobre os fatos foi o Provedor de Saúde do Porto, o médico Camillo José do Valle Guimarães, cuja incumbência tinha por tarefa vigiar e averiguar a movimentação das embarcações que aportavam na cidade. Em resumo, trago alguns pontos de seu parecer inicial, pois a temática já foi mencionada em outras pesquisas¹⁵⁶. A resposta do Dr. Guimarães foi a seguinte:

(...) em razão de haverem fallecido trinta e cinco colonos, fui immediatamente examinar a referida galera, e conheci na realidade que **estes infelizes não fallecerão de moléstia alguma de character maligno, ou contagiosa** que na

¹⁵⁴ O vibrião colérico foi descoberto em 1883 quando estive em missão no Egito.

¹⁵⁵ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 19/05/1855.p. 8.

¹⁵⁶ Leituras mais aprofundadas sobre o tema, na Amazônia, podemos citar: VIANNA, Arthur. **As epidemias no Pará**. 2ª Edição. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975; BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. 1999. 269 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

viagem aparecesse, mas sim morrerão a fome, a sede, e espancados pelo capitão que além de dar lhes péssimo alimento, ainda chegou a tanto a malvadeza deste capitão que esse mesmo pouco e péssimo que dava, era cozinhado com água salgada¹⁵⁷.

Até então, nem passava pelo “radar” das autoridades sanitárias que a causa das mortes poderia ser o “temível cholera morbus”. Assim que o Provedor encerrou suas investigações, entregou seu parecer ao superior (Silva Castro), que não pôde acompanhar os detalhes por motivos de doença. Foi definido o seguinte: as causas das mortes foram resultado de maus tratos somadas à péssima dieta. E, para piorar, a hipótese de envenenamento passou a ser intensamente reputada, dada as semelhanças entre os sintomas. Publicado o parecer, maiores questionamentos sobre as mortes não foram levadas adiante até mais uma convocação de urgência.

No dia 26 de maio, em ligeireza, os membros da Comissão de Higiene direcionaram-se àquela embarcação. O passo a passo dos clínicos foi intensamente noticiado. Dessa vez, as análises restringiram-se às condições físicas do recinto, em especial aos utensílios da cozinha, cujas condições foram duramente atacadas pelos investigadores. Destacou-se também o cerco feito ao cirurgião responsável. Em breve, temos o seguinte balanço: o envenenamento foi o consenso obtido (até aquele momento) e o despreparo do cirurgião dispensava comentários. Afinal ele não passava de “hum fraquíssimo cirurgião d’aldeia sem outras habilidades”, diziam os médicos belenenses.

Ainda no mesmo dia, horas mais tarde, Silva Castro registrou a seguinte situação:

(...) ocorreão nesta capital dois cazos de molestia grave, e extranha, os quaes terminarão fatalmente em poucas horas, e immediatamente mais outros, que nos fizerão crêr, que o diagnostico proferido pela comissão acerca da natureza, e character da enfermidade, que grassou a bordo da Defensor, fora mais hum erro em medicina¹⁵⁸.

Pelo trecho acima, já não restava mais dúvida acerca da natureza da moléstia. Era o cólera. Mas, cabe-nos fazer algumas observações suplementares, pois o diagnóstico de envenenamento foi sustentado por todos os membros até certo ponto. No entanto, ao assumir seu erro, Silva Castro nos deu indícios de que os sais de cobre, apontados como materiais tóxicos, produziam efeitos muito semelhantes aos sintomas do cólera por ele observados quando residia em Paris, em 1834. Vejamos, que na medicina do século XIX o “cholera morbus” poderia ser facilmente confundido com outra manifestação, ainda mais

¹⁵⁷ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 22/05/1855.p. 3. Negritos de Ejhon Lucas.

¹⁵⁸ *Ibid.*,p. 265.

quando não havia outros meios para observar um doente, especialmente um cadáver - reclamação frequente do médico-presidente - e, menos ainda, um microscópio.

“O MAL TERRÍVEL ERA O CHOLERA-MORBUS”

A partir daqui, daremos atenção redobrada às suas recomendações com a ciência de que a “terrível catastrophe” era o “cólera-morbus”. Sua primeira medida foi publicar a tradução de um contemporâneo seu, o médico Joaquim d’Aquino Fonseca¹⁵⁹, apesar de não ser autor do texto, isso já nos mostra com quem ele dialogava. No artigo é possível depreender que uma das formas de debelar o mal seria possível por meio da conservação dos “preceitos higiênicos¹⁶⁰” ideais preconizados pelos médicos da comissão na época, e, conseqüente, defendidas por seu presidente. Em *Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro*, Tânia Pimenta¹⁶¹ revela o funcionamento do referido órgão bem como as explicações das possíveis causas que desenvolveram doenças e epidemias em geral. Segundo a autora, aqueles médicos destacam que as habitações, alimentação, vestimentas, e sobretudo, as condições ambientais e os excessos de qualquer natureza (físicos, por exemplo) poderiam causá-las, cabendo, portanto, a higiene livrá-los de alguma infestação. O escrito publicado por Silva Castro nos traz essas inquietações, os mesmos preceitos são destacados. Quais seriam esses preceitos? É isso o que vamos descobrir agora.

O manual é longo e encontra-se distribuído ao longo de treze tópicos. Restringimos nossa atenção na seguinte tríade: excessos-alimentação-higiene. De início, lidamos com a seguinte máxima: “ter uma vida regrada é a base entre as várias leis a serem seguidas”, pois na falta delas a doença poderia se manifestar. Sendo assim, todos os “excessos” deveriam ser evitados a qualquer custo, principalmente os físicos, as vigílias era um deles, para o autor do artigo isso se configura numa “falha” na manutenção da higiene, em suas palavras: “He preciso evitar com grande cuidado as vigílias e todas as sortes de excessos por que ellas enfraquecem”¹⁶².

¹⁵⁹ Nasceu em 1818 e faleceu em 1882. Formou-se pela Faculdade de Medicina de Paris, em 1840. Disponível em: <https://academiacristadeletras.org.br/publicacoes/artigos/pernambuco-e-seus-medicos-escretores-nascidos-nos-seculos-xvii-xviii-e-xix-1.html>. Acesso em: 12 mai. 2023.

¹⁶⁰ Para uma leitura sobre a ideologia da higiene: CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006. 247 p.

¹⁶¹ PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. 2003. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_1fedb9cce801aad5781e5a348e592fec. Acesso em: 12 mai. 2021.

¹⁶² Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 5/6/1855.p. 1.

O segundo aspecto a ser frisado no documento diz respeito ao segundo elemento da tríade que nos referimos a pouco: a alimentação. Seguindo a lógica de seu par, era necessário o indivíduo possuir uma “alimentação ideal”, ou seja, balanceada, em termos de quantidade para atender os princípios da higiene, e assim, as refeições ditas “confiáveis” pelos clínicos seriam as de fácil ingestão por ter baixo teor de gordura acompanhadas de frutas e legumes levando em consideração as poucas quantidades. Em resumo, a recomendação “perfeita” deveria ser uma “refeição reparadora”.

Cabe, por fim, destacar mais uma lei higiênica a ser seguida: o banho. Era preciso seguir todo um ritual com a higiene corporal. A cautela era mais do que urgente, pois na falha de qualquer uma das regras a moléstia certamente se manifestará. Assim nos diz o manual:

Ter-se- ha cuidado de manter durante todo o tempo desse banho uma temperatura elevada. Ao sair da água enchugar-se-hão os pés com um panno quente, e fôrma-se-ha deitar o doente em um leito bem aquecido; ter-se-ha também a precaução de pôr nos pés do leito e no seu interior uma botija cheia de agua fervendo e convenientemente arrolada¹⁶³.

Ao longo do manual, identificamos a “tríade da preocupação”, que, segundo a ótica médica, eram as orientações ideais, e portanto, garantiriam a higidez da cidade de Belém. Essas preocupações ganharam cada vez mais destaque ao longo das investigações do decano paraense que passou a intervir paulatinamente no ordenamento e funcionamento da cidade do Pará, chegando, inclusive, a proibir o trânsito de canoas na região.

Outro aspecto a se comentar diz respeito a aparente ausência dos aspectos ambientais e sua correlação com a doença investigada, desse modo, portanto, continuemos em analisar a tríade identificada na transcrição anterior, porém aqui fica um alerta: se o cólera já era uma questão que causava pânico e terror, imagine só definir qual era o “tipo do mal”, gerando, conseqüentemente, um ambiente propício para a sua propagação já que os clínicos estavam distantes- e muito, de um consenso.

Dez dias depois, contamos com a primeira investigação da autoria do presidente da comissão. No longo artigo intitulado *Duas palavras sobre a epidemia reinante*, visualizamos suas investigações iniciais sobre o caráter da doença, número de afetados, se ela foi ou não desenvolvida na Província. Como ele mesmo destaca, o artigo foi produzido a fim de “orientar a população”, sobretudo em localidades onde não havia médicos disponíveis. Desse modo, portanto, não devemos esquecer a função desses escritos médicos

¹⁶³ *Ibid.*,p. 4.

em orientar as pessoas, uma vez que essas produções tinham um caráter pedagógico e as autoridades de higiene as faziam circular rapidamente (Figueiredo, 2005; Medeiros, 2018).

As primeiras perguntas a serem respondidas dizem respeito a “tipologia” do cólera. Mesmo confirmado que a infestação era, de fato, o “cholera morbus”, percebemos ainda a preocupação em defini-lo. Assim, a principal autoridade de saúde dividia-se no seguinte dilema: epidêmico ou esporádico?

A resposta foi dúbia. A primeira vista, adotou o caráter esporádico em sua argumentação, porém ao passo que o número de doentes se avolumavam ainda mais, em vários pontos da cidade, mudou sua concepção rapidamente, ele mesmo admite que

(...) Se pois aquelle terrível flagello seria sporadico, ou epidemico, só o tempo, e a observação medica, o poderão demonstrar (...). Se minha opinião d’então foi, que a moléstia, que acabava de se manifestar a meus olhos, não era por em quanto mais do que o Cholera-sporadico; e confiava na Divina Providencia, que mais adiante não passaria. Infelizmente fui illudido na minha enganadora confiança, e o mal tem depois disso tomado incremento, passando no curto praso de quinze dias de caza em caza¹⁶⁴.

Vimos que sua posição alterou-se. Claro que isso só foi possível graças às suas observações no dia a dia, seja em sua clínica, e também nos dados colhidos por seus pares nos vários pontos da cidade. Notamos que os clínicos dividiram-se proporcionalmente a quantidade das pessoas atingidas pelo mal, na ocasião, identificamos a alteração do “status” da moléstia, seria então, adequado, mudá-lo já que mais pessoas eram atingidas, logo, a explicação por seu caráter “epidêmico” acontecia devido às proporções geográficas (Latour, 2000).

Decidido o problema, a partir de então já conseguimos visualizar suas explicações para a interpretação da doença. A trindade: clima, alimentação e os “temíveis excessos” ganham relevo em suas pesquisas, como veremos em seu boletim.

Como já foi destacado, as leis de higiene deveriam ser conservadas mais do que nunca. Nesse boletim, o autor nos dá um elemento que seria uma preocupação a mais para a manutenção da higiene, o cuidado deveria ser direcionado com a população “mais baixa da sociedade”, pois eram aqueles que mais transgrediram os preceitos higiênicos por estarem mal agasalhados, e, sobretudo, por se alimentarem mal. Assim nos diz:

(...) Entre os pretos são os escravos os que mais tem padecido, mórmente aqueles, cuja alimentação por via de regra é pouca e má; que abusam em alto grão das bebidas espirituosas; que andam mal agasalhadas de roupa; que vivem em habitações humidas, e immundas, verdadeiras possilgas; e a final, quando doentes,

¹⁶⁴ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 15/06/1855.p. 1.

para maior desgraça sua recebem um tratamento tardio, e pouco desvellado de seus deshumanos senhores!!¹⁶⁵.

O constante alerta para qualquer excesso era presença mais do que confirmada no artigo e a ingestão de bebidas entrava no rol das várias proibições que desacataram os esculápios. Curiosamente, a relação direta entre vícios e as “classes baixas” tornou-se um motivo a mais para justificar a intervenção dos esculápios. Estes aspectos foram analisados por Kaori Kodama e outros ¹⁶⁶. Ao estudar a mortalidade de escravos no Rio de Janeiro, a autora argumenta que apesar das condições de vida entre a população livre não fossem tão diferentes comparando-se escravos e libertos, ainda sim, é notório o maior índice nos dois últimos grupos. Isso era possível de se entender, sobretudo, pelas péssimas condições da água consumida, por exemplo.

Em suma, a associação da epidemia com as condições de vida tornou-se recorrente no pensamento médico da época. O próprio presidente da Junta Central de Higiene, Paula Cândido, escreveu uma série de recomendações às quais Silva Castro reproduz. Uma delas, era o “abuso de bebidas alcoólicas”, para o médico paraense esse era mais um fator a se preocupar, pois, segundo a mentalidade médica da época, ia em total oposição a tão enfatizada “vida regrada”, e portanto, transgredia os mandamentos higiênicos, pois as ingestões alcoólicas poderiam debilitar o organismo, e conseqüentemente, deixaria o corpo à mercê do mal colérico.

Vimos que a preocupação maior de Silva Castro tem sido mais a relação entre condições de vida e costumes da população, no caso, negros, pardos e tapuios, no mais, não identificamos a associação desses fatores com questões climáticas. Contudo, essa realidade vai se alterar pouco a pouco conforme a mobilização dos clínicos aqui em atuação se tornar mais frequente. É isso que iremos vislumbrar em mais uma reunião de urgência feita no mesmo mês. Se para Silva Castro não restava mais dúvidas quanto ao gênero da enfermidade, seus pares em nada concordavam.

“Sporádico ou epidêmico”: eis a questão

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 2.

¹⁶⁶ KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tânia Salgado; BASTOS, Francisco Inácio; BELLIDO, Jaime Gregorio. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 59-79, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702012000500005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hesm/a/96rxHDChJMH3gRXWzQZQLXD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Pela primeira vez, encontramos a reunião entre vários médicos que atuavam em Belém. Em 28 de maio, verificamos uma “conferência” entre os clínicos que compunham o órgão de saúde pública e o Hospital Militar da cidade.

Os primeiros a opinar chegaram à seguinte conclusão: “cholera asiático”¹⁶⁷. Esta foi a opinião dos drs. militares Américo Santa Rosa¹⁶⁸ e Antônio José Tupinambá¹⁶⁹, outro a concordar com a hipótese foi o secretário da Comissão de Higiene, José Ferreira Cantão¹⁷⁰. Porém, constatamos uma ressalva: por mais que a doença fosse de caráter asiático era necessário todo cuidado possível para que não se expandisse, melhor dizendo, para que não se tornasse epidêmica. Esse episódio nos mostra o quanto a “medicina era fraca”, parafraseando Silva Castro, com isso quero dizer que para esses sujeitos uma nova doença revelava-se um “bicho de sete cabeças” justamente pelo fato de, ainda, não elaborarem uma terapia eficaz para contê-la e muito menos por saber o real agente que a causava. Mas, voltando aos desdobramentos da reunião seguimos com a leitura do ofício.

Em total oposição, Silva Castro encontrava-se isolado, em sua leitura a doença era o “cholera epidêmico” e assim as discordâncias se intensificaram ainda mais, especialmente entre os clínicos que compunham o órgão que presidia. Os antagonismos entre Silva Castro e Valle Guimarães são exemplos disso e tornam-se mais evidentes no mesmo ponto: a “espécie” do cólera.

Tal fato, nos ilustra, portanto, a ausência de coesão entre os clínicos aqui em atuação, a tensão manifesta-se claramente no ofício escrito por Silva Castro dirigido à Junta Central, no Rio de Janeiro. No documento, ele se posiciona trazendo a sua percepção da doença e também a de seu par: “Ao que indica, Camillo José do Valle Guimarães está vencido quanto a espécie da moléstia, por que creio que he sporadico¹⁷¹”. A sua atitude não caiu nada bem diante dos olhos de seus contemporâneos, especialmente dentro da própria comissão de saúde, o referido ofício será o fio condutor de muitos conflitos com o médico citado, mas a disputa entre os dois será analisada em outro tópico. Agora, direcionamos nosso olhar a

¹⁶⁷ Os médicos militares presentes na ocasião eram: João Florindo Ribeiro de Bulhões, Antônio José Pinheiro Tupinambá, José dos Santos Correa Pinto, Américo Santa Rosa e Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães.

¹⁶⁸ Segundo Jane Beltrão (2004, p. 57), o médico atuou como 2^a cirurgião-alferes no Corpo de Saúde do Exército nas vilas de Chaves e no Marajó.

¹⁶⁹ Segundo Jane Beltrão (2004, p. 57), o médico atuava em Belém, Vigia e Cametá durante a epidemia. Foi também, o 2^o cirurgião do corpo de saúde do Exército.

¹⁷⁰ Segundo Osvaldo Cunha (1985, p. 62), nasceu em Belém no ano de 1827. Anos mais tarde (1846) matriculou-se na Faculdade de Medicina de Salvador seguindo à Europa para especializar-se nas áreas de ginecologia e obstetrícia, obtendo seu grau de doutorado em 1852 retornando à sua cidade natal no mesmo ano.

¹⁷¹ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém.10/07/1855.p. 4.

mais um estudo de Silva Castro feito na cidade de Cametá, ou melhor, do porquê da moléstia por lá se fazer presente.

Em sua concepção, o princípio miasmático é predominante em virtude da natureza do solo, dentre outros aspectos. Para ele, esses são os elementos causadores da moléstia naquela região. Os fatores seriam esses:

No entanto, ou huma intoxicação maior, ou alguma cousa mais de acriminoso, e deletério existe no **princípio miasmático gerador do cholera daquela região**, em relação ao desta capital (...) Este phenomeno morbífico acha plausível explicação especialmente em a natureza do sólo, e V. Ex. bem sabe que foi assim que se explicou a razão da maior gravidade, e mortalidade igual doença em 1832 em Paris na ilha de Notre-Dame¹⁷².

O agente responsável pela doença, como vimos na transcrição acima, é o resultado direto da ação dos miasmas, que, por sua vez, são gerados pela composição do solo. A partir daqui, percebemos que Silva Castro mobiliza o caráter multicausal da doenças, dessa forma, é possível dizer que mantinha-se alinhado a lógica do pensamento ambiental, coadunando-se, inclusive, com a opinião de outros médicos, a exemplo de seu par, o secretário da Comissão de Higiene, o médico José Ferreira Cantão que assim descreveu a situação em Cametá:

A gravidade do cholera, desenvolvido em Camutá depende das seguintes causas- 1º da natureza topográfica da Comarca, a qual he situada em terrenos baixos, e muito húmidos, alguns mesmo alagados, em suas, e ilhas; 2º da má alimentação, que ali se gasta, sendo por via de regra peixes salgados, e com particularidade os maparás; 3º do terror de que se apoderarão aquelles povos acreditando que a moléstia he contagiosa, e incurável; 4- da falta de medicamentos apropriados para combater a doença, e de quem os soubesse aplicar; 5- do desgraçado erro, em que muita gente vive, particularmente a classe baixa, de que he necessário não deixar cahir o corpo em debilidade quando doente; e dahi o desprezo da diéta tao necessária, e o abuso inconsiderado dos alimentos¹⁷³.

Até o mês de junho, Sliva Castro adotou uma série de medidas para eliminar o “devastador cholera”, mas sem sucesso. À luz dos novos casos, novas interpretações foram adotadas na mínima tentativa de livrar a cidade que perdia suas almas em grandes quantidades. Se todas as recomendações higiênicas mostraram-se insuficientes de resolver a questão, a trilogia atentamente analisada, mostrou-se igualmente falha. Agora, novos elementos são abonados em suas explicações, os miasmas, estes sim, eram os causadores da enfermidade, mas eles por si só não eram suficientes, as condições do solo, pressão e meteorológicas serão, também, apontados como causas da doença.

¹⁷² *Ibid.*,p. 5. Negritos de Ejhon Lucas.

¹⁷³ *Ibid.*,p. 6. Negritos de Ejhon Lucas.

Esses indícios são perceptíveis na trajetória de Antonio Correa de Lacerda, médico português que viveu no Pará, estudado por Nelson Sanjad¹⁷⁴. O autor argumenta que paradigma ambiental foi fundamental para coordenar o movimento sanitarista ao longo do século XIX, mas, interessa-nos as explicações do clínico europeu quanto a etiologia da doença, que, em sua lógica os elementos não naturais ganham destaque, principalmente o ar, considerado um agente morbígeno justamente por espalhar os miasmas tornando o ambiente propício para surgimento de doenças e epidemias em geral.

Outro aspecto determinante, presente na fonte e nas observações de Lacerda diz respeito à topografia, terrenos baixos e úmidos (típicos de regiões banhadas pelo Rio Amazonas e seus afluentes) eram a base de sua argumentação ao dizer que a doença era endêmica no Pará, diferente de Paris. Tal pensamento será duramente atacado por Silva Castro em sua obra, pois descartava todos esses motivos para a existência da doença por aqui. Essas circunstâncias serão discutidas detalhadamente em outro momento, antes de chegarmos nele, analisemos mais das discussões geradas em torno da doença.

“Parece que se tem feito um jogo político da calamidade”

O título acima inaugura a resposta de Valle Guimarães ao seu “rancoroso amigo”, Silva Castro. Nota-se que a relação entre ambos tornou-se insustentável após o envio do ofício anteriormente citado. A causa das desavenças, ainda era ou deveria ser, o “tipo” do cólera, fio condutor do grande bate boca registrado nas folhas do *13 de Maio*. Assim que soube posicionamento do presidente da comissão, o Provedor do Porto disparou:

Melhor seria que ajuntando-nos todos, tratássemos de apresentar um guia médico para o povo, e não apresar-se a perder tempo em desacreditar a quem só trata de socorrer a humanidade com os seus fracos talentos, e não de engrandecer-se !! Parece que se tem feito um jogo político da calamidade em que nos temos achados!!¹⁷⁵.

A fala nos permite entrever, que, obviamente, a relação entre ambos estava estremeçada e que o referido órgão encontrava-se extremamente fragmentado, como já exposto ao longo do debate, contudo, no início do ofício é possível identificar que Valle Guimarães parte para o ataque pessoal, para ele, o seu parceiro de profissão não é apto para conduzir os assuntos referentes à Saúde Pública e, desse modo, tem tomado atitudes que

¹⁷⁴ SANJAD, Nelson. Cólera e medicina ambiental no manuscrito 'Cholera-morbus' (1832), de Antonio Correa de Lacerda (1777-1852). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 587-618, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702004000300004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hesm/a/nVgwsNxVCcnMyM9xXWfs5Vx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2020.

¹⁷⁵ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 18/07/1855.p. 4.

favorecem somente o seu “jogo político” e assim “engrandecer-se”. Isso, provavelmente, pode ser uma leitura do Provedor ao identificar a proximidade da relação de Silva Castro com o Presidente da Junta de Higiene, Paula Cândido, dada a quantidade de ofícios com ele trocadas.

Valle Guimarães continuava seus ataques, curioso é dizer que o documento pouco revela a sua percepção acerca das características da doença, diz mais respeito a irritação entre os dois. O doutor do porto revela os possíveis abusos de seu par, no tocante ao funcionamento da Comissão, para ele, o presidente ainda vem tirando proveito da situação por não respeitar as decisões coletivas. O ofício diz:

As funções que competem a mesma comissão, por que a vista do regulamento, é claro que o que for resolvido em sessão é que deve prevalecer, e não o que o presidente (...). E também não compreendo a razão em que v.s. se funda para querer que eu ou outro medico obedeçamos o seu decreto em medicina¹⁷⁶.

Agora sim, ao tratar da doença em específico, o responsável pelo porto ainda continuava a opor-se aos desdobramentos e pareceres do médico-presidente, especialmente na conduta das investigações no barco apontado como importador do “mal morbífico”. Segundo aponta, as mortes apuradas no mês de maio foram, sim, resultado do envenenamento dada as péssimas condições dos materiais de cozinha, ou seja, não acreditava ser a manifestação do “mal colérico”. Descartava tanto tal hipótese, pois os mesmos “sinais” já se faziam presente na Província antes mesmo do navio português por aqui chegar, em suas observações adverte os editores do periódico:

Cazos semelhantes aos que se desenvolverão no dia 26 de maio em diante, e que já existe na Villa de Ourém como deve constar de ofícios das respectivas autoridades dirigidos ao governo da província, que devem existir na secretaria do governo, das quaes eu tive sciencia¹⁷⁷.

A fonte nos indica, mais descontentamentos por parte de Valle Guimarães quanto a postura de seu colega de ofício, de novo, condena a direção que as medidas de controle a doença, as maneiras adotadas até então tem servido “mais para aterrorizar a população do que para dirigi-la, do que sou testemunha ocular (...) e segundo a opinião dos meus mestres o maior mal em quadra epidemica é o terror, como se vio na cidade de Cameté”¹⁷⁸. E encerra a edição trazendo mais rixas pessoais, ele mesmo diz “ o sr. [Silva Castro] como era por meu amigo rancorozo desde 1839 quando tomei conta do Hospital Militar”¹⁷⁹.

¹⁷⁶ *Ibid.*,p. 4.

¹⁷⁷ *Ibid.*,p. 4.

¹⁷⁸ *Ibid.*,p. 4.

¹⁷⁹ *Ibid.*,p. 4.

Infelizmente, não encontramos ao longo das páginas do *13 de Maio* artigos ou relatórios que indicassem com mais detalhes sobre a sua interpretação quanto aos fatores que explicassem a existência da doença na Província, nem mesmo em seu escrito de maior fôlego¹⁸⁰. No entanto, visualizamos apenas uma breve passagem onde aponta que a mazela seria fruto da estação ou melhor dizendo “ (...) o cholera sporadico foi desenvolvido pela repentina mudança de estação”.

“Seja mais leal, e sincero, meu colega, não iluda o publico, nem abuse da sua paciência”

Pelo título da tréplica os ânimos já estavam para lá de exaltados. Na coluna *Sr. Redator*, Silva Castro traz ao público os seus descontentamentos frente ao seu parceiro de profissão. O motivo era o mesmo: qual era o cólera que afligia a Cidade do Pará ? O presidente nos informa que:

(...) epidemia reinante- cholera- morbus sporadico com character grave, de desenvolvido por cauza da estação bastante calorosa, he quando se apresenta no Treze de Maio huma carta daquele dito Sr, na qual nem de leve toca na questão scientifica, e se lança sobre a minha pessoa com calumnias, e insinuações dezaizozas a hum homem, que se diz de letras !!¹⁸¹.

No fragmento é possível identificar o médico-presidente tentando desqualificar seu oponente, alegando que seu consorte de profissão nada sabia sobre as questões de ciência, e, portanto, não possuía competência o suficiente para tratar de questões referentes à salubridade da cidade. Tanto é verdade que seu argumento sobre a doença (*cholera sporadico*) não deveria ser a adotada em vista do maior número de casos observados em vários pontos da cidade e a falta de exames para com os enfermos seriam elementos fundamentais para não abonar as suas explicações, como denunciava Silva Castro. Assim seria possível compreender os motivos pelos quais o teria acusado por fugir das “questões científicas”.

Em tom de queixa, mais indícios quanto ao comportamento de Valle Guimarães são expostos na imprensa. Dessa vez, o alvo é, ainda, o parecer enviado à Junta Central, como um protesto contra o presidente no que se refere aos parâmetros e regulamentos da referida

¹⁸⁰ No texto *Breve directorio para o tratamento da epidemia reinante na Provincia do Pará [cholera-morbus]*, encontramos um dos poucos indícios os quais Valle Guimarães aponta como causadores da doença, para ele e demais autores, deveria-se “evitar o sol, a chuva, o orvalho e as correntes de vento quando estiver transpirando”. Vale dizer que o referido diretório é um escrito em conjunto, ou seja, foi feito pelos membros que compunham a Comissão de Higiene, porém só foi publicado quando Silva Castro esteve afastado da presidência, substituído interinamente por Augusto Thiago Pinto.

¹⁸¹ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 26/07/1855.p. 5.

Comissão, tanto que o chefe do órgão explica que a função de autoridade não é um “abuso” como fora acusado, a dinâmica a autoridade de higiene era da seguinte maneira :

Na autoridade de Presidente da Comissão me julgo autorizado a exercer as funções que competem a mesma comissão, porque a vista do regulamento he claro que o que fôr resolvido em sessão he o que deve prevalecer, e não o que o presidente, que só tem voto de qualidade , quiser ou outro membro. He preciso sér muito myope para avançar huma tal proposição!!¹⁸².

Ainda ao se referir aos trabalhos dentro do comitê de saúde, Silva Castro contrapõem-se às queixas de que estaria fazendo “jogo político da calamidade” e assim tirando proveito de suas atribuições para fins pessoais. Ao explicar mais a respeito do assunto, Silva Castro nos elucida os modos pelos quais se produzia um parecer, que, segundo seu adversário, o médico-presidente usava de seu poder para sucumbir aos relatórios defendidos entre todos. “Fato imprecedented!” exclamou Silva Castro, pois qualquer um dos membros poderiam escrever livremente ao Presidente de Higiene do Rio de Janeiro, sem precisar, portanto, de uma assinatura coletiva. Diz mais: “até hoje não tenho abuzado do nome da commissão para o acto algum meu”¹⁸³.

Notamos que assim como no ofício de Valle Guimarães, as refutações de Silva Castro pouco abordam a doença propriamente dita, a coisa era mais pessoal mesmo. Em uma das breves passagens em alusão a enfermidade temos a discordância no que diz respeito a importação ou não, ou melhor, se veio ou não através do navio oriundo da Europa, Silva Castro mostra-se em dúvida quanto ao que sustentou desde o início e informa que “ainda he cedo para me ocupar deste problema”. Discorda também do envenenamento apontado por seu contemporâneo, para ele, a intoxicação já manifestava o “miasma pestilencial gerador do cholera”.

O extenso ofício ganha detalhes cada vez mais sórdidos. As disputas ganham contornos tão profundos que até a epidemia anterior ao cólera (febre amarela) entra em debate, Silva Castro condena o seu adversário o julgando irrepositável, afinal ele havia sido responsável pela introdução do “vômito negro” no Pará,

O Dr. Camillo foi o culpado das lagrimas que esta provincia inteira tem derramado, e que tão cedo não se enxugarão, e dos prejuizos, que ella tem experimentado (...). Talvez seja esta a segunda vez em que as facilidades, e a falta do cumprimento dos deveres do cargo publico deste meu clea do cumprimento dos deveres do cargo publico deste meu colega, tenham contribuído para a introduccção de epidemias na provincia¹⁸⁴.

¹⁸² *Ibid.*,p. 6.

¹⁸³ *Ibid.*,p. 7.

¹⁸⁴ *Ibid.*,p. 6.

Encaminhando para o final do seu “tempo de fala”, Silva Castro frisa as medidas que vem adotado para debelar o “mal pestilento” em tom de resposta ao que foi acusado de “aterrorizar a população”. Traz ao público os mais diversos elogios recebidos em razão de seus procedimentos, especialmente sobre as suas terapias que tem sido de grande proveito, seguindo aos moldes do que fora adotado em “países civilizados”, como Paris, destacou. Seus escritos são cruciais, sobretudo, nas localidades distantes, das Vilas de

Vigia, Cintra, Soure, Breves, Melgaço, Bella da Imperatriz, Serpa, Barra, e tantas outras, as quaes lhe dirão, que ainda não morrerão de terror, nem de medo por via dos taes meus escritos, antes pelo contrario acharão nelles lenitivo a seus males, hum conselheiro, que as salvou da morte talvez inevitavel. Sr. Dr, cada exemplar do meu Boletim, mandado imprimir por ordem do governo, foi hum medico Castro, que assistio ao infeliz doente atacado do cholera na choupana do pobre, na caza do rico, na aldeia do índio, nas freguesias, nas villas, nas cidades derramadas por esse vasto amazonas, e que as mulheres de entres soube conservar a preciosa vida, os quaes bemdizem a criatura, que os aliviou¹⁸⁵.

A rixa entre esses dois importantes clínicos ganham muitas outras páginas, mas por questões de tempo teremos que abreviar e muito o arranca-rabo entre os dois. Curiosamente, o episódio nos faz lembrar das várias acusações, nada contidas, por sinal, entre os drs. “Fura Uretras” e Monat estudados por Gabriela Sampaio¹⁸⁶. Sua análise problematiza o movimento de “medicalização” da sociedade, levando em consideração a realidade da Capital do Império.

A autora desnuda os conflitos existentes dentro da própria comunidade médica asseverando que estes não constituíam um grupo homogêneo e poderoso, desse modo, o movimento de garantia do monopólio das atividades de cura foi lento, gradual e conflituoso. Com isso, quero dizer que as inimizades entre Silva Castro e Valle Guimarães trazem à tona as dificuldades a serem alcançadas na formação de uma identidade entre os próprios médicos da medicina dita científica. A falta de terapias eficazes e demais procedimentos no combate ao cólera tornava isso ainda mais explícito, apesar de estarem inseridos no órgão responsável por torná-los (ou tentar) a única via a ser acessada no mundo da cura deixando margem para atuação de outros sujeitos inseridos no mundo da cura.

A partir daqui, adentramos no seu escrito de maior fôlego quando exercia as suas atividades na presidência de higiene. Lembrando que até a época de sua publicação já atravessamos seis meses de epidemia e até o momento, todo recurso para controlar o mal

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 7.

¹⁸⁶ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**. Campinas: Unicamp, 2005. 166 p.

não surtiu efeito algum. O seu escrito torna-se especial por marcar oposição ao pensamento médico da época, e, conseqüentemente, de seus contemporâneos.

Se hoje ainda não está absolutamente extinta entre nós a devastadora enfermidade que por obedecer a funesa e essencial confissão de sua existência caminha peregrinando de povo em povo por toda a vastidão do mundo derramando pelo seio da mísera humanidade o terror, a desolação, a dor, e a morte, se o inflexível cholera¹⁸⁷.

O forte relato nos mostra os cenários de horror que se encontrava a Província, o "inflexível cholera" mostrava-se cada vez mais desafiador para os esculápios da época e a sua extinção era mais do que necessária. Para o seu aniquilamento é preciso conhecê-la e a essa tarefa Silva Castro dedicou-se arduamente, sendo, inclusive, amplamente reconhecido por seus esforços entre autoridades no Brasil e no exterior¹⁸⁸. Dito isso, examinemos o seu longo manual.

O clima foi o primeiro aspecto a ser incluído em suas análises. O calor equatorial, para os médicos da época, era, sim, responsável por inúmeras doenças, pois era visto como um fator pernicioso, tornando possível o aparecimento de novas doenças. O clínico paraense reconhece o caráter maléfico do clima equatorial e admite que ele gerava várias doenças, dentre elas: a varíola, sarampo, coqueluche, febres intermitentes e amarela, no entanto, mostra-se desconfiado ao aplicar isso ao cólera.

Segundo ele, o clima equatorial

(...) a opinião d'alguns escritores médicos raro será o paiz do mundo, onde se não tenha notado alguns desses cazos, e isto se tem publicado não só no nosso seculo, mas desde a mais alta antiguidade, como por que o clima equatorial muito se presta ao desenvolvimento de molestias de natureza perniciosas. A minha clinica fonte fala a verdade desta proposição¹⁸⁹.

Conforme o fragmento, Silva Castro distancia-se quanto a interpretação geral dos médicos da época, se compararmos com a opinião de outros esculápios não visualizamos esse tipo de inclinação. Nos diz mais ainda ao discorrer sobre o clima da região, sobretudo por destacar as suas boas condições, em suas palavras era "abençoado"

Como animarem-se espíritos apoucados, e perigosas, a escrever em suas rapsódias para jornaes de outras Províncias que o clima abençoado da região do amazonas he maligno, e sujeito a carneiradas annuaes, e mortíferas ?? Perversidade !! Talvez as províncias do Grão- Pará e Amazonas, sejam das estrellas do diama imperial as mais brilhantes, e fulgentes, não diremos só em matéria de salubridade,

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 255.

¹⁸⁸ Silva Castro recebeu duas honrarias referentes a sua atuação no combate ao cólera, a primeira foi o título de Cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno, conferida pelo imperador Dom Pedro II; posteriormente, foi agraciado com o título honorário de vice-presidência da Sociedade Real Humanitária Portuense.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 256.

mas até a muitos outros respeitados. Não progredimos sobre este ponto, por que não he desejo nosso ferir suscetibilidade alheias¹⁹⁰.

Notamos que a sua percepção sobre o clima apresenta uma dualidade, tal lógica foi alvo do estudo de Lorelai Brilhante Kury¹⁹¹ ao analisar as percepções de clima e natureza com base nos discursos médicos que compunham a Academia Imperial do Rio de Janeiro. Segundo a autora, a natureza assumiu um duplo caráter, se por um lado era perverso por não ser considerado “ideal” para garantir condições salubres à população, por outro era considerado um das melhores do mundo devido a sua exuberância e fertilidade.

Para Silva Castro, essas concepções são identificadas respeitando as percepções geográficas, afinal seu discurso é voltado para o contexto amazônico, no entanto, notamos que no primeiro aspecto ele se opõe à ideia de perniciosidade do calor equatorial o qual, pode, de fato, ser um elemento gerador de diversas doenças, vide as por ele destacadas. Porém, não se restringe somente a essa percepção, o clínico paraense destaca as boas condições das Províncias do Grão-Pará e Amazonas apesar da influência do clima equatorial.

Ora se o clima daqui era “abençoado”, isto é, benéfico como ele mesmo aponta, por quais motivos a mesma teria se manifestado aqui ? Ainda descontente com as poucas respostas obtidas dedicou-se em estudar mais aspectos para embasar as suas observações. Se estava tudo certo com o clima, era preciso ampliar o seu arsenal, desse modo, cabia a meteorologia, geologia, e demais aspectos da atmosfera dar conta disso (ou não). Vamos ver o que mais o nosso médico tem a dizer.

“Phenomenos metereológicos, e geológico, capazes de fazerem gerar, e desenvolver revoluções na vida humana...”

O documento nos diz que Silva Castro debruçou-se em levantar dados de caráter termométrico-meteorológicos, disponibilizados pelo cônsul dos Estados Unidos, no intervalo dos três anos anteriores a chegada da doença, assim nos diz “fiz importantes observações meteorológicas (...) para que com algum fundamento podessemos estabelecer as relações diferenciaes da temperatura atmosférica entre os ditos três mezes, e os correspondentes daquelles anos¹⁹²”. Concluiu que nada estava alterado considerando os

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 257.

¹⁹¹ KURY, Lorelai Brilhante. **O império dos miasmas**: a academia imperial de medicina. 1990. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-192701>. Acesso em: 05 abr. 2023.

¹⁹² *Ibid.*, p. 258.

padrões da época, assim como nada de instável foi constatado nos dados referentes à pressão atmosférica. Ainda calcado em entender a correlação entre o clima e demais fenômenos para a atribuição da doença, Silva Castro mostra-se dentro da sua lógica de formação ao lançar mão, especialmente, dos fatores externos, a autora citada a pouco nos direciona, mais uma vez, a esse debate, pois ela diz que “de qualquer forma, o ar, o clima e as condições meteorológicas pertencem, em larga escala, ao que podemos chamar de causas externas das doenças para os sistemas médicos desde hipócrates¹⁹³”.

Na negativa de todos os dados levantados, as chuvas também foram investigadas e assim perscrutou os regimes pluviométricos da cidade. Suas conclusões nos mostram que haviam notáveis diferenças comparando o regime de chuvas na cidade com demais localidades do interior, em Belém, os níveis de chuva encontravam-se baixos, e portanto, em situação grave, para piorar a situação o “abatimento das mattas” tornavam a situação ainda mais caótica. Já nos interiores da Província as condições eram boas, os volumes mantinham-se regulares, em

logares como Marajó, Acará, e em geral todo o sertão, que experimentarão copiosas chuvas, especialmente neste anno, ao ponto de que junho ainda os campos de Marajó servião em grande parte cobertos de cinco e seis palmos d’água, que constituão extensos lagos de muitas legoas¹⁹⁴.

O regime das chuvas era a única coisa de diferente encontrada até agora. No entanto, ao analisarmos o documento minuciosamente não se chegou a apontar que era, de fato, o regime das chuvas como fator determinante levando em consideração as alterações constatadas até porque, com base nas demais informações, nada de anormal fora detectado.

A alimentação foi o último fator analisado para mapear o “gérmen do pestilento mal”. A situação do abastecimento e consumo de determinados gêneros alimentícios na região são vistos com preocupação por parte do facultativo, as privações das “carnes verdes” e a ingestão de espécies peixes dos rios próximos à cidade o deixam mais aflito, em suas palavras “as carnes salgadas, peixes seccos, ou salgado, taes como bacalhão, pirarucú tainhas e alguns delles de pessima qualidade, sem que todavia se originasse dahi epidemia alguma¹⁹⁵”.

Vimos que, nem as chuvas, clima ou qualquer outra condição seja de ordem meteorológica ou barométrica foram o suficientes para explicar a infestação da doença. Entretanto o esforço de Silva Castro é totalmente compreensível, pois as suas formulações foram construídas no sentido de comprovar que a doença não era endêmica na Província,

¹⁹³ *Ibid.*, p. 79.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 260.

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 261.

como muitos de seus opositores acreditavam. Desse modo, podemos entender, portanto, que, de fato, o mal havia sido importado através da embarcação Defensor já que diante de tantos dados nenhum deles provou o contrário. Em um de seus últimos trechos, a autoridade de higiene do Pará conclui que

Pela capital, em cujas vizinhanças não ha lagoas notaveis, que tivessem podido seccar, e que fossem a origem daquela enfermidade, ou pela sertão, por onde os lagos são tantos e tão extensos, que parecem mares ? Pela capital, aonde se em hum ou em outro dia se gastão alimentos salgados e mal-sãos, em outros também se consomem comidas frescas, e salutaes, ou pelo sertão, aonde por via de regra o geral do sustento he feito com substancias seccas, salgadas, em muitas vezes arruinadas, taes como o pirarucú, peixe- boi, mapará, tainha, e raríssimos são os dias, em que se come de fresco? ¹⁹⁶.

A partir dessas observações, Silva Castro nos mostra o arsenal de terapias usadas ao longo da epidemia, no trecho destacado no início desta seção fica claro a importância que o elixir paregórico americano tinha por agir na assepsia, e assim, garantindo a destruição do “vírus” colérico. A transição do saber médico certamente impactou a sua formação, porém não significa que tornou-se adepto das teorias de Pasteur e companhia. Tudo indica que adotou os termos e bases das novas tendências por simplesmente não obter sucesso algum ao longo de todos os seus experimentos e estudos.

Apesar de todo reconhecimento e influência alcançada após o combate da epidemia, Silva Castro não obteve toda visibilidade por seu uso com o “elixir dos pobres”, as sangrias e a infinidade de recursos terapêuticos adotados em suas práticas. As plantas, essas sim garantiram sua posição de destaque no cenário médico local. Mas, este é o assunto a ser discutido no próximo item, a partir dele vislumbraremos as práticas de cura adotadas durante a infestação do “mal colérico”.

2.2: Entre elixires, chás, cachaças e sangrias: suco de limão, uma “GRAÇA CELESTE dos semi-selvagens”!

Apezar de toda esta vantagem do emprego da sangria, medicação muito aconselhada nestes cazos pelos mestres da sciencia deste tempos mais remotos, e especialmente depois de 1832 pelos hábeis prácticos, Broussais, Roche, Sansons, Boutaud, Boisseau, Labat, Foy, Sandraps, Delpech, e muitos outros, que tem tratado didaticamente deste gênero de enfermidade (...) no entanto este precioso meio curativo sofrido huma encarnizada, d’alguns ignorantes d’entre opposição da parte dos charlatães, dos homeopatas, d’alguns ignorantes d’ntre o povo (...) até de medicina, por lástima e vergonha deles nada sabem, mesmo das cousas mais comezinhas, e o que mais he, d’algum medico, que, não sei porque motivo, entendeo em sua sabedoria, que deveria desacreditar a sangria contra o cholera¹⁹⁷.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 261.

¹⁹⁷ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 07/06/1855. p. 2.

Como se vê, a sangria foi a principal aposta de Silva Casto no enfrentamento à doença desde que foi confirmada por ele, porém não se limitou a este recurso. Segundo o ofício, o referido método não caía bem aos olhos de seus pares de profissão. Infelizmente, não visualizamos os argumentos de seus opositores, mas é possível supor que dada as condições de fraqueza e debilidade do colérico aquele recurso poderia deixá-lo ainda mais fragilizado. Seus inimigos de primeira ordem também não a aceitavam, isto é, “homeopatas” e “charlatães”, possivelmente pelas formas em que o procedimento era feito, a aplicação de sanguessugas no epigástrico e demais partes do corpo certamente causaria mais temor e repulsa por parte da população. Ao longo do evento epidêmico observamos o incremento de uma série de ingredientes em suas fórmulas para que se garantisse assistência aos doentes, dentre eles: chás, elixires, ervas, amuletos, partes de animais, o suco de limão, enfim, uma sortidão tornaram-se indispensáveis.

Diante de todos esses recursos terapêuticos acessados na floresta e de manuseio comum de terapeutas populares nos faz repensar a postura de Silva Castro sobre a sua relação com os sujeitos envolvidos no universo da cura. Afinal as virtudes da ipecacuanha, das folhas de urubu, salva do Marajó, certamente não lhes foram ensinadas nas universidades europeias. Desse modo, nosso objetivo maior neste item consiste em analisar as práticas de cura de Silva Castro e sua constante aproximação das práticas de cura populares, sobretudo por seu interesse no manuseio e pesquisa sobre as plantas amazônicas, algo comum no decorrer de sua trajetória, iniciado durante a infestação colérica na Província.

Para nossa discussão é fundamental dar visibilidade a esses sujeitos, que, muito embora estejam eclipsados ou citados de maneira contida em seus discursos, ainda sim, estão presentes nas entrelinhas, como foram os casos esquadrihados nas tímidas colunas detectadas nas folhas dos periódicos. Na maioria são pessoas anônimas, as quais trazem seus “incrementos” às recomendações da maior autoridade sanitária da época. No geral, são fórmulas com vegetais da mata amazônica, remédios caseiros, e, portanto, de uso popular cujas virtudes não foram negadas por Silva Castro, chegando, inclusive, a incorporá-los em suas práticas mesmo não assumindo em todos os casos.

Para a construção dessa seção, tomaremos o termo “ajudantes de cientistas” usado por Patrícia Melo, como ela ressalta “no sentido não apenas de “resgatar” esse indivíduos esquecidos, mas de buscar compreender o processo de produção do conhecimento

científico”¹⁹⁸. Ademais, destacamos, também, a produção de Jane Beltrão, especialmente seu trabalho doutorado¹⁹⁹, todavia, privilegamos o artigo *A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera* que trata das terapêuticas empregadas no período aqui analisado. Porém, diferente do que argumenta sobre a postura de Silva Castro como um sujeito que “procurou relatar os seus feitos e de seus partidários, invalidando toda e qualquer ação fora dos princípios da medicina alopática²⁰⁰” interessa-nos investigar a interseção com os demais sujeitos do mundo da cura, uma vez que, ao longo de sua trajetória foi comum a apropriação do saber nativo, levando em conta o comportamento, lendas, dentre outros aspectos dos ditos “selvagens”. Cabe, portanto, uma investigação cuidadosa de como ocorreram essas práticas durante a produção científica levando em conta a realidade amazônica.

A confirmação do “mal” na Província, exigiu de Silva Castro uma resposta rápida e eficiente, nos apresentando o seu primeiro “systema de tratamento therapeutico” após um mês de muita discussão. Em seu primeiro guia, segunda produção de maior importância nesse momento, nos chama atenção o emprego das primeiras plantas em suas práticas, as quais serão constantemente alteradas e incrementadas conforme o andamento da quadra epidêmica. No geral, o seu tratamento era feito para aplacar os sintomas da infestação de acordo com a intensidade, em suas palavras:

O systema de tratamento therapeutico, que tenho adopatado he o seguinte se o doente offerece os symptomas de enfraquecimento nas pernas, abatimento geral, prostração, dôr de cabeça, escureciêto da vista, deliquio, a que o povo chama arvoamento da cabeça, esfriamento nas mãos e pés, nauseas, ancias, às vezes vomitos, suôr frio, é copioso, bocca secca e amargosa, sêde, ligeira febre, e branda dôr no epigastrio ou estomago (cholérina leve), basta tomar três ou quatro golles de cachaça com puchiri ralado ou sem elle, logo depois uma boa chavena de infuzão de macella, ou de tilia, losna, salva, ou ainda melhor de grêllo de larangeira com tres ou quatro colheres de cognac²⁰¹.

¹⁹⁸ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; SARGES, Maria de Nazaré; BARROSO, Daniel Souza; PALHA, Bárbara da Fonseca (org.). Luis, Alexandrina e Trajano: os ajudantes esquecidos dos naturalistas na Amazônia (século XIX). In: MELO, Patrícia Alves. **Águas Negras: estudos afro-lusos-amazônicos no Oitocentos**. Belém: Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2021. p, 149. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358231688_Luis_Alexandrina_e_Trajano_os_ajudantes_esquecidos_dos_naturalistas_na_Amazonia. Acesso em: 20 jun. 2023.

¹⁹⁹ BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. 1999. 269 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

²⁰⁰ BELTRÃO, Jane Felipe. *A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX*. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 6, n. , p. 845, set. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702000000500005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/6b3rhHhqMKGtShnKrQfB9wj/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2020.

²⁰¹ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 14/06/1855.p. 2.

A variedade de plantas é o primeiro ponto a se destacar em seu método, nesse caso, úteis no combate à “colerina leve”, isto é, quando os sintomas apresentam-se sem maiores intensidades. Outro aspecto presente na fonte é um termo comum, em geral, usado no cotidiano das camadas populares “arvoamento da cabeça” ou “lerdeza na cabeça”, é nomenclatura comum usada em Belém, especialmente entre ribeirinhos e muito fácil de imaginar que estivesse presente no vocabulário de curandeiros, rezadores, parteiras da época, enfim, os conhecedores das virtudes das plantas da floresta. Apesar da fonte não nos indicar de onde Silva Castro tivera conhecimento da utilidade dessas plantas, é razoável supor que tenha sido em virtude da sua convivência com os demais atores de cura que circulavam pela cidade, como veremos em mais detalhes no próximo capítulo, é possível enxergar a incorporação do saber dos “nativos” (“semi-selvagens”), o caso da limonada é um deles.

Mesmo sem detalhar a função dessas plantas, muitas delas já foram repertoriadas na literatura científica, apesar de não incluir o nome científico delas por razões desconhecidas. Faremos uso dos nomes conhecidos atualmente e de maior incidência em nossa região. O “puxuri” (*Licaria puchury-major*) é um importante aliado nos problemas estomacais, em formas de chás, tônicos, dentre outras. No Amazonas, há relatos de que nativos o manipulam com a “língua” ralada do pirarucu (peixe) para tratar dos “males do estômago”²⁰². Este recurso, mostrou-se importante na época, possivelmente, por auxiliar o colérico estancar as fortes dejeções e desconfortos estomacais, bem como auxiliar na hidratação do enfermo.

As virtudes da “macella” (*Achyrocline satureioides*) são conhecidas atualmente por ser indicada nos tratamentos digestivos, diarreias, cólicas e por possuir propriedades anti inflamatórias em geral²⁰³. Diante desses benefícios, certamente as voltadas para o controle e alívio dos desconfortos gástricos teriam auxiliado (e muito) no tratamento do colérico.

No ofício, a “salva”, apesar de não ser especificada, não é difícil imaginar que se trata a do Marajó, uma planta muito comum nas “garrafadas” vendidas nas feiras de Belém. Em outra fonte a mesma consta nas prescrições no tratamento da febre amarela, mas se atentarmos para os demais ingredientes, as plantas são as mesmas, com ligeiras alterações aplicadas também contra o cólera. Sem mais delongas, a “Salva do Marajó” (*Hyptis crenata*

²⁰² Disponível em: <https://www.ppmac.org/content/puxuri-puxurizeiro>. Acesso em: 20 mai. 2023.

²⁰³ Disponível em: <https://www.ppmac.org/content/macela>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Pohl ex Benth) é empregada popularmente devido ao seu efeito diurético, sudorífera e depurativo²⁰⁴.

A “laranjeira” (*Citrus sinensis*), no caso, sua flor, foi mais um recurso que o estudioso paraense manteve em sua prescrição. Suas virtudes medicamentosas são mais do que conhecidas na literatura científica, e também, nas práticas populares. Sabe-se que ela é eficaz em tratamentos de estômago, auxiliando na má digestão, atuando como um importante calmante²⁰⁵.

Por fim, o último vegetal escolhido e presente no extenso método é a “hortelã-pimenta” (*Mentha pulegium L*), muito comum por ser usada em chás e em xaropes. Tem seu emprego popular nos casos de diarreias, febre e vômitos²⁰⁶.

A terapia acima descrita deve ser usada em casos leves como já foi enfatizado, porém caso o quadro se agrave é preciso ministrar a mesma fórmula, com horários específicos e incluindo mais recursos, dentre eles, o seu bem mais precioso, a sangria, nas situações em que o enfermo apresente o seguinte quadro:

(...) se estes mesmos symptomas apparecem porém exaggerados, com grandes caimbras, diarrhéa, ou vomitos abundantes de um liquido semelhante a agua de arroz, ventre sellado, physsionomia decomposta, olhos encovados, pelle livida, frio glacial, suor abundatissimo, voz sumida e urinas supprimidas (cholera confirmado), convêm applicar este ultimo tratamento com mais energia, e assiduidade, devendo-se muito em tempo, isto he, logo no começo lançar mão da sangria, e não esperar-se, que o período algido, ou do esfriamento, se aditante, e prolongue por que nesse caso, esta medicação²⁰⁷.

No último item de seu boletim, encontramos alguns dados estatísticos sobre aquele método de cura, porém a fonte não se mostrou muito fértil já que as informações tratam somente do total atendido por ele no mesmo mês, ou seja, um montante de 237 pessoas “sangradas” nos quinze primeiros dias de junho. Uma pena as fontes não nos indicarem a forma em que os pacientes viam ou reagem a essa estratégia, mas é possível imaginar que não era nada bem quista. Basicamente em nada colhemos acerca do perfil desses indivíduos, o facultativo reduz-se em dizer que “(...) tenho acudido com estes soccorros da medicina a 237 pessoas atacadas deste mal, sendo 13 brancas, 3 tapuios, e todos os outros pretos, ou mulatos, mamelucos, e d’outras côres provenientes de raças cruzadas²⁰⁸”.

²⁰⁴ Disponível em: <https://herbariomfs.uepa.br/colecao-biocultural/salva-do-marajo-exsicata/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

²⁰⁵ Disponível em: <https://herbariomfs.uepa.br/colecao-biocultural/laranjeira-exsicata/>. Acesso em: 20 mai.2023.

²⁰⁶ Disponível em: <https://herbariomfs.uepa.br/colecao-biocultural/hortela-pimenta-hortela-belem-exsicata/>. Acesso em: 20 mai.2023.

²⁰⁷ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 14/06/1855.p. 3.

²⁰⁸ *Ibid.*,p. 3.

Apesar do limite que nos foi imposto, é possível inferir levando em consideração o total acima que 221 distribuem-se entre pretos, mulatos e mamelucos. Os poucos casos relatados, no geral, eram os de sucesso e mesmo nos casos de morte, a culpa nunca era o seu método, mas sim, do estado em que a pessoa chegava, frequentemente, debilitada. Como é o caso da escrava do sr. Domingos José Dias, ela não resistiu em decorrência do “abuzo immoderado das bebidas espirituosas”. Diz mais ainda, “He opinião minha, que nos tapuios, e nos mestiços, que pareceram tapuios, nada se perde em os fazer sangrar imediatamente que se reconhecer, que a molestia os tem atacado, ainda mesmo que levemente seja²⁰⁹”.

“Em fim cada hum lança mão do recurso, que tem, ou do que lhe vem à cabeça”

A partir da publicação de seu primeiro boletim médico, a sangria, como vimos, foi seu carro-chefe, porém como por ele constatado, o método por si só não seria o suficiente. Tão logo observamos mais componentes, como chás, infusões ou alguma outra beberagem tendo como base determinada planta.

Identificamos esses recursos nos pequenos relatos estampados nas colunas do *13 de Maio*, especialmente os casos de êxito obtidos com base nas experiências de habitantes dos interiores da província. Infelizmente, não obtivemos mais detalhes sobre os autores desses ofícios, mas é possível dizer que seriam os “responsáveis” pela saúde dessas localidades, como delegados, párocos, juízes de paz, ou mais um sujeito que emprestou de sua arte para prestar assistência aos doentes.

Esses desconhecidos são centrais em nosso debate, pois seus métodos fundamentados em sua empiria foram recomendados pelo médico estudado e não capturamos nenhum indício de que o mesmo tenha feito oposição às suas fórmulas. Ao invés disso, contamos com o surgimento de alguns dos mesmos componentes em suas indicações ora relatados por aqueles desconhecidos. Nossa primeira história vem de Santarém, baseada na experiência de Miguel Antônio Pinto Marques.

Na coluna *A pedido*, constatamos o primeiro aliado das sangrias. Tudo indica que era mais uma fórmula do dia a dia, e portanto, de manuseio dos terapeutas populares, uma vez que para combater o mal cada um usa “do que lhe vem à cabeça”. Por mais que Silva Castro fosse um alopata escrachado como fazia questão de mostrar não encontramos nenhuma

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 4.

oposição àquilo que o morador de Santarém incrementou as suas recomendações. “Às pressas” assim noticiou ao presidente da comissão:

(...) a epidemia tem diminuido nestes ultimos dias (...), porém não está extinta (...). Ella está grassando por todo o município, ou melhor para dizer que toda a comarca, e o que tem valido e o que tem valido he a sangria, que tem salvado muita gente, particularmente indios, e mamelucos; estes sangrão-se logo quer seja forte o ataque, quer não. O vergalho de Jacaré também tem produzido bom effeito, assim como a caxaça com vinagre, ou com limão. Em fim cada hum lança mão do recurso, que tem, ou do que lhe vem à cabeça²¹⁰.

A segunda história vem da Villa de Serpa, o mesmo método foi aplicado, apesar de não termos constatado nenhum aliado à mais nas sangrias, fizemos questão em discuti-la pois entendemos o seu noticiamento como uma estratégia de Silva Castro para angariar mais pacientes, e não somente a isso, para se estabelecer como método mais seguro e eficaz comparados aos disponíveis até então. Isso nos mostra, portanto, que as suas terapias estavam muito distantes de ser a única disponível, logo, a medicina alopática tinha o mega desafio em se estabelecer diante de uma concorrência tão grande.

Na mesma vila, tivemos conhecimento da “grande vantagem” como deixou registrado um anônimo que lançou mão do recurso, pois sua filha Juliana

(...) teve um ataque desde as 9 horas da manhã do dia 4 até as 6 horas da tarde, em cuja ocasião a moléstia dezistio aos golpes de tres sangrias, que mandei fazer, e já se acha em coalescência, neste pequeno torrao (...) tem adoecido mais de trinta pessoas comta tanta claridade divina que nem uma só até hoje tem succumbido; o mais prompto remédio, que Deos nos tem mostrado he a sangria immediatamente²¹¹.

A situação das duas vilas é descrita em detalhes no mesmo mês. A expansão da doença é relatada minuciosamente, e claro, Silva Castro não deixa de lado em mostrar as medidas adotadas pela Comissão de Higiene no enfrentamento do mal. Como vimos anteriormente, escrevemos um pouco mais sobre quatro plantas, por serem incidentes na fauna amazônica, dessa vez, o clínico nos brinda com mais ingredientes que vêm “formado a principal base para o tratamento therapeutico dos facultativos desta capital”. Os elementos dessa nova “base” tratam da inclusão de mais quatro plantas somadas em sua fórmula. Vejamos um pequeno trecho do ofício:

(...) Sobre o emprego de cada hum delles emittirei o meu júzo crítico. As flores de tilia, sabugueiro, e camomilla, os grelos da lorangeira, o alcool, o opio e seu preparados, a ipecacuanha, a gomma-arábia, a simaruba, o ether, a camphora e os seus compostos, a belladona, o amoníaco, a mostarda, e a pimenta longa em infuzões, decocções, em epithemas liquidas, ou molles, e em fermentações, tem

²¹⁰ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 18/07/1855. p. 3.

²¹¹ *Ibid.*, p. 4.

formado a principal base para o tratamento therapeutico dos facultativos desta capital²¹².

Segundo o fragmento, identificamos mais espécies em seu repertório: o “sabugueiro” (*Sambucus nigra* L)²¹³, a “ipecacuanha” (*Carapichea ipecacuanha*)²¹⁴, a “beladona” (*Atropa belladonna*)²¹⁵ e a “simaruba” (*Simarouba amara paraensis*)²¹⁶. Curioso é destacar que, todas possuem virtudes voltadas para o tratamento gastrointestinal, auxiliando, principalmente no tratamento da diarreia e por serem habitualmente usadas na rotina dos moradores de Belém, cujas propriedades farmacológicas são comprovadas nos dias de hoje.

Mais uma vez, não tivemos acesso de onde o nosso clínico tenha aprendido a eficácia desses vegetais, mas certamente que não foi em Portugal e muito menos na Bélgica. É muito fácil de imaginar que tenha apreendido com as descrições dos locais, como vimos a pouco. Dessa vez, não percebemos na base de seu tratamento os ingredientes explorados em Santarém e em Serpa, todavia, o limão narrado por Miguel Marques ganhará a devida atenção somente meses mais tarde, e por coincidência (ou não) indígenas serão os “informantes” da vez.

O caso da “simaruba” ou mais conhecida como “marupá”, nos deixa inquieto, pois foi uma planta por ele descrita morfologicamente cujo nome científico é de sua autoria, possivelmente tenha iniciado suas observações nessa época, porém publicará suas propriedades fitoterápicas anos mais tarde, como explicarei no próximo capítulo.

Outro vegetal que nos chama atenção no extenso ofício, trata-se da “pimenta malagueta” (*Capsicum frutescens* L), mais uma, escalada no amplo time das plantas. Curiosamente, Silva Castro detalha as suas propriedades um parágrafo antes de enxergarmos mais um “ajudante” citado explicitamente no ofício, um famoso curandeiro de Curuçá. O clínico relata seu emprego, em casos de diarreias mais intensas,

(...) a pimenta longra rubra ou malaqueta tem ido geralmene empregada em enêma molle na fôrma de supozitório, quando a diarrhea se tem tornado rebelde, ou quando se manifesta a relaxação do sphinter do recto, e symptomas de corrupção, ou gangrena interna²¹⁷.

No fim do ofício, é informado ao Presidente da Junta Central de Higiene, Paula

²¹² Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 21/07/1855.p. 2.

²¹³ Disponível em: <https://www.ppmac.org/content/sabugueiro>. Acesso em: 20 mai.2023.

²¹⁴ Disponível em: <https://www.ppmac.org/content/ipeca>. Acesso em: 20 mai.2023.

²¹⁵ Disponível em: <https://www.ufmg.br/mhnbj/ceplamt/bancodeamostras/beladona/>. Acesso em: 20 mai.2023.

²¹⁶ Disponível em: https://www.plantamed.com.br/plantaservas/especies/Simarouba_amara.htm. Acesso em: 20 mai.2023.

²¹⁷ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 21/07/1855.p. 3.

Cândido, mais “hum meio curativo”, mas dessa vez não é da autoria do responsável pela higiene do Grão-Pará. Trata-se, de um, dos vários curandeiros que prestavam seus serviços à população, mais um sujeito anônimo o qual emprestou de todo seu conhecimento sobre as plantas amazônicas para socorrer os moradores. Graças ao Frei Boaventura de Santa Maia, tivemos conhecimento de sua existência e assim reportou o seu método a Silva Castro sobre quais plantas e seus modos de uso. O ofício segue:

(...) Exporei ainda hum meio curativo, que empiricamente tem sido applicado por hum curandeiro em Curuçá com felizes resultados, de sessenta e tantos casos occorridos em dois dias (23 e 24 de junho) nenhum só foi fatal. Devo estes dois esclarecimentos ao revd. Frei Boaventura de Santa Maia, que accaba de chegar desse logar, e presenciou os curativos. Se o doente he levemente accometido da moléstia, toma apenas hum chá bem quente de folhas de ayapána (eupatorium ayapána), ou de cauáru-caá (dorstenia brasiliensis?) e com succo das mesmas plantas he esfregado o corpo todo, e o cobrem depois para se promover a diaphorase²¹⁸.

Caso os sintomas se agravassem, poder-se-ia acrescentar cataplasmas de pimentas malaguetas por todo corpo do doente, além disso, recomendava-se o uso do tabaco, ambas com muito cuidado, pois pelo que recebeu das informações de Curuçá, as duas eram ministradas a “olho”. Para casos de algidez,

(...) He combatida logo pela seguinte fórmula: externamente cataplasmas de malaguetas, friccões da mesma pimenta nas palmas das mãos, dorso dos pés, e épigástrio, friccões da mesma pimenta por toda coluna vertebral, e internamente, infusão de folhas secas de tabaco, ou nicociana. Dentro em pouco succedem-se muitos vomitos, e dejeções alvinas em virtude da ação , e a transpiração, e o doente salva-se²¹⁹.

Certamente, o curandeiro de Curuçá não foi o único a se movimentar em busca da cura, mas foi apenas nesse caso em que tivemos conhecimento de sua atuação no enfrentamento do flagelo. A missão em destacá-lo não é à toa apesar dos limites das fontes, pois seu método não foi negado em nenhuma circunstância. Contudo, uma questão ficou em suspeição ao lermos o relato acima, desde que Silva Castro prescreveu seus métodos e fórmulas a pimenta, no caso, do tipo malagueta jamais esteve dentro do seu arsenal de cura, a espécie só foi abonada quando o curandeiro foi noticiado.

Logo, não é nada difícil de imaginar que o facultativo, mesmo se adiantando um parágrafo antes, tenha incorporado a terapia do curandeiro numa possibilidade de livrá-lo de alguma acusação por seus companheiros de profissão ou até mesmo para não dificultar os caminhos da alopatia, ou mais ainda: por simplesmente não saber ministrar a pimenta em quantidades certas haja vista que seu uso imoderado pode causar dor, queimadura e

²¹⁸ *Ibid.*,p. 3.

²¹⁹ *Ibid.*,p. 4.

urticária sobre a pele.

No entanto, como vimos, o terapeuta popular vai mais à fundo, afinal, antes de empregar a malagueta é recomendado um chá de duas plantas específicas, a “ayapána” (*Ayapana triplinervis* (M. Vahl) R.M.King & H.Rob)²²⁰, de nome popular “japana branca” ou “roxa”, não é endêmica do Brasil, mas só é possível de encontrar na Região Norte, usada popularmente para lavagens estomacais e intestinais. Já a conhecida popularmente como “cayapiá” (*Dorstenia brasiliensis*)²²¹, é usada como tônico para tratamentos do aparelho digestivo bem como no tratamento a gastrite. A presença do curandeiro na imprensa, nos mostra, portanto, que a medicina alopata jamais estivera de ser a única alternativa de cura, provável que fosse a última a ser preferida pela população, recorrendo, sobretudo a curandeiros, pajés, erveiros, dentre outros sujeitos.

No parágrafo seguinte, Silva Castro explica que a prática do curandeiro não é novidade no meio científico, sendo, portanto, um método já praticado pelos “célebres cirurgiões”. Isso é uma atitude recorrente do presidente da comissão, toda vez que reporta uma situação dessa, busca, rapidamente, fazer um levantamento prévio de quem possa ter feito ou possivelmente estudado determinada planta. Uma postura compreensível, afinal estamos lidando com a principal autoridade sanitária, logo, assumir a eficácia de um “charlatão” traria sérias implicações entre seus pares, porém, nesse caso, o mesmo, não apresentou falhas nos casos atendidos, tampouco seus insucessos. Contenta-se apenas a frisar que o tabaco já havia sido empregado por John Baird, em Londres e a pimenta já tinha sido manipulada pelo médico Garcia da Horta, em Portugal.

Como já foi dito, o curandeiro de Curuçá, seguramente, não foi o único sujeito, sem formação acadêmica, a mobilizar-se em nome da cura apesar de ter sido o único caso constatado até aqui. Tal fato se assemelha, salvaguardando, as devidas proporções com o que ocorreu em Recife quando um curandeiro, de nome, “Pai Manoel”, roubou a cena atuando no Hospital da Marinha da cidade ao tratar coléricos com um remédio misterioso composto por uma planta, investigado por Ariosvaldo Diniz²²².

Infelizmente, não obtivemos nenhum indício a mais de alguma outra medicação

²²⁰ Disponível em: <https://herbariomfs.uepa.br/colecao-biocultural/japana-roxa-exsicata>. Acesso em: 20 mai.2023.

²²¹ Disponível em: <https://hortodidatico.ufsc.br/carapia-ou-contra-erva/>. Acesso em: 27 jun.2023.

²²² DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney *et al.* **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Unicamp, 2003. p. 355-385.

aplicada pelo terapeuta popular que tenha ganhado as páginas dos jornais da época, ou alguma tipo de perseguição que o mesmo tenha sofrido pelos membros da Comissão e Higiene do Pará, e tampouco, um desfecho semelhante como o que ocorreu em Recife, mas podemos argumentar (mais uma vez) que a medicina oficial estava longe de ser a única solução no tratamento da doença na Amazônia da primeira metade do Oitocentos.

Separamos mais duas histórias para o leitor sobre as estratégias desenvolvidas por moradores locais, e claro, a introdução de mais elementos nas infundáveis fórmulas no combate à enfermidade. Na vila de Óbidos, o morador João Valente do Couto nos diz que a sangria surtira bons resultados. Ao olharmos com mais detalhes no que vinha sendo empregado não se difere muito do que já analisamos nas duas localidades anteriores, porém chama-nos atenção mais uma planta- a “erva cidreira” (*Lippia alba* (Mill.) N.E.Br. ex P. Wilson)²²³, largamente administrada em chás para desconfortos estomacais assim como o famoso “vergalho de jacaré”²²⁴, como se vê abaixo

(...) Para grandes dores de estômago e então esteve muito em uzo o chá de herva-cidreira com japana, vergalho de jacaré, aguardente forte, e hma colher de balsaom, fazendo-so friccções d’aguardente camphorada sobre o estomago. Depois quando a molestia começava por hiarrhéa fez-se o uso do puxiri em aguardente e purgantes, mas a sangria sempre teve bons resultados²²⁵.

Em Vigia, mais um sujeito anônimo, Antonio Pedroso de Melo relata os “remédios cazeiros” aplicados nos “torroês” da Província. Com isso, podemos inferir que, literalmente, a população contava com os recursos ao seu redor, sem precisar do auxílio de um médico dada a indisponibilidade dos mesmos, ou mais fácil acreditar na falta do hábito em procurá-los, preferindo recorrer a sujeitos comuns que prestavam de todo seu conhecimento assim garantir assistência aos mais necessitados. Vejamos no relato a seguir:

Pela primeira vez tomo liberdade de dirigir a v. s. as minhas fracas expressões (...) o estado lamentavel, a que estiverão redusidos os moradores deste districto quando atacados pela epidemia, que inflexmente appareceu entre nos no mez de junho, vi-me como lá dizem, entre a cruz e a caldeirinha, pois não havia medicamentos de prompto, fui paliando com remedios cazeiros, e applicando com a minha curiosidade sangrias aquelas pessoas, que via mais atacadas, e assim as fui salvando da morte ajudado na providencia Divina (...) direi, que de 246 pessoas,

²²³ Disponível em: <https://herbariomfs.uepa.br/colecao-biocultural/erva-cidreira-exsicata/> Acesso em: 27 jun.2023.

²²⁴ Assim como as plantas, muitos animais possuem propriedades de cura seja física ou mental, segundo o conhecimento de benzedores, parteiras, pajés, curandeiros e caboclos da Amazônia. Como bem notou Andrea Silva (2008, p. 348), o jacaré assim como demais espécies possuem um papel relevante no imaginário desses sujeitos em seus rituais de cura, logo, o vergalho do jacaré (órgão sexual do animal) pode ser usado para acidentes cérebro-vasculares, doenças respiratórias, circulatórias e demais processos inflamatórios. Há também, a recomendação dos seus dentes, em forma de amuletos, para a prevenção de picadas de serpentes.

²²⁵ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 18/08/1855.p. 3.

que tratei e dei remédios, nenhuma faleceo, entrando neste numero 117, que sangrei as quaes de prompto convalecerão²²⁶.

Nesse amplo universo de terapias, como vimos, várias espécies vegetais foram incorporadas ao longo de suas práticas, por mais que não tivessem sido testadas por Silva Castro ou acatadas publicamente por ele. No entanto, o clínico nos deu importantes acenos ao publicá-las justamente por serem práticas fora de sua alçada, e sim, do conhecimento de indivíduos anônimos envolvidos no mundo da cura.

Seria interessante darmos enfoque aos medicamentos descritos em *Apontamentos para a história do cholera-morbus*, porém quase nada se modificou diante de tudo o que discutimos até então, a novidade foi o uso do “elixir paregórico americano”, hoje se sabe da sua importância enquanto atenuador das dores estomacais e demais desconfortos intestinais, e não como um poderoso asséptico capaz de destruir o “vírus”, como noticiou a Paula Cândido. A situação mudara um pouco mais de dez dias, se o “elixir dos pobres” foi comunicado com grande entusiasmo, nos deparamos com a “GRAÇA CELESTE!!!”, o método mais eficaz que decretava o fim da infestação, uma limonada nunca caiu tão bem num momento tão complicado.

“When life gives you lemons, make lemonade”

O ditado popular nunca foi tão pertinente ao termos conhecimento dessa fonte. A frase foi retirada de um dos interlúdios do álbum *Lemonade*, lançado por Beyoncé, em 2016. Ele sintetiza a reação da artista ao lidar com as péssimas experiências da vida, que, apesar de tudo, devem ser experienciadas, e alguma lição positiva pode ser conquistada mesmo em momentos ruins.

Guardada as devidas proporções foi o que Silva Castro fez, nessa ocasião, a epidemia ainda não estava sob controle, e pelo visto, estava longe de ficar. O ofício nos mostra um médico completamente apressado, pois era preciso socorrer a humanidade da “Bela Província”, logo, seus moradores necessitavam de ter em mãos a mais nova novidade por ele descoberta, na verdade, não por ele, mas sim, do que “ouvei dizer”. A quantidade de pontos de exclamação traduz o caráter de urgência, tudo deveria ser testado e aplicado rapidamente, pois “hum novo facho hoje se levanta, o qual assaz póde guiar a medicina para esse descobrimento”, relatou ao Imperador, na introdução do ofício:

²²⁶ Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 22/09/1855.p. 4.

Não deitava não tomar o tempo precioso, que Vossa Excelência, tão cuidadosamente emprega em promover a prosperidade desta Bella Provincia, confiada pelo governo de sua magestade o imperador ao seu zelo, e illustração mas o objecto, de que me ovou occupar, he por tal forte importante e serio, affeito tão vitalmente o progresso deste imperio, e os interesses da humanidade²²⁷.

Notamos o tom apelativo em cada linha do officio e para convencer o leitor, Silva Castro faz questão de frisar que se tratava de um medicamento eficaz trazendo benefícios não somente aos moradores da Província, mas sim à humanidade em geral. Era necessário a sua rápida divulgação, acrescenta que

(...) a noticia, que tenho a honra de fazer chegar ao seu elevado conhecimento, a fim de que V. Ex, auxiliando-me, se digne dar-lhe toda a publicação possível, tanto pelas Provincias, que estão sendo o theatro dos horrores da epidemia, que nos tem devastado, (...) animo-me a esperar de Vossa acceitação deste favor quando se percorre a vista pela extensa profusão de medicamento, de que tem lançado mão os homens da sciencia desde remotos tempos por diversas partes do obter para combater a medonha molestia denominada- cholera- morbus²²⁸.

Nessas linhas iniciais, o médico paraense faz questão em manter o miraculoso remédio em completo segredo, limita-se em fazer alarde ante sua descoberta, porém garante a sua eficácia e, desde já, tornando-se fundamental aplicar nos hospitais do Império inteiro, chamando atenção para ensaios nesses espaços e, conseqüentemente, mais estudos. Contudo, não cabia ao imperador ficar preocupado, pois ao implementar em sua clínica os casos de sucesso se sobressaíram, estes derrubariam toda e qualquer oposição à sua maior e recém-descoberta terapêutica, mas antes de visualizarmos os dados de seus pacientes e como procedeu a terapia, analisemos o relato de Silva Castro ao “ouvir da boca” de José Afonso de Moraes, bispo recém-chegado da Província do Amazonas, como a infestação era combatida

(...) regressado a esta capital no dia 15 do corrente mez o exm sr. D. José Afonso de Moraes Torres (...) tive o prazer d’ouvir da sua propria boca no dia 16, em que me concedeu a honra de receber huma vizita minha, que a mortalidade ocasionada pelo cholera no município de Villa- Franca fora diminutissima, e que esse feliz resultado era devido, segundo se dizia, ao uzo, que ali se havia feito do sumo de limão tomado internamente para atacar semelhante doença²²⁹.

O fato dos baixos números de mortalidade naquela localidade causou espanto ao bispo paraense, uma vez que em sua terra natal a situação estava descontrolada e recurso algum foi eficaz, aumentando a clivagem entre os facultativos, cabendo aos moradores da cidade recorrer ao que estava em seu alcance, porém um fato inusitado ocorreu em Villa-Franca disse o bispo, certo dia

²²⁷ *Ibid.*,p. 1.

²²⁸ *Ibid.*,p. 1.

²²⁹ *Ibid.*,p. 1.

(...) hindo huns pobres indios pescadores em sua montaria para o lago de Villa-Franca com o fim de pescarem, aconteceu, que hum delles fosse atacado fulminantemente do cholera, a ponto de chair n'agua. Sendo logo recohido para bordo da pequena canoa pelos seus companheiros, e conduzido para terra, cuidarão estes em socorre-lo, como poderao em tão remotas, e inhospitas paragens. Não possuindo porém remedios alguns dos recommendados como próprios para rezistir a doença, e não sabendo como valer e, tão apuradas circunstancias ao seu semelhante gravemente enfermo, lembrou-se de hum delles, talvez inspirado pela GRAÇA CELESTE, de buscar no fundo da montaria alguns limões, que o levavão para o seu gasto, de os esperemer, e dar de beber o sumo ao paciente²³⁰.

A fama do fruto não foi gerada somente com este caso, tendo em vista que o suco foi ministrado ao abatido várias vezes ao longo do dia garantindo a cura do indivíduo. Demais índios continuaram a ser tratados com o mesmo tratamento e para o espanto dos “semi-selvagens” os resultados foram bem sucedidos. Assim, a terapêutica foi amplamente divulgada “correo de boca em boca a noticia; e todos adocerão por aquellas brandas uzarão do mesmo remédio, e todos sararão!!²³¹”.

Ao ter conhecimento dos êxitos conquistados, Silva Castro mobilizou, rapidamente, em sua clínica e demais locais, o mesmo princípio em um “rapazinho” de três anos, alvo de seu primeiro experimento, que apresentava vômitos, diarreia, muita sede e grande ansiedade cujo resultado foi satisfatório, em suas palavras “Deos a protegeo, e ella está perfeitamente salva!²³²”. Seus ensaios continuaram no mês inteiro, abaixo reunimos a relação de alguns enfermos descritas por ele e como o tratamento procedeu.

Perfil dos doentes e tratamento

Nome	Idade	Cor	Local de atendimento	Diagnóstico	Terapia	Tempo de recuperação
Leopoldino	3 anos	Mulato livre	Rua de Santo Antônio	Colerina	Ingestão de quatro colheres de sumo do limão	3 dias
Maria Antônia	40 anos	Tapuia	Rua de Santo Antônio	Colerina algido	Sangria com sanguessugas, aplicação de goma arábica com elixir	7 dias

²³⁰ *Ibid.*,p. 1.

²³¹ *Ibid.*,p. 2.

²³² *Ibid.*,p. 2.

					paregórico, xarope de cato de 3 em 3 horas e sumo de limão de meia em meia hora	
Lucia	40 anos	Preta livre	Rua Santo Antônio	Cólera algido	Goma arábica e suco de limão	7 dias
Guilherme	20 anos	Preto escravo	Rua Santo Antônio	Colerina	Sumo de limão por cinco vezes ao dia	2 dias
Theophila	Não informado	Mulata escrava	Rua Santo Antônio	Colerina	Sumo de limão por cinco vezes ao dia	2 dias
Marciana Maria da Conceição	58 anos	Preta livre	Rua Santo Antônio	Colerina rebelde	Oito colheradas do sumo do limão ao dia	3 dias
Antonio da Costa Neves	32 anos	Branco	Rua dos mercadores	Colerina	Goma arábica e sumo de limão	2 dias
Rita	25 anos	Não informado	Travessa do passinho	Colerina	Sumo de limão	2 dias
Anna	34 anos	Preta escrava	Largo do palácio	Cólera algido	Sumo do limão	7 dias
D. Joaquina	10 anos	Branca	Não informado	Cólera	Sumo do limão	2 dias
Fernando	26 anos	Branco	Não informado	Cólera confirmado	Cozimento de goma arábica com elixir paregórico, sumo do limão e sangria no epigástrico	5 dias
Domingos Joaquim	Não informado	Branco	Não informado	Colerina grave	Cozimento de goma arábica e sumo de limão	3 dias

Manoel	Não informado	Branco	Não informado	Colerina grave	Cozimento de goma arábica e sumo de limão	3 dias
Fortunado Alves de Souza	30 anos	Branco	Rua dos mercadores	Colerina sanguinolenta	Sumo de limão e limonadas cítricas	4 dias
Joaquim	9 anos	Não informado	Rua do açougue	Cólera algido adiantado	Sumo do limão, cozimento com nitrato de potassa e abuzo de dieta	Não resistiu
João	7 anos	Não informado	Rua do açougue	Colerina	Sumo puro	2 dias
Joaquim	11 anos	Branco	Rua do Santo Antonio	Colerina grave	Sumo do limão	3 dias
Thereza de Jesus	45 anos	Preta livre	Travessa dos mirandas	Colerina grave	Sumo do limão e cozimento de goma arábica com elixir paregórico	3 dias
Maria dos Prazeres	20 anos	Mameluca livre	Rua formoza	Colerina	Sumo do limão	3 dias
Manoel	12 anos	Não informado	Não informado	Colerina grave	Sumo de limão	3 dias
Luiz Antonio das Neves	22 anos	Branco	Não informado	Colerina grave	Sumo do limão	3 dias
Jorge	20 anos	Preto escravo	Rua de Santo Antônio	Cólera confirmado	Sumo do limão, goma arábica e sangria geral	5 dias
Francisco	5 anos	Não informado	Rua nova de Santana	Colerina grave	Sumo de limão e goma arábica	4 dias
Anna	8 anos	Mulata escrava	Não informado	Colerina grave	Sumo de limão e goma arábica	4 dias

Roza	16 anos	Branca	Não informado	Colerina grave	Sumo do limão e sanguessugas no epigástrico	4 dias
Izidora	Não informado	Mulata escrava	Rua formoza	Colerina	Sumo do limão	2 dias
Angela Maria	45 anos	Mulata livre	Travessa Piedade	Colerina	Sumo do limão	3 dias
Ana Joaquina	38 anos	Mulata livre	Rua formoza	Colerina	Sumo do limão	2 dias
Simão Arebola	20 anos	Branco	Rua formoza	Colerina	Sumo do limão	2 dias

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 29/11/1855. p. 2-3.

Diante de tantos casos de sucesso, o sumo de limão tornou-se, rapidamente, sua recomendação máxima e ressalta que somente a forma pura deveria ser ministrada, cabendo, vez ou outra lançar mão de outros recursos, como a sangria ou algum outro meio. Além do fruto, demais cuidados deveriam ser tomados com o enfermo, a alimentação precisava ser regrada para o restabelecimento do indivíduo apesar de não indicar a dieta dos atendidos na tabela acima. Em outro trecho proibia o consumo de “(...) água, e os caldos; e ordeno, que cubrão bem os doentes com cobertores. Faculto algumas pequenas sopas, logo que a reacção tem terminado e que a convalescença vai começar²³³”.

Silva Castro frisa a necessidade de mais experimentos clínicos desse poderoso recurso “esquecido”. Curiosamente, o limão já fazia parte do conjunto de espécies usadas pelos moradores de Santarém, mas naquela época não recebeu tanta atenção, vale dizer que só veio se pronunciar quando indígenas, e, portanto, não-médicos, vinham obtendo bons resultados. No entanto, o clínico apesar de mencioná-los não lhe deu os devidos créditos diante da descoberta, para tanto, preferiu dizer que se tratava de um meio “esquecido” já conhecido e adotado em outros lugares,

Non he de todo novo, (...) este recuso medico. Já em 1832 foi elle empregado em paris pelo chymico cavaillon, e recommendado em o jornal de chymica medica como excellente para debellar os vomitos dos cholericos, cuja publicação envio por copia também naquella epocha o celebre professor sérres na mesma capital prescrevia no periodo do collapso as limonadas citricas concentradas com optimo resultado²³⁴.

²³³ *Ibid.*, p. 3.

²³⁴ *Ibid.*, p. 3.

Ao doutor em medicina cabia prescrever o que os cânones da medicina científica pregava, atribuir aos “semi-selvagens” a descoberta de um remédio efetivo certamente lhe comprometeria, muito embora não constatamos nenhuma outra informação ou qualquer outra polêmica envolvendo a limonada, mas era preciso dizer que ela esteve dentro das observações dos demais estudiosos, como o químico Cavaillon.

A epidemia de cólera forçou as autoridades de higiene a se movimentarem em busca da cura. Foi comum, como vimos, por parte de Silva Castro adicionar recursos típicos de sujeitos comuns que dedicaram-se em aplacar a ira da enfermidade. Arrisco a dizer que tornou-se o maior especialista no assunto em questão, pois em qualquer suspeita da presença da enfermidade na Província era comum a solicitação de suas vistorias e avais para garantir a higidez da cidade mesmo após o fim da epidemia, tanto que nessa mesma época recebeu a alcunha de “Dr. Limonada”²³⁵.

Curioso é que as plantas da mata amazônica não foram abandonadas ao longo de sua vida, pelo contrário, aumentaram consideravelmente e ganharam repercussões nacionais e internacionais. Ouso afirmar que o interesse pelos vegetais foi iniciado com a visita do “mal do Ganges” em Belém. Isso é o que vamos tratar na próxima unidade ! Viajemos pelos rios trilhados por Silva Castro, locais onde dedicou-se à coleta desses materiais.

²³⁵ Em *As epidemias no Pará*, Arthur Vianna ressalta que Silva Castro passou a ser conhecido com o codinome de Dr. Limonada justamente pelo amplo emprego do fruto.

CAPÍTULO 3

CIRCULAÇÃO DE PLANTAS E SABERES: USOS, CLASSIFICAÇÕES E REPERCUSSÕES DAS ESPÉCIES AMAZÔNICAS

3.1 .“Cruzada Santa” contra a lepra: a fórmula secreta do curandeiro de Santarém

No dia 20 de setembro de 1858, veio a público, pela primeira vez, as propriedades da fórmula secreta do “Velho Angico”²³⁶, um curandeiro que residia na Comarca de Santarém, na Província do Grão-Pará que tão logo despertou o olhar de médicos e demais autoridades científicas da época.

Após a publicação feita no jornal *Gazeta Oficial* daquele dia, iniciou-se intensa mobilização na imprensa da época e diversos sujeitos envolveram-se numa longa trama que se estendeu por um ano. De um lado, contamos com os clínicos que faziam parte de uma comissão investigativa batizada de “Missão Paracary”²³⁷; do outro, estrangeiros e demais curiosos que passaram a rondar o terapeuta popular para assim tornar sua fórmula comercialmente viável; e por fim, leprosos (ou não) que movidos por sua esperança buscavam incansavelmente a cura para uma doença que lhes restavam o estigma e exclusão.

O objetivo deste capítulo consiste em dar visibilidade às experiências trocadas entre Francisco da Silva Castro e o curandeiro conhecido pelo apelido de “Velho Angico”. Dessa forma, o propósito deste capítulo consiste mostrar a interseção entre a medicina acadêmica (científica) com a medicina popular e assim evidenciar a porosidade existente entre sujeitos que dedicavam-se à cura na Amazônia Oitocentista. Para nossa discussão, tomaremos como base documental os relatórios e ofícios produzidos por Silva Castro que, na época, foi o responsável pela organização da “Missão Paracary” cujos relatos foram acessados na Hemeroteca Digital Brasileira.

As investigações no recinto de Angico ganham destaque por mostrar a interação entre sujeitos que ocupavam as extremidades no universo do mundo da cura e também por preencherem espaços sociais totalmente distintos. Porém uma atitude os une: o interesse pela descrição e utilização de plantas no tratamento de seus doentes. As experiências trocadas entre estas personagens nos esclarecem o quão conectados estavam esses dois

²³⁶ Angico tinha por nome Antonio Pereira da Costa.

²³⁷ A “Missão Paracary” foi organizada e chefiada por Francisco da Silva Castro que contou com o apoio dos médicos belenenses Américo Santa Rosa e Camilo Valle Guimaraes. Estes tinham por objetivo comprovar a eficácia do medicamento empregado pelo curandeiro de Santarém.

mundos. As conexões entre ambos em suas terapias são notórias. O procedimento do médico Silva Castro é simples. Ele faz uso dos relatos orais e experimentos empíricos do curandeiro para, posteriormente, comprovar os efeitos anti-tóxicos da planta que se encontrava de modo abundante à beira do lago onde se localizava o leprosário, mostrando, portanto, a impossibilidade de exclusão mútua entre dois universos distintos.

Na primeira parte do capítulo identifico os sujeitos envolvidos nessas investigações fitoterápicas, particularmente os médicos que estavam à frente das investigações, e em especial Francisco da Silva Castro, coordenador das comissões na época e autor dos relatórios produzidos e aqui analisados. Na seguinte seção adentramos no espaço do lazareto propriamente dito e passamos a perceber o funcionamento cotidiano daquele espaço, bem como identificar os sujeitos ali instalados segundo a sua cor, nome, idade e “estado de morbidade”. Posteriormente, vêm à cena os primeiros resultados das investidas médicas no lazareto na comarca de Santarém (Pará), onde as investigações sobre o gênero da planta usada para tratamento mudam de curso e são alcançadas novas descobertas quanto aos seus efeitos. É nesta parte do capítulo que passamos a apresentar o curandeiro Angico em mais detalhes e observar suas práticas de cura. Por último, damos atenção aos dois principais desdobramentos que a missão teve. Por um lado, os eventos que fizeram com que o Inspetor de Saúde Pública se tornasse ainda mais reconhecido no âmbito científico, publicizando os relatos e experimentos do terapeuta popular em revistas especializadas, e também, nos dicionários botânicos e médicos de maior circulação no século XIX; e, por outro lado, a difamação e o menosprezo infligidos ao curandeiro.

COTIDIANO DO LAZARETO

Terá esse remédio a propriedade de curar radicalmente a elefantíase ou lepra? Será uma cura aparente e temporária? Reaparecerá ela no fim d’algum tempo debaixo do mesmo grão de gravidade, ou virá minorada ou mesmo agravada? Será que teria virtude curativa para todas as espécies de lepra ou somente algumas delas? Poderá curar outras enfermidades de pele graves e asquerosas? Só com a intervenção da medicina após muitos ensaios e experimentos para assim chegar alguma conclusão²³⁸.

O trecho acima foi extraído do jornal *A Epocha*. Nele se traduz a inquietação que mobilizou uma comissão médica e demais autoridades provinciais em busca de desvendar a tão famosa “fórmula de cura” da lepra. Mas antes de partirmos para os resultados dessa trama, isto é, se foi comprovada ou não a eficácia do famoso medicamento, cabe agora

²³⁸ Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém.23/02/1859.p. 3.

entrarmos em mais detalhes sobre aquele espaço de tratamento da lepra. Vêm a propósito algumas indagações: quem procurava o lazareto e quais as condições sanitárias do local? Esses questionamentos foram fundamentais para compreendermos a dinâmica do lugar e assim apreender tamanha mobilização em prol da ciência e da saúde pública da época.

Nesse mesmo mês de fevereiro de 1859, o lazareto passara por minuciosa inspeção onde fora traçado um panorama físico do local e o estado em que se encontravam os doentes sob os cuidados de Angico. Segundo o médico-inspetor, encontravam-se vivendo no leprosário 79 morféticos, contudo, nem todos, de fato, padeciam com a doença como mostraremos adiante. Logo, notamos que aquele espaço agregava indivíduos com as mais variadas condições, como: “febres intermitentes”, “alienados”, “grávidas”, dentre outras. Além do mais, ali viviam alguns familiares das pessoas que aguardavam o tratamento.

Podemos inferir, dessas informações, que o leprosário de Angico não rompia com os laços familiares entre aqueles indivíduos e tampouco restringia-se ao acolhimento de pessoas acometidas pela lepra, assim, portanto, é possível dizer que aquelas pessoas mantinham-se unidos, especialmente, pela condição de enfermos e, ao que tudo indica, eram responsáveis pela manutenção do local como podemos ver nas descrições de Silva Castro:

(...) falta absoluta todas as comodidades e condições higiênicas para um local destinado a cuidar de leprosos, vivem em pequenas choupanas de palha, cujo pavimento he terra solta, mui humildes, sitiadas a beira do lago Paracary em logar próximo à caza de vivenda do sr. Pereira da Costa; não tem enfermeiros, cozinheiros, nem serventes. Os próprios doentes mantinham o local e cuidavam uns aos outros, cozinhavam sua própria comida, lavavam suas roupas iam buscar lenha, dentre outras coisas. Eles mesmos, ou os que se encontravam em melhores condições que levantavam as palhoças²³⁹.

Notamos no fragmento acima que o local estava muito aquém das recomendações ideais para um tratamento adequado, pois não havia estrutura alguma que garantisse a reclusão daquelas pessoas, algo imprescindível, segundo os clínicos da época. Todavia, como já foi destacado, o contato interindividual é fundamental para a existência do espaço, uma vez que os instalados o mantinham através de atividades coletivas, seja pela construção das palhoças ou por meio da pesca para garantir-lhes a sobrevivência.

Essas informações reforçam o nosso argumento de que o lazareto, não abrigava, necessariamente, leprosos. Diante da multiplicidade de pessoas, o espaço estava mais próximo de um local de acolhimento e assistência para aqueles que necessitavam de cuidados, seja pela ausência de hospitais naquela região ou algum outro recinto semelhante.

²³⁹ *Ibid.*, p. 2.

Contudo, como vimos, a agência desses indivíduos é um aspecto fundamental a ser destacado já que esforçaram-se ao máximo para permanecerem por lá e assim criaram uma série de estratégias.

Notamos alguns desses aspectos no trabalho de Elane Gomes²⁴⁰ ao estudar o cotidiano do leprosário do Tucunduba, na cidade de Belém. A autora nos mostra uma série de dispositivos criados pelos internos para marcar resistência às políticas de segregação para conseguir sobreviver, as fugas, por exemplo, especialmente aquelas que tratavam da comercialização de produtos produzidos dentro do leprosário, era uma (das várias) estratégias desenvolvidas por eles para garantir a sobrevivência e, para isso, desafiavam as autoridades policiais ao transitar pelo centro de Belém.

Com isso, quero dizer que tanto nos internos do Tucunduba quanto do Paracary não era possível esperar total submissão pela sua condição de leproso diante do estigma e das políticas higienistas da época. Era necessário lutar para sobreviver, e no caso de Santarém não foi diferente já que o local era mantido (em sua maioria) às custas do próprio curandeiro. Porém, Silva Castro nos dá pequenos detalhes de quando o lazareto Paracary passou a contar com uma breve ajuda pública, segundo o clínico, vez ou outra o local recebia donativos de quatro formas: verbas advindas do Tesouro Imperial e provincial, doações de terceiros e sob os recursos do curandeiro. Vale ressaltar que esse custeamento durou somente quando os clínicos faziam suas investigações no lugar. Nessa época o espaço já contava com mais de 100 pessoas e o número de pessoas aumentava gradativamente assim que novas notícias circulavam nas páginas dos jornais, como explicaremos adiante.

Perfil dos doentes

Para fins de visualização dos sujeitos ali presentes, utilizei uma pequena amostra de 18 doentes observados continuamente por Silva Castro. Contudo, apesar da imprecisão e fragmentação dos dados, vale sublinhar que o espaço do lazareto abrigava um montante de 102 pessoas. Além disso, verifica-se a presença de familiares e demais agregados que totalizam 21 pessoas, tal como já referido antes.

Nome	Cor	Estado de	Custeamento	Observação
------	-----	-----------	-------------	------------

²⁴⁰ GOMES, Elane Cristina Rodrigues. **A lepra e a letra: escrita e poder sobre a doença na cidade de belém (1897-1924)**. 2019. 231 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47397>. Acesso em: 04 fev. 2021.

		morbidade		
Manoel Joaquim	Preto	Pés e mãos dormentes	Não informado	1°
Crescência	Preta	Lepra tuberculosa	Não informado	3°
Albina	Preta	Lepra tuberculosa	Não informado	4°
Maria Joana (menor)	Não informado	Apresenta tubérculos	Não informado	5°
Fermino (menor)	Não informado	Apresenta tubérculos	Não informado	6°
Marcolino	Mameluco	Lepra anaisthetos	Não informado	7°
Euzébio José Marques	Mulato	Lepra mixta	Não informado	8°
Simeão	Preto	Apresenta tubérculos	Não informado	9°
João da Gama	Trigueira	Sem tubérculos	Não informado	10°
Manoel Batista de Castro	Não informado	Elefantíase	Não informado	Não informado
Efigênia	Preta	Lepra tuberculosa incipiente	Governo Provincial	3°
Manoel Estevão Lobato	Verde bronze	Lepra tuberculosa dos gregos e elefantíase	Governo Provincial	Não informado
Maria Antônia Francisca	Não informado	Falecida de catarro pulmonar crônico dos velhos	Não informado	Não informado
Francisco dos Santos	Não informado	Falecido de vômitos e diarréias	Não informado	Não informado
Inácio	Índio	Falecido de vômitos e diarréias	Não informado	Não informado
Martinho	Preto	Falecido de vômitos e diarréias	Não informado	Não informado
Manoel José Marques	Não informado	Falecido de elefantíase	Não informado	Não informado
Thomé Rodrigues Pinto	Não informado	Falecido de elefantíase	Não informado	Não informado

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 23/02/1859,p. 2-3.

A tabela acima reforça o nosso argumento de que o espaço não era destinado somente para leprosos. Muito embora, nessa amostragem nos chama atenção as diferentes nomenclaturas que a doença recebia, como: “mixta”, “tuberculosa”, “dos gregos”. Isso era comum no período, uma vez que os campos de estudos da bacteriologia caminhavam timidamente.

Segundo Dilma Cabral²⁴¹, isso ocorria em virtude da dificuldade em se diagnosticar a enfermidade. Apenas anos mais tarde isso será possível quando a lepra passa a ser definida como uma entidade patológica, logo, o conhecimento para identificá-la bem como a compreensão dos modos de transmissão resultará na prescrição de terapias específicas. Só assim, deixa-se de confundi-la com as demais enfermidades relacionadas à derme, como a sífilis e a elefantíase cuja relação era imediata.

Apesar de não especificar a origem de cada um desses enfermos, o médico-inspetor fez questão de registrar a forma pela qual alguns chegavam. Salta-nos aos olhos os aspectos animalescos e a longa saga em busca da cura. Um esforço hercúleo que assim foi descrito:

Ali chegarão em fins de novembro, sem recomendação, nem socorro algum; e o que he mais no maior auge do desenvolvimento da doença, e sem probabilidade de alguma cura pelo seu estado miserável... Uns já cegos, outros completamente sem dedos nas mãos e pés e sem poderem andar. O mesmo succedeo com um ido de Cametá, e outro de Óbidos, os quaes tão extenuados de forças e cançados da viagem se acharão, que desembarcarao em redes, cobertos de ulceras e bichos²⁴².

Como se vê, o estado físico dessas pessoas era deplorável. Agora, imagine só o sofrimento dos mesmos ao deslocar-se das duas localidades citadas que eram muito distantes de Santarém, ainda mais que o traslado era feito através de canoas fazendo com que o enfermo estivesse à mercê do sol e da chuvas, condições essas duramente atacadas por Silva Castro que intensificam-se cada vez mais quando novas investigações são feitas no lazareto.

Outro aspecto duramente atacado pelo médico-investigador diz respeito a qualidade da alimentação, no caso, as péssimas condições da dieta. As refeições eram compostas, em sua maioria, por “carne salpresa” e a água ingerida dispensava comentários, muita das vezes, nas piores condições “de aparência ruim e nada peor e mui barrenta”, assim destacou

²⁴¹ CABRAL, Dilma. A terapêutica da lepra no século XIX. *Esboços*, Santa Catarina, v. 13, n. 16, p. 35-61, 23 out. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/120>. Acesso em: 20 nov. 2022.

²⁴² *Ibid.*, p. 2.

o clínico. Percebemos que a correlação entre alimentação e os cuidados com o calor e as chuvas eram recorrentes nas observações do esculápio.

Para os clínicos da época, esses elementos eram essenciais para um tratamento eficaz, era necessário, portanto, resguardar-se de todo e qualquer excesso. Sobre este detalhe, faz-se necessário, retomar alguns comentários de Dilma Cabral²⁴³ sobre esses aspectos. Para ela, a terapêutica da lepra consistia em estabelecer o equilíbrio do organismo. Sendo assim, tornava-se necessário evitar qualquer tipo de excesso, seja na alimentação, seja no esforço físico ou quanto aos excessos sexuais.

Esse tipo de pensamento foi comum nas interpretações de Silva Castro ao analisar alguns doentes, no entanto, um caso nos chamou a atenção em especial devido a grande veiculação. O episódio se tratava das extensas discordâncias travadas entre o médico com o curandeiro no caso do tratamento do preto Miguel Jardina, um dos instalados no local, que vinha sendo cuidado por Angico há meses. O médico não o havia considerado doente, ao passo que o terapeuta popular recomendou mais da sua fórmula, pois na sua lógica, Miguel ainda sim, continuava doente e precisava, portanto, de mais cuidados.

Coincidência ou não, o mesmo Miguel passou a apresentar “um caráter assustador dos tubérculos”, assinalou Silva Castro em um de seus exames. É possível imaginar que a situação tenha gerado algum mal estar entre os pares de profissão de Silva Castro, pois um médico alopata acabara de ter seu diagnóstico contestado e o pior disso: tudo fora publicado nos jornais. Mas a situação não havia se encerrado por aí, notamos que o curandeiro foi mais ousado ainda, pois mesmo acreditando que Miguel ainda precisava de cautelas o fez tomar atitudes em total oposição às recomendações de Silva Castro, como o consumo de alimentos “nocivos”, isto é, os alimentos considerados “remosos”²⁴⁴ pelas populações Amazônicas. Angico o autorizou que,

Comesse de tudo, especialmente aquellas comidas que são reputadas nocivas e carregadas, como lhe chama o vulgo, taes como tracajá, piranha, pirarucu, bacaba e com o fim de reconhecer se a moléstia estava realmente extinta, ou se não estando, reapareceria com o abuso da dieta²⁴⁵.

²⁴³ *Ibid.*, p. 50.

²⁴⁴ Para compreensão mais detalhada sobre a alimentação “reimosa” no imaginário de comunidades Amazônicas, recomendo o seguinte artigo: MAUÉS, Raymundo Heraldo; MAUÉS, Maria Angélica Motta. O modelo da “reima”: representações alimentares em uma comunidade amazônica. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 120–147, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6016>. Acesso em: 7 fev. 2024.

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 3.

Mesmo desafiando todas as recomendações do médico, o curandeiro acreditava tanto na eficácia de seu remédio que mesmo o consumo imoderado de uma dieta considerada “nociva” pelo clínico, o fármaco ainda sim produziria bons efeitos. Tanto é verdade, que reforçara o uso por mais de dois meses no caso do preto Miguel.

Até o momento dessa inspeção, o gênero do medicamento ainda continuava em completo segredo pelo dono do local. O pouco que se sabia era que uma planta nativa da Amazônia vinha sendo aplicada na produção das beberagens de Angico. Curioso é pensarmos como os vegetais ocupavam um lugar privilegiado nas terapias de sujeitos como o curandeiro santareno. O historiador Le Goff²⁴⁶ nos chama atenção para a serventia dessas espécies no tratamento físico e espiritual, sendo, muita das vezes, recursos que estiveram nas mãos de personagens como ele, seguindo o seu imaginário e, portanto, sua empiria.

Pouco se sabia do tratamento da lepra em uso à época. Mas, podemos dizer que as plantas não foram deixadas de lado como possíveis aliados no tratamento da doença. Como vimos até aqui, uma planta (ainda não revelada) foi responsável por reunir as principais autoridades sanitárias e científicas da época na esperança da cura. Em outros trabalhos, ainda na Amazônia, tivemos o conhecimento da aplicação do óleo de chaulmoogra no combate à doença, como foi observado por Érico Muniz e Patrícia Linhares²⁴⁷. As plantas, portanto, mostram-se recursos imprescindíveis no combate às enfermidades cujo conhecimento e manipulação encontrava-se nas mãos de pessoas comuns, isto é, não-médicos.

As análises para revelar o célebre remédio fitoterápico continuaram. Porém, as insatisfações da parte do médico-investigador só aumentavam e, ao que tudo indica, sua paciência diminuía cada vez mais já que o curandeiro recusava-se a revelar a fórmula e ainda insistia em receber mais pessoas em seu leprosário. Ao mesmo tempo que o condena, reconhece que Angico era conhecido por ser “fazedor de bondade” e se aquelas pessoas o seguiam era porque “ lhes procuravam para ministrar alívio e refrigério a seus males”.

“GLÓRIA DA INVENÇÃO OU DA DESCOBERTA?”: as virtudes da planta paracary

²⁴⁶ LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985. p. 343.

²⁴⁷ MUNIZ, Érico Silva; LINHARES, Patrícia Oliveira. Sobre Óleos, Sabonetes e Asilos: história do combate à lepra em Bragança (PA) no início do século xx. **Veredas**: Revista Interdisciplinar de Humanidades, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-161, 01 jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.unisa.br/index.php/veredas/issue/view/5>. Acesso em: 02 maio 2021.

(...) não será também aproveitável esta planta para a cura da hydrophobia? Só a observação e pratica poderão resolver esta nova questão. Convirá pois que os médicos de pazies, aonde costuma aparecer tão perigosa doença, se resolvão a ensaiar o uso della?²⁴⁸

No mês seguinte, mais uma visita foi realizada no lazareto e assim como nas demais vezes, o passo a passo ganhou as páginas do jornal *A Epocha*. Dessa vez, o médico paraense Silva Castro trouxe novos rumos para aos propósitos iniciais da investigação que eram essencialmente os de descrever e testar a famosa fórmula contra a lepra.

Após meses de investigações, o esculápio publicou na coluna “Medicina” do jornal citado as “qualidades da planta contra a mordedura de animais peçonhentos”. Ele ainda ressalta o assunto como uma questão de “atenção pública”, especialmente para pessoas que moram em roças e fazendas. Desde o início, o clínico tinha como propósito “conduzir investigações futuras, as quais por certo hão de melhor satisfazer não só as vistas da Sciencia, como especialmente as conveniências, e proveitos da Sociedade”²⁴⁹. Para tanto, a extensa publicação no jornal diz sobre a coleta dos dados feita pelo médico no que se referia à literatura científica sobre plantas. Silva Castro desconfiava que aquelas plantas já fossem conhecidas na literatura científica, porém isso só vai se confirmar com mais conversas e experimentos em observação ao curandeiro, sobretudo com as fábulas narradas pelo dono do local como veremos adiante.

As primeiras informações da famosa planta dizem respeito aos vários nomes que recebia, de acordo com o local onde se achava. “Herva de cobra, “Booiacá” e “Herva de São Pedro” eram alguns de seus codinomes. Notamos também que era uma planta comumente usada por moradores da comarca de Santarém e de Belém. Estava presente no cotidiano dos moradores pobres e ricos da Província. Nesse sentido, faz-se necessário destacarmos a produção de Juciene Apolinário e Tânia Pimenta²⁵⁰, pois é necessário termos em mente que o uso de vegetais são atravessados por relações de poder e, portanto, de historicidade. Logo, diferentes sujeitos enxergam a natureza de óticas diversas. Vejamos que, para Silva Castro a planta era vista como um meio de potencial a ser aproveitado pelo bem da humanidade, em nome da ciência; já o curandeiro a serventia do vegetal mostrava-se imprescindível para a

²⁴⁸ Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 28/03/1859, p. 3.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 1.

²⁵⁰ APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; PIMENTA, Tânia Salgado. Natureza e História: produções e saberes sobre as plantas em processos de circularidades científicas e nas relações interétnicas no passado e no presente. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 2178-2547, 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2022-0026>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/6bsXbWKFj6YgDP8Pz9WP9yt/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2023.

cura dos seus para assim continuar a receber pela produção de suas amostras e, conseqüentemente, de seu lazareto.

Mas, voltemos às desconfianças do clínico. A erva, agora já descrita com o nome “Paracary” não se tratava de uma planta “descoberta” por Angico, mas sim, era uma espécie já conhecida por demais clínicos que a haviam esquecido. Podemos inferir, dessa atitude, que o esculápio procurava deslegitimar o conhecimento de Angico quanto às práticas de manejo da planta como antídoto. Vejamos um pouco de como registrou a situação:

A herva Paracry já de há muito era conhecida dos práticos desde épocas bem remotas e bastante recomendada se fazia por suas virtudes ante-veneficas. Portanto, não cabia ao curandeiro a “glória da invenção ou da descoberta” coube, portanto, ao velho Angico ter ressuscitado do esquecimento uma planta assaz, preciosa por suas virtudes medicinaes, sobre a qual tem pezado ingratamente a mão do tempo, guiada talvez pela influencia da moda²⁵¹.

Naquele momento, o médico em questão era a principal autoridade sanitária da época. A sua tentativa de invalidar o conhecimento do terapeuta popular é muito compreensível. Uma vez que estamos lidando com um médico de formação acadêmica, formado com *magna laude* nas principais universidades europeias, logo, admitir que a planta havia sido descoberta e descrita por Angico certamente lhe traria sérias implicações perante seus parceiros ofício.

Silva Castro estava tão determinado em invalidar Angico ao ponto de fazer uma relação de naturalistas, que, provavelmente, já a tinham descrito. Wilhelm Piso e Georg Marggraf escreveram sobre a “herva de cobra”, conhecida por ser eficaz na cicatrização e mordedura de animais venenosos. Constatamos, também, a descrição das espécies *Peltodon radicans* e *Clinopodium repens* feitas pelo bávaro Von Martius que trouxe as mesmas virtudes mencionadas a pouco, porém não indicou nenhuma informação referente ao combate às peçonhas.

Mesmo com todo o levantamento e a revisão dos escritos botânicos acima, o investigador-médico só se deu por convencido, após achar um desenho do já mencionado Georg Marggraf que muito se assemelhava com a planta por ele identificada. Desde então, cruzou as semelhanças da gravura com as aplicações usualmente feitas pelo curandeiro Angico, somadas à famosa lenda narrada pelo dono do local.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 2.

Em conformidade com os relatos do facultativo, citando o velho Angico, a lenda consistia nos constantes confrontos entre cascavéis e jacurarus, duas espécies de répteis que povoavam as imediações do lazareto, como se pode verificar no trecho abaixo:

Sendo as margens do lago Paracary, e os campos immediatos, tão fartos de cobras venenosas, particularmente das cascaveis, e outras, o de jacuraru, reptis da classe dos saureos, os quaes somente diferem do camaleão por terem a cor cinzenta, e o focinho ou nariz bifido, raro era o dia, em que o sr. Costa não visse um combate entre animaes d'aquelles dois generos. Notava porem constantemente, que depois d'algum tempo de luta fugia o jacuraru da cascavel, e guiado pelo seu instinto natural procurava o arbusto, hoje chamado Paracary, para delle comer algumas filhas, e premunir-se d'esta arte contra o veneno da cobra inoculado em seo corpo pelas feridas recebidas na occasiao da briga. Depois de restaurado voltava ao combate outras vez, e se novas feridas recebia, logo procurava outra vez o contraveneno²⁵².

A observação de comportamento de determinados animais, a verificação empírica dos efeitos e a ingestão de determinadas espécies vegetais, acompanhadas de mitos, lendas e tradições, são elementos úteis que explicam as virtudes curativas de determinadas plantas. Em *As doenças têm história*, o historiador já citado Le Goff²⁵³ nos diz que a história das plantas que curam surgem do empirismo e do imaginário ao mesmo tempo, como observado no caso acima das lendas e práticas em torno à planta “paracary”.

Como verificamos, a lenda não foi (para o clínico) o suficiente para explicar as propriedades da famosa planta. Diante disso, o curandeiro, dono do lazareto, seguiu para realizar aplicações em outros animais atacados por espécies peçonhentas. O primeiro animal foi um cachorro do mato, mordido por uma cobra. O animal recebera a aplicação de emplastos no local do ferimento. De modo semelhante aconteceu em Belém: um homem havia sofrido uma picada de arraia e o “paracary” havia sido manipulado diretamente sobre o ferimento. Como “por encantamento, uma só applicação d'uma cataplasma da planta” foi o suficiente para aliviar o incômodo rapidamente. Diante de tantos casos de sucesso, o reconhecimento da planta “paracary” passou a circular intensamente entre os doentes ao ponto de que “não ha na comarca de Santarém uma só pessoa, que deixe de acreditar nos beneficios efeitos de semelhante planta”, destaca o médico.

As últimas considerações que constam da notícia acerca do vegetal “paracary”, dizem respeito à sua descrição botânica. Era uma planta herbácea, de baixa estatura, com folhas simples opostas e pouco aromáticas, e que, talvez seria uma “espécie nova a ser incluída na família das labiadas”. Algo que não foi sistematizado por “autores modernos”.

²⁵² *Ibid.*, p. 2.

²⁵³ *Ibid.*, p. 8.

Quanto aos modos de ministrar o tratamento com a planta, basicamente são apontadas duas maneiras: internamente, pode ser feita através da ingestão do suco no intervalo de uma hora por três vezes ao longo do dia; e externamente, podem ser usados cataplasmas por meio da aplicação diretamente sobre a lesão.

Fim das inspeções: pareceres médicos, perseguição ao curandeiro angico e circulação de plantas

Em mais uma convocação de urgência, a mando do presidente da Província, foi ordenada mais uma comissão médica. Desta vez, composta pelo Inspetor Silva Castro auxiliado pelos drs. Américo Santa Rosa e Camilo Valle Guimaraës. Estes tinham como objetivo responder um longo questionário sobre as condições do local; dos doentes; modos de preparação e principalmente: de cada um quanto a eficácia do medicamento. O resultado dos pareceres médicos descartam a eficácia contra a lepra. Porém, destacam a sua ação antissifilica. Assim toda rede de financiamento por parte do Tesouro provincial e imperial foram retiradas e deixou de haver ajuda pública para o leprosário²⁵⁴.

Desde então, iniciou-se uma série de desavenças de alguns médicos contra o condutor das investigações no lazareto, intrigas lideradas especialmente pelo Dr. Joaquim Barata, médico do Hospital da Marinha. Este médico certamente era um dos autores de artigos que criticavam as formas pelas quais os estudos haviam sido conduzidos, pois alegava que todo recurso destinado às investidas faziam parte de um jogo político comandado por Silva Castro. Infelizmente, não obtivemos mais detalhes acerca das acusações trocadas entre os esculápios. Contudo, o médico-inspetor apenas declarou o recebimento das acusações feitas à ele e reafirmou o quanto conhecia da “índole duvidosa” do médico da Marinha²⁵⁵.

Quanto ao curandeiro Angico, pudemos verificar intensa perseguição contra ele na imprensa após as denúncias feitas pelo pernambucano Francisco José de Paula e cinco conterrâneos seus. Esse grupo de pessoas se instalou em Santarém ao longo de cinco meses para receber o tão aguardado medicamento e assim verificar a sua eficácia. Os descontentamentos foram inúmeros e também noticiados com a seguinte epígrafe: “O

²⁵⁴ Hemeroteca Digital Brasileira. GAZETTA OFFICIAL. Belém. 30/06/1859,p.1.

²⁵⁵ Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 12/10/1859,p.2

decantado lazarento Paracary, e o consumado charlatão, Antônio Francisco Pereira da Costa.”

Segundo Francisco de Paula, a sua retirada de Santarém ocorreu em virtude da ineficácia do tratamento recebido que não passara de mais uma “charlataneria”, pois

Nenhuma vantagem alcancei durante este pouco tempo que estive em tratamento; mas isso não me admirou, nem foi o que motivou minha saída do lazarento o que mais concorreu para esta minha resolução foi a convicção em que estou de que nada aproveitaria se alli me demorasse; por quanto, tudo que observei cuidadosamente habilitou-me a poder formar um juízo, sem medo de errar, a respeito do Sr. Costa e do seu lazarento; e a considerá-lo como o modelo dos charlataes, e como pura charlataneria, tudo quanto elle exerce para com os doentes²⁵⁶.

Outros aspectos do caso o deixaram muito descontente. O que o fez escrever diretamente ao Presidente da Província do Pará na época, assim como denunciar o tal “embuste” diretamente à imprensa. O desprezo de Francisco de Paula pelo curandeiro e a falta de cuidados deste último para com os pacientes era um dos descontentamentos declarados no relatório enviado ao Presidente da Província. Especialmente em casos de dispensas de alguns enfermos que não possuíam meios para arcar com as despesas do tratamento.

Os vultosos pagamentos feitos ao proprietário do leprosário, muitas vezes exigidos antecipadamente, foi outro aspecto que irritou ainda mais Francisco de Paula. Pois a quantia paga pelos pacientes, refletia diretamente na comida a ser recebida durante as refeições do leprosário, muitas vezes, nas piores condições possíveis, dependendo do tipo de custeamento, como ele mesmo explica:

Os doentes que pagão 50.000 réis mensais, recebem do Sr. Costa, a ração de duas libras de carne crua, um bocado de assucar, algumas bolachas, uma pouca farinha d’agoa e azeite para luz. Os mantido pelo Governo tem uma libra de carne com osso, algumas bolachas ordinarias, farinha d’agoa muito ruim, assucar raras vezes luz ha azeite, e sabão se tiverem dinheiro para pagarem a quem lave a roupa. Destes doentes aqueles de condicção mais triste, apenas recebem duas libras de carne que mais pesão os ossos, e um bocado de farinha d’agoa, nada mais²⁵⁷.

Em casos de desabastecimento de comida, segundo o denunciante, a culpa era inteiramente do dono do leprosário, já que este era responsável pelo controle das canoas que iam à Santarém em busca de suprimentos. Tornando-se, inclusive, uma das formas de lucrar ainda mais, pois passava a cobrar em maior quantidade dos enfermos ali instalados. Ao longo das denúncias, o pernambucano nos dá mais detalhes quanto à fórmula do

²⁵⁶Hemeroteca Digital Brasileira. GAZETTA OFFICIAL. Belém. 25/07/1859, p. 3.

²⁵⁷*Ibid.*,p. 3.

medicamento que, segundo ele, não passa de uma composição “grosseira”, reunindo aleatoriamente uma porção de ervas quaisquer de onde se extraía o suco, feito sem temperatura correta. Ele afirma: “não tem outra sciencia mais e muitas vezes já vem choco.”

Finalmente, a denúncia traz as péssimas condições que eram reservadas aos mortos, sequer com sepultamento. Os demais sobreviventes realizavam o traslado dos corpos e, assim, eram enterrados numa região batizada de Barreiras. Nesta região encontrava-se na verdade um lamaçal, impossibilitando, portanto, o enterro adequado. Na maioria das vezes, há relatos em que os defuntos eram jogados diretamente ao lago que cercava o lazarento, o mesmo que servia como reserva de água potável para os doentes. A reputação de Pereira da Costa e sua família ficou terrivelmente abalada, ao ponto de ter seu espaço desativado, além de ser acusado publicamente de “hipócrito” e “charlatão”, como se nota abaixo

Eis o sr. Costa, o padre lazarista, a sua esposa e filha dedicadas irmãs da caridade como aluguem as intitulou. Caridade!! Assim se profana essa palavra toda evangélica, que bem poucos a compreendem”. “Hypocrisia, é o que caracteriza ao sr. Costa e sua família²⁵⁸.

3.2. Do uxi ao mandacará: as virtudes das plantas amazônicas nos manuais botânicos e de medicina

Assim que as investigações foram encerradas, notamos que o interesse de Silva Castro em descrever, analisar e investigar as propriedades de outras plantas amazônicas não cessou com a “Missão Paracary”. Curiosamente, assim que as propriedades daquele vegetal ganharam as páginas dos jornais da Província do Pará na época, detectamos, anos mais tarde, as repercussões de outras espécies cujas notícias foram publicadas em artigos científicos de revistas especializadas, bem como nos dicionários médicos e botânicos de maior circulação no século XIX.

Vale sublinhar que suas pesquisas não se restringiram ao reino vegetal, Silva Castro catalogou animais, estudou rios e fenômenos típicos da Amazônia. Ademais dedicou-se à arqueologia e à história natural²⁵⁹. Tais estudos resultaram de inúmeras viagens, que, até o

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 4.

²⁵⁹ Em *Lembranças do Valle do Amazonas*, de Bernardino de Souza (1874) identifiquei estudos de autoria de Silva Castro sobre a classificação de insetos, sobre o peixe elétrico (poraquê), análises hidrográficas dos rios Tocantins e Amazonas, e também, a descrição de um fenômeno fluvial típico na Amazônia, a “pororoça”. Quanto aos materiais etnográficos e arqueológicos, aqui destaco as doações de mais trezentos itens de vários povos indígenas que habitavam os rios da Amazônia, como os Munduruku, os Maué, dentre outros. Esses itens foram coletados durante as suas viagens entre os anos de 1865-69. Posteriormente, foram enviados ao Museu de Estocolmo, na Suécia e também, destinados ao Museu Etnográfico de Oslo, na Noruega. Outras fontes

presente momento, ainda não foram mapeadas. Mas, sabe-se que, até então, foram empreendidas e noticiadas no meio científico resultando em diversas doações de coletas botânicas destinadas a museus e academias científicas do Brasil e do exterior. Isso nos mostra, portanto, as conexões dos cientistas em atuação na Amazônia com pesquisadores/instituições do mundo inteiro.

Nesse item, temos por intuito compreender os diálogos e também sinalizar as redes científicas que o estudioso paraense manteve, sobretudo, por meio das plantas investigadas por ele, visando explorar o modo como esses contatos ocorreram, analisando seus referenciais e quais meios foram veiculados. Como bem observou Dominique Pestre:

Quem pratica as ciências é alguém que adquiriu uma cultura, que foi formado, modelado por um certo meio, que foi fabricado no contato com um grupo e com ele compartilhou as atividades - e não uma consciência crítica operante, um puro sujeito conhecedor. Aculturado num conjunto de práticas, de técnicas, de habilidades manuais, de conhecimentos materiais e sociais, ele é parte intrínseca de uma comunidade, de um grupo, de uma escola, de uma tradição, de um país, de uma época²⁶⁰.

O estudo das plantas, foco deste capítulo, foi responsável, em certa medida, pela inserção e visibilidade do naturalista paraense no campo científico, pois encontramos um total de dezoito textos de sua autoria acerca das propriedades medicinais de espécies amazônicas, todos difundidos em periódicos médicos circulando no Brasil. Chegaram a ser, inclusive, reproduzidos internacionalmente. A planta “curare” ou “uirary” é uma delas. Trata-se de uma espécie nativa da Amazônia de onde se extraía um poderoso veneno manipulado por indígenas que habitavam as margens dos rios Negro e Orenoco, cujas informações foram coletadas e, como era seu costume, publicizadas no meio acadêmico nacional e internacional. Neste caso, apresentada à Academia Real de Estocolmo.

Portanto, tal interação ilustra a circulação do conhecimento científico tendo as plantas amazônicas como fio condutor. Ao historiador cabe compreender o funcionamento dessas conexões, levando em consideração as reflexões de Silvia Figueirôa²⁶¹. Segundo a autora, os estudos sobre as produções do saber científico em instituições diversificadas, isto é, museus, jardins botânicos, e, neste caso, em academias médicas, mostram-se

também indicam o envio de materiais de mesma natureza, inclusive, de urnas funerárias indígenas que habitavam no rio Maiacá, além de outros artefatos destinados ao Museu Paraense e ao Museu Nacional, noticiados nos jornais em circulação na Província do Pará.

²⁶⁰ PESTRE, Dominique. Uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos Unicamp**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 16, 1996.

²⁶¹ DE M. FIGUEIRÔA, S. F. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). **Asclépio**, [S. l.], v. 50, n. 2, p. 107–123, 1998.

fundamentais. E vale dizer, que Silva Castro manteve expressiva e intensa ligação com as mesmas em diversas formas, mas, destaca-se as numerosas amostras de materiais etnográficos e arqueológicos, bem como apresentação de trabalhos em formato de artigos científicos.

Inicialmente faremos o mapeamento das espécies mais difundidas por Silva Castro. Neste subitem tais textos do médico-naturalista foram organizados em ordem decrescente, tendo em vista ressaltar a diferença (caso haja) entre as espécies de plantas, seja no formato ou até mesmo nas informações sobre elas. Evidentemente nem todas as informações serão detalhadas no momento ao longo deste capítulo. Após tratar as espécies mais publicadas por Silva Castro, nos deteremos na apresentação das demais plantas para as quais não conseguimos até o momento rastrear qualquer outro tipo de divulgação no meio científico da época.

“Paracary”: a planta de Santarém

Adentrando nas plantas propriamente ditas, a investigação realizada em Santarém, já apresentada no item anterior, foi a que rendeu o maior número de reproduções (cinco no total) com ligeiras alterações. Versavam, basicamente, sobre seus usos e benefícios no tratamento de doenças relacionadas à pele, e, sem mais esquecimentos sobre a sua ação antitóxica. Os primeiros indícios foram encontrados em duas gazetas médicas: da Bahia e de Paris, respectivamente nos anos de 1868²⁶² e em 1869²⁶³.

Identificamos também mais informações sobre o mesmo vegetal nas seguintes publicações: no “Dicionário de Botânica Brasileira”, “Phytographia ou Botânica Brasileira”, e também, no “Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias”²⁶⁴. Basicamente, estas obras contêm os mesmos conteúdos veiculados nas gazetas. Evidentemente, há notável diferença quanto aos seus formatos de texto para divulgação do conhecimento científico, pois versam sobre os modos de preparo e virtudes do vegetal, algo

²⁶² CASTRO, Francisco da Silva. Observações sobre o vegetal Paracary e suas aplicações terapêuticas. **Gazeta Médica da Bahia**, n. 47-15, 1868, p. 233-274.

²⁶³ CASTRO, Francisco da Silva. Observations sur la plante nome Paracary, et sur ses applications therapeutiques. **Gazette Médicale de Paris**, tomo 24, 1869.

²⁶⁴ Os dicionários botânicos e médicos que constam a reprodução dos seus estudos foram os seguintes: PINTO, Joaquim de Almeida. **Diccionario de Botanica brasileira ou Compêndio dos Vegetaes do Brasil, tanto indígenas como aclimados**. Typ. Perseverança, 1873, p. 350; MORAES, Alexandre José de Mello (1816-1882). **Phytographia, ou Botanica Brasileira**. Rio de Janeiro, 1881, p. 267. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1812-1881). **Diccionario de Medicina Popular e das Sicencias Accsorias**. 6° ed. Typ. Creté, v. 2, 1890, p. 618.

que é típico dos mesmos. Lembremos que os “Dicionários” eram destinados ao público leigo, ainda que eivados de noções acadêmicas (Guimarães, 2004).

Se comparados, um ponto em comum entre os textos, isto é, aqueles reproduzidos nas gazetas médicas comparados aos três dicionários, revelou-se na imprecisão quanto à definição da espécie da planta, pois surgem aí duas possíveis nomenclaturas taxonômicas para a mesma planta: *Peltodon radicans* ou *Clinopodium repens*. Quanto às diferenças, destacamos a escrita bem como os formatos dos dicionários comparadas aqueles periódicos médicos, e também, no proveito da planta para o maior número de doenças. Isso se deu, provavelmente, em função dos sucessivos estudos efetuados ao longo do tempo, cujas atualizações foram registradas nos dicionários.

Desde que fora noticiada nas gazetas, soube-se da serventia da planta “paracary” para tratar problemas relacionados à pele e da sua qualidade fitoterápica como importante antitóxico; nos dicionários, verificamos constantes inovações e atualizações quanto aos benefícios da planta, dentre os quais: para os rins, tratamento da asma, cura para tosses e aparelhos gastro-hepáticos, podendo ser, inclusive, aplicada em casos de “hidrofobia (raiva)”, algo para o qual o próprio Silva Castro evocava a necessidade de mais estudos.

Curare: o mortal “Veneno de flecha”

Outro vegetal do qual constatamos importante circulação de notícias foi sobre o cipó tóxico “curare” ou “uirary”. Até o momento, encontramos a publicação de quatro textos sobre este vegetal. O estudo sobre esta planta foi apresentado no ano de 1865 para a Academia Real de Estocolmo e três anos mais tarde, foi publicado no periódico médico da Bahia²⁶⁵.

Aqui privilegiamos a versão do texto que circulou na gazeta brasileira. O artigo é rico em detalhes e indica, que, provavelmente, Silva Castro percorreria os rios onde encontravam-se indígenas que faziam a sua aplicação e produziu extensas notas sobre essas populações.

Nele encontramos os dados sobre a produção e extração do cipó, as etnias que manipulavam o veneno contido no cipó, as suas condições de armazenamento e os referenciais científicos utilizados ao longo das análises da planta. O referido estudo, nos

²⁶⁵ CASTRO, Francisco da Silva. Nota sobre a droga Uirary ou Curare. Trabalho apresentado a Academia de Ciências de Stockholm. **Gazeta Médica da Bahia**. n. 39-40, 1868, p. 172-173, 184-186.

mostra, mais uma vez, a ligação de Silva Castro com um dos principais veículos de divulgação científica da época, a *Gazeta Médica da Bahia*, cuja função não se restringia à comunicação entre acadêmicos. Como destacou Luiz Otávio Ferreira²⁶⁶, a gazeta baiana foi um importante elo na comunicação entre o ambiente letrado justamente por tratar de temas do cotidiano da população, como os seus vícios, hábitos e gostos do povo.

Conforme o texto de Silva Castro, as primeiras informações sobre o “curare” tratam das localidades onde indígenas o produziam: no interior do Amazonas e também nas Guianas. O mesmo veneno era conhecido por ter vários nomes entre as populações indígenas. Os Tupis e, dentre eles, os Tupinambás, o conheciam pela expressão “veneno de flecha”. Os indígenas que habitavam o alto Amazonas e Solimões conhecedores do cipó tóxico tinham por etnônimo “ticuna”.

De modo semelhante ao ocorrido em Santarém, o médico paraense reúne explicações de médicos e botânicos para dar autoridade ao seu artigo. Dentre seus referenciais, que, provavelmente conheciam a origem do veneno (vegetal ou animal), são destacados no texto: Walter Raleigh, que atribuía o curare a um fruto chamado “picudo”, em 1595; para Cornelius De Pauw, que também seguia na mesma lógica, a substância extraída por indígenas era proveniente de um cipó, chamado por eles de “trepadeira dos matos”; por último, e sua maior referência mencionado várias vezes ao longo do texto, o fisiologista francês Claude Bernard. Mas este último, assim como os demais, não soube explicar coerentemente a procedência do veneno.

Assim, notamos a preocupação de Silva Castro ao equacionar tal questão, respondendo da seguinte forma: “posso assegurar ao ilustrado e sabio fisiologista [Claude Bernard], que [o curare] é exclusivamente vegetal”.

As dúvidas quanto à origem e demais informações sobre a mesma planta ocorriam, segundo ele, muito em virtude da “culpa” dos próprios indígenas, pois:

Tudo o mais é gerado pelo espírito d'exageração dos viajantes, sempre avidos de novidades, ou pela malícia, e superstição dos índios em enganar aquelles que os visitam, e procuram em suas florestas, ministrando-lhes dados, e informações erradas, ou falsas²⁶⁷.

²⁶⁶ FERREIRA, Luiz Otávio. **O Nascimento de uma Instituição Científica:** o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. 1996. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/iciict/26436>. Acesso em: 5 out. 2022.

²⁶⁷ *Ibid.*, p. 172.

Outra incerteza que cercava esta investigação dizia respeito à classificação botânica do “curare”. O clínico paraense reúne então outros estudiosos que já a haviam classificado cientificamente. O médico e botânico, Hugh Algernon Weddell, por exemplo, a inseriu na família das Menispermaceae. Silva Castro não concordou com ele, ao ponto de admitir que “por muito cheguei a persuadir-me por algum tempo, que elle [o curare] seguramente pertencia a família das euforbiáceas”.

Todavia, as incertezas classificatórias e taxonômicas sobre o “curare” só foram resolvidas com observações de amostras oriundas de Tefé, um dos rios afluentes do Amazonas, onde Silva Castro pôde constatar com base em suas flores, folhas e frutos que o referido vegetal pertencia à família das Solanáceas, e cujo nome era *Strychnos toxifera*, tal qual havia detalhado o naturalista Von Martius.

A fórmula indígena e o hábito “dos selvagens”

Feita a classificação, são descritos o passo a passo da extração do veneno realizado por indígenas bem como são identificados os seus usos habituais. Ao tratar do conhecimento popular sobre o assunto, é possível depreender a função de “mediação cultural”²⁶⁸ tal como foi cunhado por Betânia Gonçalves Figueiredo, isto é, os escritos de Silva Castro cumprem essa função mesmo que tenhamos limitado nossa análise ao artigo publicado naquela gazeta médica. Todavia, conseguimos mapear as repercussões desses escritos, em linguagem mais simples, em dois dicionários: um de botânica, o Dicionário de Botânica Brasileira²⁶⁹, e o outro, de medicina, no primeiro volume do famoso Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acessórias, do médico Chernoviz²⁷⁰.

Assim, podemos afirmar, mais uma vez, a interlocução entre o saber acadêmico com o popular (indígena). Isso se torna ainda mais evidente quando as investigações do médico-naturalista avançam. A extração e preparo da substância tóxica do cipó nos elucidam como ocorria o manejo. Abaixo o médico descreve:

Utilizam-se della depois de colhida algumas semanas, porquanto parece menos energica a sua accção venética em quanto fresca, o que é facil d’ explicar-se, por

²⁶⁸ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 25, p. 65, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.366>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/mmHmpyLPSZC4YRCmMKtZbJd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²⁶⁹ PINTO, Joaquim de Almeida. **Diccionario de Botanica brasileira ou Compendio dos Vegetaes do Brasil, tanto indígenas como acclimados**. Typ. Perseverança, 1873, p. 447.

²⁷⁰ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1812-1881). **Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias**. 6° ed. Typ. Creté, v. 1, 1890, p. 775.

via da presença da em da água da vegetação. Raspam a casca, e a entrecasca, miudamente com uma faca; contudem as raspas ou filamentos sobre uma pedra. Maceram esta massa em agua fria, mas pouca; por alguns dias; extrahem por expressão por meio do typtyi, e depois por filtração por meio da peneira tósca, chamada urúpêma, feitas de talas de uárumá ou guárumá, todo o líquido da digestão, o qual sahe de côr amarelada também por meio d’uma especie de filtro de folhas do matto à maneira de funil, por onde o líquido vai correndo gôtta a gôtta bastante vagar; poem-no sol por alguns dias, para se evaporar a agua superabundante, e alcançar-se depois melhor ao fogo a inspissação do extracto aquoso, que se apresenta com consistencia viscosa, e pelo resfriamento torna-se solido, de côr negra, d’aspecto resinoso ao opio, soluvel na agua, e no alcool, de facil precipitação pela noz de galha. Muitas vezes para augmentarem a força do veneno, ou para melhor engrossarem o extrato, ajuntam-lhe succos de outros cipós e plantas, também de natureza toxica²⁷¹.

Ainda seguindo a lógica do “pensamento selvagem” indígena, o facultativo destaca o modo de armazenamento ideal a ser procedido para assim assegurar e conservar o poder do veneno. Os “nativos” que habitavam os rios Negro e Orenoco, possivelmente da etnia Warao (escrita por Silva Castro como “wourea”), tinham o hábito de armazenar a substância em panelas de barro ou em “cabainhos” - recipiente produzido a partir dos frutos da “cuieira”, uma árvore comum na Amazônia. Outro método narrado no texto tratava-se do hábito de “temperar o veneno”, ou seja, com o decorrer do tempo “os gentios” adicionavam ainda mais levedura ao mantimento com o intuito de tornar o veneno deveras mortal.

A manipulação das fórmulas indígenas por parte do médico paraense coaduna-se com o argumento daquilo que Maria Regina Guimarães Cotrim chama de “medicinas em síntese”²⁷². Com isso quero dizer que terapeutas populares aproximavam-se, sincreticamente, dos elementos compartilhados pela medicina científica nos seus manuais. O inverso também acontecia, porque muitas das fórmulas indígenas foram continuamente compartilhadas pelos médicos em seus gabinetes e investigações, como se percebe nas observações feitas por Silva Castro aqui apresentadas.

O médico-viajante também descreve os hábitos dos ditos “selvagens” sobre a utilidade do veneno em atividades corriqueiras como: pesca, caça e também no costume em “amaciar” as carnes para torná-las mais saborosas ao paladar. Além disso, o “curare” poderia ser usado em casos de guerra, como se nota no trecho abaixo:

É tão subtil e prompta, a ação de semelhante veneno, que apenas o instrumento toca o corpo do animal, e o fêre fazendo sangue, por mui leve que seja o ferimento, instantaneamente sobrevem a morte sem a mínima agonia ou extorsão! é assim

²⁷¹ *Ibid.*, p. 173.

²⁷² GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os manuais de medicina popular de Chernoviz na sociedade imperial. **Revista Cantareira**, n. 5, p. 503. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27804>. Acesso em: 01 out. 2022.

que os mesmos índios tem devastados malocas inteiras de seus semelhantes, é feito sumir da face deste continente tribos de selvagens outrora conhecidas, e que hoje não se encontram. E assim continuarão a debelar-se até a sua completa extinção!!!²⁷³

O local de ação do veneno era mais uma questão ainda não explicada de modo convincente. Silva Castro envolve nesse debate os demais médicos que não teriam formulado, em sua percepção, uma resposta persuasiva sobre a parte do corpo onde o veneno atuava. Nesse caso, as explicações do já citado Claude Bernard, Gerard Van Swieten e Pieter van Musschenbroek não foram suficientes para o entendimento de tal questão.

Para o médico paraense, a ação do veneno não deveria ser restrita à sua absorção pelo “veículo da circulação” (corrente sanguínea) como acreditavam aqueles médicos. Sua explicação para entender a maneira tão rápida com a qual o veneno agia era a atividade direta do veneno sobre o “fluido nervio”, ele sim, seria o verdadeiro condutor da ação tóxica. Este fato explicaria suficientemente sua atividade, gerando morte “tão fulminante”. Sobre isto, ainda assevera, na mesma página, da seguinte maneira:

Quanto a mim, a certeza da solução de continuidade d’um ramusculo nervoso, por quanto não se póde conceber que os vasos sanguineos, por menos capilares que possam ser, sejam comprometidos na sua continuidade, sem que também o sejam os ramúsculos nervosos, que os acompanham até as suas ultimas ramificações²⁷⁴.

Não achando suficiente a sua teoria, Silva Castro ainda exemplifica a atuação do veneno, observando o comportamento do urubu, uma ave carniceira que se alimenta de restos mortais de outros animais. Mesmo que aquela ave consumisse as sobras de outras espécies abatidas pelo veneno, Silva Castro constatava que ainda sim sobrevivia sem nenhum prejuízo para a sua conservação. O médico confirmava, portanto, a sua hipótese de que, afinal, se a substância continuasse na circulação sanguínea, o animal contaminado sentiria ao menos alguma ação paralisante ou “apresentaria algum estado de torpor”. Este não era o caso dos urubus.

Até então, propriedades fitoterápicas daquele cipó vinham sido usadas no combate às “enfermidades desesperadas”, isto é, a epilepsia, a raiva, o tétano agudo e as convulsões nervosas. Também tinha sido utilizado como antídoto. Porém, neste último caso, o médico destaca a necessidade de mais investigações. Reforça que os “gentios” o ingerem e “comprovam sem prejuízo algum” seu benefício como tônico e purgativo. Porém, segundo Silva Castro, para que o curare seja empregado terapêuticamente dessa forma, a pessoa não

²⁷³ *Ibid.*, p. 184.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 184.

pode conter nenhum tipo de ferimento na boca ou “ulceração interior”, caso contrário, o efeito resulta em morte.

Dentre as plantas que circularam mais de uma vez, duas por espécie temos o “uxi” (*Uxi umbrossimus*) e a “caamembeca” (*Polygata paraensis*). Ambas foram identificadas nos mesmos dicionários já citados, tanto no Dicionário de Botânica Brasileira²⁷⁵, em passagens diferentes²⁷⁶, como igualmente averiguamos, ainda, no primeiro²⁷⁷ e segundo volume do DMP²⁷⁸ a exposição das mesmas informações.

O primeiro ponto a ser frisado aqui é o formato com o qual as informações foram divulgadas, pois detectamos modos de consumo das plantas e para que doenças poderiam ser usadas. Estas informações aparecem nos dicionários em linguagem acessível e organizadas em ordem alfabética, permitindo assim maior proximidade com o leitor. Contribuíram, portanto, para a maior disseminação dos textos científicos (Ferreira, 1996).

Notamos nos textos dos dicionários que o caroço do “uxi” era útil para curar “escarros de sangue”, hemorróidas e hemorragias uterinas. A “caamembeca” era proveitosa por ser eficaz, também, no combate das hemorróidas. Contudo, esta última planta chama atenção por ter sido “batizada” pelo nosso médico paraense. A descrição e classificação taxonômica da espécie *Polygala paraensis* foi feita por ele e é válida até os dias de hoje.

A lenda das “mulheres pejadas e dos veados”: o caso da planta “manacá”

A “manacan” ou “manacá” é mais uma planta utilizada e proposta para tratamento médico (dentre as várias) observadas por Silva Castro. Novamente, o clínico tem conhecimento das virtudes desta planta baseada na oralidade indígena, especialmente em “tribos” fixadas no Alto Amazonas.

O esculápio nos diz que a “manacá” era comumente usada por pajés e curandeiros fixadas na região mencionada anteriormente. Por lá, tinha-se o conhecimento de que aqueles sujeitos aplicavam-na para anular o efeito deletério de venenos de animais peçonhentos; útil

²⁷⁵ PINTO, Joaquim de Almeida. **Diccionario de Botanica brasileira ou Compêndio dos Vegetaes do Brasil, tanto indígenas como acclimados**. Typ. Perseverança, 1873, p. 113.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 451.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 391.

²⁷⁸ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1812-1881). **Diccionario de Medicina Popular e das Sicencias Accssorias**. 6° ed. Typ. Creté, v. 2, 1890, p. 425.

também para o tratamento fitoterápico da sífilis, do reumatismo e por ser “um poderoso estimulante do systema linphático”.

Outras atribuições e qualidades terapêuticas da planta são ressaltadas ainda no mesmo trecho do seu artigo. Segundo Silva Castro, ela seria inclusive, uma planta muito útil para atrair a caça, tanto é verdade que o mesmo vegetal era conhecido entre indígenas e por populares de Belém como “manacan de veado” basicamente por duas razões: “um preconceito popular”, relatou o médico; e também, devido a uma lenda indígena assim conhecida: “(...) caso alguém embriagando-se com ella [a folha] e conversando depois com uma mulher pejada, lhe passa a embriaguez, e si for immediatamente ao matto caçar veados, acha-os e apanha-os sem difficuldade, porque não correm nem fogem”²⁷⁹.

Espécies “exclusivas” no dicionário de medicina popular e das ciências acessórias

As últimas seis plantas que Silva Castro estudou foram expostas somente nos dois primeiros volumes subsequentes do já citado DMP. Vale dizer que esses volumes trazem novas contribuições do médico foram divulgadas, sobretudo, entre leigos. As informações sobre as plantas indígenas, neste caso, foram ampliadas, assim como foram acrescentadas nessas edições as observações de vários naturalistas, de médicos e farmacêuticos brasileiros, como o próprio Silva Castro. A organização dos volumes seguem a sistematização sobre o Dicionário de Chernoviz, apresentada por Maria Regina Cotrim Guimarães na sua obra *Civilizando as artes de curar*, onde ela diz:

Chernoviz indicava sua sinonímia, a significação em francês, o nome botânico em latim (se o medicamento fosse uma planta), suas características físicas, suas propriedades, as moléstias em que deviam ser empregadas, as doses e pesos usuais e os riscos de eventuais associações [...] O DMP, apesar de consistentemente maior que o FGM (o dobro do tamanho e maior número de volumes- dois ou três, conforme a edição), é bem fácil de se manusear. Ao lado do nome da doença, do órgão ou do medicamento procurados, vem sua descrição detalhada²⁸⁰.

Assim, no primeiro volume do dicionário, constam somente duas espécies estudadas por Silva Castro e ambas na mesma página. A primeira delas é o “Castanheiro do Pará ou do Maranhão” (*Bertholletia excelsa*, da família das lecythidaceae), uma árvore de grande porte que produz amêndoas de onde se extrai um óleo usado na confecção de cosméticos e na culinária. Ainda no mesmo trecho, pertencente à mesma família, localizamos a “Sapucaia”

²⁷⁹ SOUZA, Bernardino de Souza. **Lembranças do Valle do Amazonas**. Typ. Nacional, 1874, p. 284.

²⁸⁰ GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar**: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império. 2003, p. 67-68. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6128>. Acesso em: 13 out. 2022.

(*Lecythis grandifolora*), árvore de grande porte, que, também, produz amêndoas doces, oleosas, comestíveis e ricas em propriedades medicinais empregadas no combate à icterícia e as febres intermitentes.

É recomendada também por Silva Castro para o tratamento de cálculos renais, “catarro vesical” e na albuminúria²⁸¹. Note-se, portanto, a ausência de mais detalhes a respeito de onde aquelas informações haviam sido extraídas e como chegou-se àquelas virtudes fitoterápicas e quem as praticava. Muito provavelmente, as observações do médico provinham, como já demonstrado neste capítulo, de tradições indígenas amazônicas. Contudo, na leitura atenta de todo este manual, não conseguimos verificar a identificação desses sujeitos. A constatação frequente dos profissionais da medicina sobre estes saberes fitoterápicos indígenas veiculados nos manuais versava sobre suas propriedades.

No volume seguinte, contamos mais quatro plantas repertoriadas. Este repertório segue a mesma lógica e formato apresentados anteriormente. A primeira delas chama-se “jamacaru” ou “mandacarú” (*Cercus triangularis*). O seu fruto é eficaz no combate ao escorbuto. A decocção da planta é aplicada em casos de febres biliosas, em casos de aplicações externas. Neste caso o cataplasma atua como cicatrizante de úlceras e tumores glandulares²⁸².

Em outra passagem do mesmo volume, localizamos o “marupá” , também chamada de “marupá-miri” (*Simaruba amara paraensis*), um arbusto típico das florestas do Pará e Amazonas, usado como medicamento para diarreia e disenteria ²⁸³.

Contamos também com o “mururé” ou “mercúrio vegetal” (*Bichetea officinalis?*), trata-se de uma urticácea, da qual se extrai um leite de ação energética, atuando no sistema muscular e nervoso. Aplica-se também contra a sífilis e o reumatismo. Aqui cabe uma ressalva: identificamos a preocupação em esclarecer dúvidas ainda não elucidadas nas várias edições dos dicionários de medicina. Isso nos mostra que as atualizações feitas em cada edição, como é o caso da correção que Silva Castro aplicou ao diferenciar o mercúrio vegetal de outra espécie que recebera o mesmo nome anteriormente. Trata-se da distinção entre o “mururé” e o “manacá” ²⁸⁴.

²⁸¹ *Ibid.*,p. 496.

²⁸² *Ibid.*,p. 243.

²⁸³ *Ibid.*,p. 385.

²⁸⁴ *Ibid.*,p. 434.

O “mutá-mutá” é a última espécie descrita por Silva Castro presente neste volume. Trata-se de uma trepadeira comum nas florestas do Pará e Amazonas, cujo cozimento do lenho é eficaz contra as tosses e hemoptises²⁸⁵.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 468.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de uma caminhada, seguindo os passos do meu biografado. Uma tarefa nada fácil que nos exigiu muito fôlego e muita paciência; sem mencionar o esforço hercúleo no constante “trabalho de formiguinha”, que realizamos, seja nos arquivos, no levantamento bibliográfico, seja na difícil arte de seleção das informações.

Mesmo com tantos percalços, o objetivo foi talvez alcançado. Porém, não podemos deixar de frisar um dos maiores entraves para a construção dessa biografia: os inúmeros ataques *hackers* que assolaram a Hemeroteca Digital Brasileira. Muitas histórias tornaram-se por isso ocultas novamente, sobretudo pela falta dos escritos dos opositores de Silva Castro, que não conseguimos recuperar até o momento.

Nesta biografia, ousei escrever sobre um “imortal esquecido” da capital paraense, como costuma-se dizer. Essa difícil arte de contar e perscrutar histórias de vidas, nos fizeram ter a dimensão aproximada de quem foi o “nosso” Silva Castro - Doutor Limonada, para os mais íntimos. Certamente, um dos médicos e cientistas mais atuantes e importantes da Belém do século XIX, ou talvez, um dos maiores do Brasil na época.

Vimos, no capítulo inicial, em detalhes, quem era a família Castro; por onde andavam; o que faziam; quais seus bens; e, principalmente, o que acontecia por trás das paredes domésticas de uma parentela tão tradicional e “respeitada” no âmago da Belém da *Belle Époque*. Aqui, infelizmente, até agora só pudemos avançar no conhecimento da história dos homens da mesma família, dado o limite documental. Mas, desejamos registrar um chamado urgente para os demais pesquisadores a aventurarem-se na história dessas mulheres da família Castro. Ainda, na mesma unidade deste texto, apresentamos a Belém tomada pelas águas e o modo como os fluídos constituíram-se um verdadeiro “encosto” (mal frequente) em nome da civilização e da higiene. Tantas medidas foram adotadas para acabar com a difusão dos males epidêmicos, e por sinal, sem muito efeito. O mal colérico tomou - por completo - a “desditoza” Província do Grão - Pará.

Os horrores da epidemia de cólera foram tratados no capítulo seguinte. O novo mal pegara os médicos da comissão de saúde despercebidos. O número de mortos era proporcional às dúvidas acometidas entre os discípulos de Hipócrates. O que causava a enfermidade? Silva Castro e seus pares dedicaram-se a responder essa e outras perguntas, mas nada com solução firme, tampouco de algum efeito. Apenas restavam dúvidas e muita

perlenga. Mas nosso médico ousou buscar remédios e, por isso, viu-se completamente isolado. Para ele, o cólera era um “vírus”, adequando-se às linguagens das “novas modas” científicas que os “médicos modernos”, segundo ele, a tanto se referiam. Tal teoria virótica não caiu nada bem entre os seus pares, mas este fato nos serviu para inferir que a Amazônia e os cientistas daqui não estavam alijados (em nada) das transformações pelas quais o saber científico ocidental estava passando.

Apesar do pouco que foi escrito até agora sobre nosso Doutor Limonada, as referências históricas sempre o colocaram num patamar acima de “tudo e todos”. Isso ocorreu pelo fato de ele ser um clínico de formação estrangeira, educado nas principais universidades europeias. Continuar essa narrativa europeizante em nada interessou a essa pesquisa. Afinal, vimos um esculápio mais próximo das práticas populares do que se imaginava. Vimos que ele, sim, esperneou entre os seus contemporâneos, como ficou registrado nos jornais da época. Todavia, em nenhum momento e circunstância vimos o Doutor Limonada desautorizando ou perseguindo os demais praticantes do mundo da cura como o curandeiro Angico. Pelo contrário, ele fez questão de copiá-los e não lhes deu crédito algum. Se não fossem os goles de limonada dos “semi-selvagens”, a salva do Marajó e tantas outras misturas, certamente não estaríamos aqui para contar essas histórias.

As inúmeras plantas “descobertas” e utilizadas para a cura médica, foram o diferencial na carreira de Silva Castro. Esse comportamento não foi verificado em outras biografias de médicos, comparando-se aos demais esculápios que atuaram no mesmo período. Inclusive, muitos desses companheiros de profissão de Silva Castro têm trajetórias ainda desconhecidas. Se não fossem as espécies da fauna e flora amazônica, seguramente não nos seria possível desbravar os rios da Amazônia e analisar seus estudos sobre diversos povos indígenas que habitavam suas margens e matas próximas. Confessamos, que seria um desejo enorme deste singelo historiador descobrir algum diário escrito de sua autoria ao longo das descobertas, fosse escrito sozinho, ou em parceria com naturalistas que transitavam continuamente por essas plagas, ou em algum outro registro seu que ganhou as páginas de artigos e manuais médicos e botânicos.

Se não bastassem as plantas, o Doutor Limonada aventurou-se em tantos estudos que não temos mais a necessidade de detalhar, pois tudo já foi analisado. Contudo, é importante frisar que há outros eventos naturais típicos da Amazônia, como a pororoca, por exemplo. Um fenômeno que está se tornando cada vez mais raro em virtude das mudanças climáticas.

Porém, esse fenômeno recebeu muita atenção do Dr. Limonada na época em que viveu, lhe rendendo prestimosas honrarias por mérito científico e tantas outras cooperações. Mostrando, mais uma vez, a conexão longeva de pesquisadores da Amazônia com o resto do mundo.

Quem diria que um mero nome de rua nos revelaria tantas histórias? Esperamos que depois de toda essa discussão, o nosso leitor preste mais atenção nos meandros das cidades e nos inúmeros vestígios deixados pela ação dos tempos idos. Com isso, encerro nossa viagem. Deixo claro também, que foi uma honra conhecer Francisco da Silva Castro, um cientista ávido por saber, nosso imortal Doutor Limonada.

FONTES

JORNAIS

- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 17/05/1856. p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 30/05/1856. p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. GAZETTA OFFICIAL. Belém. 12/06/1856. p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. DIÁRIO DE BELÉM. Belém. 4/05/1869. p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. DIÁRIO DE BELÉM: FOLHA POLÍTICA, NOTICIOSA E COMMERCIAL. Belém. 4/01/1881. p 2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. O LIBERAL. Belém. 12/02/1989. p.1.
- Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR). FOLHA DO NORTE. Belém. 15/06/1899.p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A REPÚBLICA. Belém. 10/12/1899.p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A CONSTITUIÇÃO: ÓRGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR. Belém.24/02/1883. p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 21/04/1854. p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 11/11/1855.p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 19/05/1855.p.8.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 22/05/1855.p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 5/6/1855.p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 5/6/1855.p.4.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém.15/06/1855.p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém.15/06/1855.p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém.10/07/1855. p.4.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém.10/07/1855. p.5.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém.10/07/1855. p.6.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 18/07/1855.p. 4
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 26/07/1855.p.5.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 26/07/1855.p.6.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 26/07/1855.p.7.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 07/06/1855.p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 14/06/1855.p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira.13 DE MAIO. Belém. 14/06/1855.p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira.13 DE MAIO. Belém. 14/06/1855.p.4.

- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 18/07/1855.p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 18/07/1855.p.4.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 21/07/1855.p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 21/07/1855.p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 21/07/1855.p.4.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 18/08/1855.p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 22/09/1855. p.4.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 29/11/1855. p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. 13 DE MAIO. Belém. 29/11/1855. p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 23/02/1859.p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 23/02/1859.p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 23/02/1859, p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 28/03/1859, p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 28/03/1859, p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 28/03/1859, p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. GAZETTA OFFICIAL. Belém. 30/06/1859, p.1.
- Hemeroteca Digital Brasileira. A EPOCHA: FOLHA POLÍTICA, COMMERCIAL E NOTICIOSA. Belém. 12/10/1859, p.2.
- Hemeroteca Digital Brasileira. GAZETTA OFFICIAL. Belém. 25/07/1859, p.3.
- Hemeroteca Digital Brasileira. GAZETTA OFFICIAL. Belém. 25/07/1859, p. 4.

MAPAS

BRAGA, Theodoro da Silva. **Guia do Estado do Pará (CENTUR)**, 1916. Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/guiadoestadodopara1916/4/#zoom=z>.

JOSÉ, Sydrim. **Planta da cidade de Belém**. 1905. Disponível em:

<https://fauufpa.org/2015/02/20/planta-da-cidade-de-belem-%E2%80%95-1905-por-jose-sidrim>

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

Relatório do Presidente da Província o Sr. Dr. Fausto de Augusto de Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da sétima Legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de agosto de 1851, p. 62.

Relatório feito pelo ex. snr. conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente desta Província e entregue ao 1º Vice- Presidente em exercício o Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa no dia 01 de agosto de 1850, p. 8.

Relatório feito pelo ex. snr. conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente desta Província e entregue ao 1º Vice- Presidente em exercício o Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa no dia 01 de agosto de 1850, p. 15.

Relatório feito pelo ex. snr. conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, Presidente desta Província e entregue ao 1º Vice- Presidente em exercício o Sr. Dr. Angelo Custódio Corrêa no dia 01 de agosto de 1850, p. 18.

Relatório do Presidente da Província do Gram-Pará, o Sr. dr. Fausto Augusto de Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial, p.19.

Relatório do Presidente da Província do Gram-Pará, o Sr. dr. Fausto Augusto de Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial, p.22.

Relatório do Presidente da Província do Gram-Pará, o Sr. dr. Fausto Augusto de Aguiar na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da assembleia provincial, p.101.

Fala que o ex. sr. dr. José Joaquim da Cunha, presidente desta Província dirigio a Assembleia Legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembleia no dia 15 de agosto de 1853, p. 24.

Relatório feito pelo exm. sr. Dr. Ângelo Custódio Correa, 1º Vice-Presidente da Província, por ocasião de dar posse ao exm. sr. conselheiro Sebastião do Rego Barros no dia 16 de novembro de 1853, p. 4.

Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros Presidente desta Província dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da mesma assemblea no dia 15 de agosto de 1854, p. 19.

Falla que o Exm. Sr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros Presidente desta Província dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da mesma assemblea no dia 15 de agosto de 1854, p. 117.

Exposição apresentada pelo exm. sr. Dr. João Maria de Moraes 4º Vice- Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 3º Vice- Presidente o Ex. sr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimaraes, p. 3.

Exposição apresentada pelo exm. sr. Dr. João Maria de Moraes 4º Vice- Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 3º Vice- Presidente o Ex. sr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimaraes, p. 4.

Exposição apresentada pelo Exmrº senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros. Presidente da Província do Gram-Pará, por ocasião de passar a administração da mesma Província ao 1º Vice-Presidente o exmº sr. Dr. Ângelo Custódio Corrêa, p. 7.

DICIONÁRIOS MÉDICOS E BOTÂNICOS

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1812-1881). **Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias**. 6º ed. Typ. Creté, v. 1, 1890, p. 381, 391, 496, 775.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão (1812-1881). **Diccionario de Medicina Popular e das Sicencias Accssorias**. 6º ed. Typ. Creté, v. 2, 1890, p. 243, 385, 618, 425, 434, 468.

PINTO, Joaquim de Almeida. **Diccionario de Botanica brasileira ou Compêndio dos Vegetaes do Brasil, tanto indígenas como acclimados**. Typ. Perseverança, 1873, p. 113, 350, 447, 451.

MORAES, Alexandre José de Mello (1816-1882). **Phytographia, ou Botanica Brasileira. Rio de Janeiro**, 1881, p. 267.

SOUZA, Bernardino de Souza. **Lembranças do Valle do Amazonas**. Typ. Nacional, 1874, p. 284.

GAZETAS MÉDICAS

CASTRO, Francisco da Silva. Observações sobre o vegetal Paracary e suas aplicações terapêuticas. **Gazeta Médica da Bahia**, n. 47-15, 1868, p. 233-274.

CASTRO, Francisco da Silva. Nota sobre a droga Uirary ou Curare. Trabalho apresentado a Academia de Ciências de Stockholm. **Gazeta Médica da Bahia**. n. 39-40, 1868, p. 172-173, 184-186.

CASTRO, Francisco da Silva. Observations sur la plante nome Paracary, et sur ses applications therapeutiques. **Gazette Médicale de Paris**, tomo 24, 1869.

DICIONÁRIOS E LIVROS BIOGRÁFICOS

BOTELHO, João José da Costa. **A Família Castro no Pará**, 1983.

BLAKE, Augusto Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**, 1895, v.3.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude**: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989

SILVA, Innocencio Francisco. **Diccionario Bibliographico Portugues**, 1859, t.3.

INVENTÁRIO

Centro de Memória da Amazônia (CMA). Inventário Francisco da Silva Castro e Joanna Antunes Balby. Caixa 10. Ano: 1900.

OFÍCIOS E RELATÓRIOS (APEP)

Ofícios da Comissão de Higiene e Socorros Públicos (1850-1855). Fundo: Secretaria da Província. Caixa: 141.

Ofícios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia do Pará (1860- 1889). Fundo: Secretaria da Província. Caixas: 224 A, 247, 319, 393.

Ofícios da Inspeção de Saúde Pública (1884). Fundo: Secretaria da Província. Caixa: 409.

Minutas da Inspeção de Higiene Pública (1887-1889). Fundo: Secretaria da Província. Caixa: 434.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anita Correia de Lima de. Chuva, lamaçal e inundação no Rio de Janeiro do século XIX: entre a providência divina e o poder público. **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-468, 2014. Anual.
- ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. 340 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANAYA, Gabriel Lopes. **Natal: pântanos, miasmas e micróbios**. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018. 240 p.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte; PIMENTA, Tânia Salgado. Natureza e História: produções e saberes sobre as plantas em processos de circularidades científicas e nas relações interétnicas no passado e no presente. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 2178-2547, 2022.
- BARRIGA, Letícia Pereira. **Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840)**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.
- BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. 1999. 269 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- BELTRÃO, Jane Felipe. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: grão-pará do século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 6, n. , p. 845, set. 2000.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras: catálogo**. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1976.
- CABRAL, Dilma. A terapêutica da lepra no século XIX. **Esboços**, Santa Catarina, v. 13, n. 16, p. 35-61, 23 out. 2006.
- CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e família em uma capital Amazônica (Belém-1870-1920)**. Belém: Açaí, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.
- COELHO, André de Barros. **Moradia burguesa belenense no período da borracha (1850-1920)**. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- DAUMARD, Adeline. **Maisons de Paris et propriétaires parisiens au XIX e siècle, 1809-1880**. Paris: Éditions Cujas, 1965.

DE M. FIGUEIRÔA, S. F. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das Ciências Naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). **Asclépio**, [S. l.], v. 50, n. 2, p.107-123, 1998.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: Chalhoub, Sidney; Marques, Vera Regina Beltrão; Sampaio, Gabriela dos Reis; Galvão Sobrinho, Carlos Roberto. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas, Unicamp, 2003. p.355-385.

FERREIRA, Luiz Otávio. **O Nascimento de uma Instituição Científica**: o periódico médico brasileiro da primeira metade do século XIX. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney *et al* (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2003. p. 102-121.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 25, p. 59-73, jun. 2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; SARGES, Maria de Nazaré; BARROSO, Daniel Souza; PALHA, Bárbara da Fonseca (org.). Luis, Alexandrina e Trajano: os ajudantes esquecidos dos naturalistas na Amazônia (século XIX). In: MELO, Patrícia Alves. **Águas Negras**: estudos afro-lusos-amazônicos no Oitocentos. Belém: Cátedra João Lúcio de Azevedo, 2021.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Vício de Leitura, 2002.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 25, p. 59-73, jun. 2005.

GIORDANO, C. As concepções médicas do século XVIII e a atuação da administração sobre a higiene pública nas cidades no início do século XIX. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Elane Cristina Rodrigues. **A lepra e a letra**: escrita e poder sobre a doença na cidade de belém (1897-1924). 2019. 231 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

GOMES, Kelvyn Werik Nascimento. **Belém, uma história da chuva** (1890-1920). 2023. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2023.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. O trânsito de plantas: circulação de saberes e práticas médicas na América meridional durante a época moderna. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 41-59, mar. 2022.

GUIMARÃES, Maria Regina Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar**: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim . Os manuais de medicina popular de Chernoviz na sociedade imperial. **Revista Cantareira**, n. 5, 5 fev. 2004.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Os manuais de medicina popular do Império e as doenças dos escravos: o exemplo do. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, [S.L.], v. 11, n. 4, p. 827-840, dez. 2008.

- HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 153-177, dez. 2012.
- HILL, Christopher. **O Eleito de Deus**. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tânia Salgado; BASTOS, Francisco Inácio; BELLIDO, Jaime Gregorio. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 59-79, dez. 2012.
- KURY, Lorelai Brilhante. **O império dos miasmas: a academia imperial de medicina**. 1990. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2006. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LE MOS, Carlos Alberto. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.
- LÓDOLA, Soraya; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Teorias sobre a propagação da febre amarela: um debate científico na imprensa paulista, 1895-1903. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 687-704, set. 2015.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo; MAUÉS, Maria Angélica Motta. O modelo da "reima": representações alimentares em uma comunidade amazônica. **Anuário Antropológico**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 120-147, 2018.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)**. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- MANTOVANI, Rafael. Os grandes marcos da saúde pública no Império e a vida cotidiana em São Paulo: 1820-1870. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 9, p. 3399-3407, set. 2022.
- MEDEIROS, Aline da Silva. Autoria científica do doutor Chernoviz entre a vulgarização da medicina e a formação profissional: o caso do dicionário de medicina popular, 1842-1890. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 33-49, mar. 2018.
- MUNIZ, Érico Silva; LINHARES, Patrícia Oliveira. Sobre Óleos, Sabonetes e Asilos: história do combate à lepra em Bragança (PA) no início do século xx. **Veredas: Revista Interdisciplinar de Humanidades**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-161, 01 jul. 2019.
- NUNES, Márcia Cristina Ribeiro Gonçalves. **Rumo ao Boulevard da República: entre a cidade imperial e a metrópole republicana**. 2017. 419 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- PESTRE, Dominique. Uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos Unicamp**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 1-54, 1996.
- PESAVENTO, S. J. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, Brasil, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2008.
- PIMENTA, Tânia Salgado. **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)**. 2003. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade

Estadual de Campinas, Rio de Janeiro, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado. **As artes de curar**: um estudo a partir dos documentos da fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX. 1997. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016. 312 p.

PIMENTA, Tânia Salgado. Curas, rituais e amassamentos com plantas entre escravizados e libertos no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1810 a 1850. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 1-14, 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Casa Brasileira do Livro, 2008.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec, 1994.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, [S.L.], v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RYBCZYNSCHY, Witold. **Casa**: pequena história de uma ideia. São Paulo: Record, 1996.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas trincheiras da cura**. Campinas: Unicamp, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**: história e reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi de. **Cidade das águas**: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Senac São Paulo, 2019. 362 p.

SANJAD, Nelson. Cólera e medicina ambiental no manuscrito 'Cholera-morbus' (1832), de Antonio Correa de Lacerda (1777-1852). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 587-618, dez. 2004.

SANJAD, Nelson; COSTA, Eijhon. Medicina e circulação de saberes no Grão-Pará do século XIX: os experimentos terapêuticos de Antônio Corrêa de Lacerda (1777-1852) e Francisco da Silva Castro (1815-1899). In: FRANCO, Sebastião; NASCIMENTO, Dilene (Orgs.). **História das Doenças no Brasil**, volume 6, 2019.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a *Belle Époque* (1870-1920). 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do "Velho Intendente" Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SILVA, Andréa Leme da. Animais medicinais: conhecimento e uso entre as populações ribeirinhas do rio negro, Amazonas, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 343-357, dez. 2008.

SILVA, Diego Santos da. **"TOCADOS D'AQUELE VENENOSO MAL"**: as epidemias em Belém na primeira metade dos oitocentos: 1800 - 1850. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós- Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da belle-époque (1870-1910)**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

SOUSA, Tulio Brenno Brito de. **Homeopatia versus Alopatria**: a disputa pelo mercado da cura no Pará. (1914-1924). 2021. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VIANNA, Arthur. **As epidemias no Pará**. 2ª Edição. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

- WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.
- WITTER, Nikelen Acosta. Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. **Tempo**, [S.L.], v. 10, n. 19, p. 13-25, dez. 2005.